

Universidades Lusíada

Tavares, Estelita Oliveira, 1993-

A aplicação do conceito de marketing político na política são-tomense : a imagem de Patrice Trovoada no contexto nacional e internacional e a política externa

<http://hdl.handle.net/11067/7575>

Metadados

Data de Publicação

2024

Resumo

Num mundo onde o imediatismo das notícias tornou-se banal, onde a mediatização dos acontecimentos é tida como um dado adquirido, o marketing político é uma ferramenta fundamental para o sucesso das eleições partidárias. Com recurso a uma análise aprofundada do ator político, o marketing político define a estratégia que permitirá ao ator político ser bem-sucedido á médio e longo prazo. A estratégia de marketing político do ator político abarca todos os aspetos da vida do mesmo. Define o comportam...

In a world where the immediacy of news has become commonplace, where the mediatisation of events is taken for granted, political marketing is a fundamental tool for the success of party elections. Using an in-depth analysis of the political actor, political marketing defines the strategy that will enable the political actor to be successful in the medium and long term. The political actor's political marketing strategy covers all aspects of the actor's life. It defines the most appropriate behav...

Palavras Chave

Trovoada, Patrice Émery, 1962- - Crítica e interpretação, Campanha eleitoral - São Tomé e Príncipe, Publicidade política - São Tomé e Príncipe, Comunicação na política - São Tomé e Príncipe, Eleições - São Tomé e Príncipe - 2022, São Tomé e Príncipe - Política e governo, São Tomé e Príncipe - Relações externas

Tipo

masterThesis

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-FD] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-08-25T11:27:52Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA

FACULDADE DE DIREITO

Mestrado em Relações Internacionais

**A aplicação do conceito de marketing político na política são-
tomense:
A imagem de Patrice Trovoada no contexto nacional e
internacional e a política externa**

Realizado por:
Estelita Oliveira Tavares

Orientado por:
Prof. Doutor José Francisco Lynce Zagallo Pavia

Constituição do Júri:

Presidente: Prof. Doutor José Alberto Rodríguez Lorenzo González
Orientador: Prof. Doutor José Francisco Lynce Zagallo Pavia
Arguente: Prof. Doutor Manuel Fernando da Silva Monteiro

Dissertação aprovada em: 25 de julho de 2024

Lisboa

2024



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

FACULDADE DE DIREITO

Mestrado em Relações Internacionais

A aplicação do conceito de *marketing* político na
política são-tomense:
A imagem de Patrice Trovoada no contexto nacional
e internacional e a política externa

Estelita Oliveira Tavares

Lisboa

Maio 2024



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Direito

Mestrado em Relações Internacionais

A aplicação do conceito de *marketing* político na política são-
tomense:
A imagem de Patrice Trovoada no contexto nacional e
internacional e a política externa

Estelita Oliveira Tavares

Lisboa

Maior 2024

Estelita Oliveira Tavares

A aplicação do conceito de *marketing* político na
política são-tomense:
A imagem de Patrice Trovoada no contexto nacional
e internacional e a política externa

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade Lusíada de Lisboa para a obtenção do
grau de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Doutor José Francisco Lynce Zagallo
Pavia

Lisboa

Maio 2024

FICHA TÉCNICA

Autora Estelita Oliveira Tavares
Orientador Prof. Doutor José Francisco Lynce Zagallo Pavia
Título A aplicação do conceito de *marketing* político na política são-tomense: a imagem de Patrice Trovoada no contexto nacional e internacional e a política externa
Local Lisboa
Ano 2024

CASA DO CONHECIMENTO DA UNIVERSIDADE LUSÍADA - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

TAVARES, Estelita Oliveira, 1993-

A aplicação do conceito de marketing político na política são-Tomense: a imagem de Patrice Trovoada no contexto nacional e internacional e a política externa / Estelita Oliveira Tavares; orientado por José Francisco Lynce Zagallo Pavia. - Lisboa: [s.n.], 2024. - Dissertação de mestrado em Relações Internacionais, Faculdade de Direito da Universidade Lusíada.

I - PAVIA, José Francisco Lynce Zagalo, 1967-

LCSH

1. Campanha eleitoral - São Tomé e Príncipe
2. Publicidade política - São Tomé e Príncipe
3. Comunicação na política - São Tomé e Príncipe
4. Eleições - São Tomé e Príncipe - 2022
5. Trovoada, Patrice Émery, 1962- - Crítica e interpretação
6. São Tomé e Príncipe - Política e governo
7. São Tomé e Príncipe - Relações externas
8. Universidade Lusíada. Faculdade de Direito - Teses
9. Teses - Portugal - Lisboa

1. Political campaigns - Sao Tome and Principe
2. Advertising, political - Sao Tome and Principe
3. Communication in politics - Sao Tome and Principe
4. Elections - Sao Tome and Principe - 2022
5. Trovoada, Patrice Émery, 1962- - Criticism and interpretation
6. Sao Tome and Principe - Politics and government
7. Sao Tome and Principe - Foreign relations
8. Universidade Lusíada. Faculdade de Direito - Dissertations
9. Dissertations, Academic - Portugal - Lisbon

LCC

1. JQ3685.A95 T38 2024

*Dedico à Deus e à minha Família com muito
amor e carinho.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à Deus pela dádiva da vida.

Em segundo lugar, a minha filha Safira Tavares que me deixa mais forte a cada dia, agradeço também a minha querida mãe e falecido pai que sempre batalharam muito para me verem formada, por sempre me terem indicado o caminho certo, bem como me incentivado a sonhar, cada vez, mais alto.

Agradeço os valores e a educação que me transmitiram, pois sem essas bases não teria conseguido atingir os meus objetivos académicos, e em seguida a todos os meus familiares e amigos.

Também quero expressar a minha consideração aos meus colegas e amigos, com os quais, partilhei ricos momentos de amizade, camaradagem e de crescimento pessoal.

Agradeço também à Universidade Lusíada de Lisboa, a todo o seu quadro de pessoal docente e não-docente, pela oportunidade que me conferiram de realizar o mestrado, observando os mais elevados padrões internacionais.

Manifesto também o meu apreço e consideração ao meu caríssimo professor Doutor José Francisco Lince Zagallo Pavia, pela sabedoria e determinação com que me orientou durante a realização desta dissertação.

Do mesmo modo, manifesto o meu profundo reconhecimento ao professor e Doutor Gerhard Seibert pela ajuda prestada fornecendo informações relevantes e partilhando o seu conhecimento.

Por último, agradeço a todos aqueles que não são aqui referidos, mas que de alguma forma contribuíram para que o desenvolvimento do presente trabalho científico fosse possível.

Um bem-haja a todos!

A Autora,

“O Homem é por natureza um animal político”.

Aristóteles

“Não me importo com o que os outros pensam sobre o que eu faço, mas importo-me muito com o que eu penso sobre o que faço. Isso é caráter”.

Nelson Mandela

RESUMO

A aplicação do conceito de *marketing* político na política são-tomense: A imagem de Patrice Trovoada no contexto nacional e internacional e a política externa

Estelita Oliveira Tavares

Num mundo onde o imediatismo das notícias tornou-se banal, onde a mediatização dos acontecimentos é tida como um dado adquirido, o *marketing* político é uma ferramenta fundamental para o sucesso das eleições partidárias. Com recurso a uma análise aprofundada do ator político, o *marketing* político define a estratégia que permitirá ao ator político ser bem-sucedido á médio e longo prazo. A estratégia de *marketing* político do ator político abarca todos os aspetos da vida do mesmo. Define o comportamento mais adequado, a forma de estar, define o seu discurso, as causas que apoiará e as que reprovará. O *marketing* político cria o ator político ideal tendo em consideração as idiossincrasias socioculturais do público-alvo, dando aos atores não políticos uma figura que corresponde aos seus anseios e desejos e que prevalece para lá dos momentos eleitorais onde o *marketing* eleitoral (que é passageiro e propagandista) impera. Para que a mensagem e imagem desta figura que se quer perfeita seja transmitida é necessário recorrer aos Mídias que hoje ocupam um lugar preponderante em qualquer estratégia de *marketing*. Nesta forma cada vez mais dinâmica de comunicar, os meios de comunicação não se limitam às tradicionais estações rádio, jornais ou televisão, estendendo-se às plataformas digitais através das redes sociais, blogs especializados, canais de TV on-line e todo um mundo de transmissão e divulgação de informação que permite uma divulgação mais abrangente da mensagem do ator político. Esta evolução na forma de fazer política faz se sentir também em São Tomé e Príncipe onde os atores políticos vêm se ajustando a esta realidade que lhes é imposta em grande medida por um público-alvo cada vez mais adepto das novas tecnologias de informação e que esperam do ator político são-tomense um comportamento mais em consonância com aquilo que são as grandes figuras da política mundial. De igual forma, contribui para esta evolução do ator político são-tomense o papel cada vez mais ativo do ator não político são-

tomense cada vez mais participativo e interventivo através dos vários canais de comunicação e informação digital disponível. Assim, o presente trabalho analisou a aplicação do *marketing* político no contexto da política são-tomense. A análise do mais preponderante ator político são-tomense, Patrice Emery Trovoada serviu para constatar as evoluções da aplicação de *marketing* político na vida política dos atores políticos do país, bem como analisar a sua imagem perante o povo são-tomense e a comunidade internacional. O estudo examina as eleições legislativas de 2022 em que Patrice Trovoada obteve uma maioria absoluta. Esta seção analisa as estratégias de *marketing* político utilizadas por Patrice Trovoada durante a campanha eleitoral, bem como a forma como sua imagem foi percebida pelos eleitores são-tomenses e consequentemente, abordamos sobre a tentativa de golpe de Estado em 2022, que teve repercussões significativas tanto ao nível nacional como internacional. A análise inclui uma investigação sobre as circunstâncias que levaram ao golpe de estado, suas consequências e a resposta do governo de Patrice Trovoada. Durante o período da Guerra Fria, São Tomé e Príncipe, assim como muitos outros países, passaram por mudanças políticas abruptas. O processo de independência e o subsequente desenvolvimento político do país ocorreram principalmente durante esse período turbulento. Em 1975, São Tomé e Príncipe conquistou sua independência de Portugal, encerrando séculos de domínio colonial. Neste estudo, analisamos as transformações nas relações diplomáticas do país que decorreram desses eventos históricos. Além disso, examinamos o papel de São Tomé e Príncipe nas relações internacionais, analisando casos específicos de sua política externa. Ao longo das décadas, o país enfrentou desafios económicos e políticos significativos. Sendo, classificado como um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID), o país tem dependido fortemente da cooperação internacional, incluindo assistência de diversos parceiros, para lidar com seus desafios, como a dívida externa e a pobreza instalada. Contudo, destaca-se a posição geográfica privilegiada do país no Golfo da Guiné (GG). Esta região, situada no Oceano Atlântico ao largo da costa oeste da África, é estrategicamente importante e rica em recursos naturais, tornando-se uma área de interesse para várias nações. A exploração desses recursos e o comércio marítimo oferecem oportunidades de desenvolvimento económico para os seus países costeiros. No entanto, a distribuição equitativa dos benefícios dessas atividades e a gestão sustentável dos recursos naturais

são desafios importantes para garantir um desenvolvimento económico sustentável a longo prazo. Em termos de natureza de estudo, tratou-se de uma investigação qualitativa, sustentada pelo paradigma interpretativo da realidade. No que concerne à técnica de recolha de dados, foi privilegiada a análise documental que se centralizou em estudos de literaturas especializadas. A investigação foi orientada por uma pergunta de partida, através da qual procuramos perceber se “o *marketing* político tem ajudado os atores políticos na política externa são-tomense.” Para efeito, levantamos duas hipóteses, em ordem paritária, sendo uma positiva e outra negativa. Assim, os resultados da investigação, apresentados e discutidos nos respetivos capítulos, levaram-nos a concluir que se regista um desenvolvimento na aplicação do *marketing* político entre os atores políticos são-tomenses, contribuindo dessa forma nas alternâncias de poder, bem como tem sido determinante na política externa do arquipélago. A principal limitação do trabalho, prende-se com o número limitado de referência bibliográfica abordando sobre o pequeno Estado Insular, São Tomé e Príncipe.

Palavras-chave: São Tomé e Príncipe; *Marketing* Político; *Marketing* Eleitoral; Imagem de Marca; Credibilidade; Ator Político; Política Externa; Comunidade Internacional.

ABSTRACT

The application of the concept of political marketing in São Toméan politics: Patrice Trovoada image in the national and international context and foreign policy

Estelita Oliveira Tavares

In a world where the immediacy of news has become commonplace, where the mediatisation of events is taken for granted, political marketing is a fundamental tool for the success of party elections. Using an in-depth analysis of the political actor, political marketing defines the strategy that will enable the political actor to be successful in the medium and long term. The political actor's political marketing strategy covers all aspects of the actor's life. It defines the most appropriate behaviour, the way of being, defines its discourse, the causes it will support and those it will disapprove of. Political marketing creates the ideal political actor taking into account the socio-cultural idiosyncrasies of the target audience, giving non-political actors a figure that corresponds to their desires and wishes and that prevails beyond the electoral moments where electoral marketing (which is fleeting and propagandist) reigns supreme. In order to convey the message and image of this perfect figure, it is necessary to use the media, which today occupy a leading place in any marketing strategy. In this increasingly dynamic way of communicating, the media are not limited to traditional radio, newspaper or television stations, but have extended to digital platforms through social networks, specialised blogs, online TV channels and a whole world of information transmission and dissemination that allows the political actor's message to be spread more widely. This evolution in the way politics is done is also felt in São Tomé and Príncipe, where political actors have been adjusting to this reality, which is largely imposed on them by a target audience that is increasingly adept at new information technologies and which expects the São Toméan political actor to behave in a way that is more in line with the major figures in world politics. Also contributing to this evolution of the São Toméan political actor is the increasingly active role of the São Toméan non-political actor, who is becoming more and more participative and active

through the various communication and digital information channels available. This paper has therefore analysed the application of political marketing in the context of São Toméan politics. The analysis of the most prominent political actor in São Tomé, Patrice Emery Trovoada, was used to see the evolution of the application of political marketing in the political life of the country's political actors, as well as to analyse their image in the eyes of the São Toméan people and the international community. The study examines the 2022 legislative elections in which Patrice Trovoada won an absolute majority. This section analyses the political marketing strategies used by Patrice Trovoada during the election campaign, as well as how his image was perceived by São Toméan voters and, consequently, we address the attempted coup d'état in 2022, which had significant repercussions both nationally and internationally. The analysis includes an investigation into the circumstances that led to the coup d'état, its consequences and the response of Patrice Trovoada government. During the Cold War, São Tomé and Príncipe, like many other countries, went through abrupt political changes. The independence process and the subsequent political development of the country took place mainly during this turbulent period. In 1975, São Tomé and Príncipe gained its independence from Portugal, ending centuries of colonial rule. In this study, we analyse the transformations in the country's diplomatic relations that resulted from these historical events. We also examine the role of São Tomé and Príncipe in international relations, analysing specific cases of its foreign policy. Over the decades, the country has faced significant economic and political challenges. As a Small Island Developing State (SIDS), the country has relied heavily on international co-operation, including assistance from various partners, to deal with its challenges, such as foreign debt and poverty. However, the country's privileged geographical position in the Gulf of Guinea (GG) stands out. This region, located in the Atlantic Ocean off the west coast of Africa, is strategically important and rich in natural resources, making it an area of interest for several nations. The exploitation of these resources and maritime trade offer economic development opportunities for its coastal countries. However, the equitable distribution of the benefits of these activities and the sustainable management of natural resources are important challenges for ensuring sustainable economic development in the long term. In terms of the nature of the study, it was a qualitative enquiry, based on the interpretative paradigm of reality. As far as the data collection technique is

concerned, documentary analysis was favoured, focusing on studies of specialised literature. The research was guided by a starting question, through which we sought to understand whether ‘political marketing has helped political actors in São Toméan foreign policy.’ To this end, we raised two hypotheses, one positive and the other negative. Thus, the results of the research, presented and discussed in the respective chapters, lead us to conclude that there has been a development in the application of political marketing among São Toméan political actors, thus contributing to alternations of power, as well as being a determining factor in the archipelago's foreign policy. The main limitation of this work is the limited number of bibliographical references on the small island state of São Tomé and Príncipe.

Keywords: São Tomé and Príncipe; Political Marketing; Electoral Marketing; Brand Image; Credibility; Political Actor; Foreign Policy; International Community.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

ADI: Ação Democrática Independente

AI: Amnistia Internacional

AIEA: Agência Internacional de Energia Atômica

AfCFTA: Zona de Comércio Livre Continental Africana

AMA: American Marketing Association

AP: Aliança Popular

BM: Banco Mundial

CEDEAO: Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CEEAC: Comunidade Económica dos Estados da África Central

CEN-STP: Comissão Eleitoral Nacional de São Tomé e Príncipe

CID-STP: Cidadãos Independentes para o Desenvolvimento de São Tomé e Príncipe

CODO/MRN: Coligação Democrática de Oposição/Movimento de Ressurgimento Nacional

COPAX: Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo do Conselho de Paz e Segurança da África Central

CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CRDSTP: Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe

ELK: Exército de Libertação do Kosovo

EUA: Estados Unidos da América

FAO: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FDC: Frente Democrata Cristã

FIDA: Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

FMI: Fundo Monetário Internacional

FONG-STP: Federação das Organizações Não Governamentais de São Tomé e Príncipe

GG: Golfo da Guiné

GTE: Gabinete Técnico Eleitoral

IND: Instituto Nacional Democrata

JDZ: Zona Conjunta de Desenvolvimento

KFOR: Kosovo Forcers

MCISTP: Movimento de Cidadãos Independentes de São Tomé e Príncipe

MDFM/PL: Movimento Democrático Força para a Mudança-Partido Liberal

MLSTP: Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe

MLSTP/PSD: Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/ Partido Social

MSD/PVDSTP: Movimento Social Democrata/Partido Verde de São Tomé e Príncipe
Democrata

MUDA: Movimento de União para o Desenvolvimento Amplo

NAFTA: Tratado Norte-Americano de Livre Comércio

NATO: NorthAtlanticTreath Organization

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OEA: Organização dos Estados Americanos

OI: Organizações Internacionais

OIT: Organização Internacional do Trabalho

OMC: Organização Mundial do Comércio

OMM: Organização Meteorológica Mundial

OMS: Organização Mundial de Saúde

ONG: Organização não Governamental

ONU: Organização das Nações Unidas

OPEP: Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PALOP: Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PAM: Programa Alimentar Mundial

PCD: Partido da Convergência Democrática

PEID: Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento

PEPS: Partido da Estabilidade e Progresso Social

FPSTP: Partido Força do Povo de São Tomé e Príncipe

PLS: Partido Social Liberal

PND: Plataforma Nacional para Desenvolvimento

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPP: Partido Popular do Progresso

PTOS: Partido de Todos os Santomenses

PTS: Partido Trabalhista Santomense

PUN: Partido da União Nacional

RASD: República Árabe Saharaui Democrática
RDSTP: República Democrática de São Tomé e Príncipe
RFA: República Federal da Alemanha
RPC: República Popular da China
SADC: Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
STP: São Tomé e Príncipe
UA: União Africana
UDD: União para Democracia e Desenvolvimento
UE: União Europeia
UGEAN: União Geral dos Estudantes da África Negra
UIT: União Internacional de Telecomunicações
UMPP: União para Mudança e Progresso do Príncipe
UNDP: União Nacional para Democracia e Progresso
UNCT: United Nations Country Team
UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFPA: O Fundo das Nações Unidas para a População
UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância ou Fundo de Emergência Internacional para Crianças das Nações Unidas
URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEE: Zona Económica Exclusiva

Lista de Tabelas

Tabela 1: Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Tabela 2: Os modelos de formulação e decisão em Política Externa

Tabela 3: Princípios para a igualdade entre países na cena internacional

Tabela 4: Os catorze objetivos da política externa de São Tomé e Príncipe

Tabela 5: Os sete princípios da política externa de São Tomé e Príncipe

Tabela 6: Eleições legislativas do partido ADI

Tabela 7: Eleições legislativa São-Tomenses de 2022

Tabela 8: Lista de primeiros-ministros de São Tomé e Príncipe

Tabela 9: Lista de Primeiros-ministros com a percentagem dos votos

Tabela 10: Resultados das eleições legislativas em percentagens de votos, 1991-2022

Tabela 11: Lista de Presidente da República de São Tomé e Príncipe

Lista de Ilustrações

Ilustração 1: Mapa de São Tomé e Príncipe

Ilustração 2: Mapa dos albaneses e sérvios no Kosovo

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	22
1.1. Justificação do tema.....	22
1.2. Enquadramento e relevância do tema	22
1.3. Objetivos da investigação.....	24
1.4. Questão de investigação	24
1.5. Hipóteses	25
1.6. Metodologia de investigação	25
II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	27
2.1. Marketing Político.....	27
2.2. <i>Marketing</i> Político vs <i>Marketing</i> Eleitoral	29
2.3. A construção do ator político perfeito	31
2.3.1. Imagem e o Discurso.....	31
2.4. O papel dos meios de comunicação.....	33
2.5. O impacto dos novos meios de comunicação: a Internet.....	34
III. <i>MARKETING</i> POLÍTICO NO CONTEXTO DA POLÍTICA SÃO-TOMENSE.....	36
3.1. Forma de Estado: Forma, Regime e Sistema de Governo São-tomense.....	36
3.2. Os meios de comunicação são-tomense: públicos vs privados	37
3.3. Marketing político na 1ª República e na 2ª República.....	39
IV. O VALOR ESTRATÉGICO DA GEOLOCALIZAÇÃO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	41
4.1. São Tomé e Príncipe “duas ilhas no meio do equador”	41
4.2. São Tomé e Príncipe nas Relações Internacionais	43
4.2.1. Organizações Internacionais, enquanto sujeitos do Direito Internacional..	46
4.3. São Tomé e Príncipe no Golfo da Guiné	65
V. POLÍTICA EXTERNA SÃO-TOMENSE: Casos particulares.....	69
5.1. Contextualização da política externa	69
5.1.1. As regras da definição em Política Externa	70
5.1.2. Os modelos de formulação e decisão em Política Externa	72
5.1.2. O processo de decisão em Política Externa	75
5.1.3. Política externa e o interesse nacional dos estados	77
5.1.4. Princípios para a igualdade entre países na cena internacional	78
5.1.5. A política externa são-tomense	79
5.2. Os EUA e a antiga URSS: Guerra Fria	83
5.2.1. São Tomé e Príncipe: o corte diplomático com o comunismo da antiga URSS “Oriental” para o capitalismo dos EUA “Occidental”	85

5.3. A disputa histórica entre República Popular da China (RPC) e Taiwan	88
5.3.1. São Tomé e Príncipe: o corte diplomático com Taiwan para o estabelecimento de alianças com a República Popular da China.....	91
5.4. A questão do Sahara Ocidental e Marrocos	94
5.4.1. Relação diplomática de São Tomé e Príncipe com o Sahara Ocidental e Marrocos.....	97
5.5. A questão do Kosovo e Sérvia	102
5.5.1. Relação diplomática de São Tomé e Príncipe com Sérvia.....	105
VI. PATRICE TROVOADA.....	110
6.1. Relação com as mídias	110
6.2. A imagem de Patrice Trovoada a nível nacional e internacional.....	111
6.3. Parceria com Gabão.....	114
6.4. Surgimento do partido ADI	120
6.7. Eleições legislativas de 2022 em São Tomé e Príncipe.....	126
6.7.1. São Tomé e Príncipe “um espelho da democracia” na África Central	130
6.8. Assalto ao Quartel-General das Forças Armadas de STP em 25 de novembro de 2022.....	134
VII. CONCLUSÃO DO TRABALHO	147
VIII. PÓS. CONCLUSÃO	152
IX. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153
BIBLIOGRAFIA ELETRÓNICA ON LINE.....	161
ANEXO 1: Biografia de Patrice Emery Trovoada	164
ANEXO 2: Lista de primeiros-ministros de São Tomé e Príncipe	165
ANEXO 3: Lista de Primeiros-ministros com a percentagem dos votos	170
ANEXO 4: Resultados das eleições legislativas em percentagens de votos, 1991-2022	174
ANEXO 5: Lista de Presidente da República de São Tomé e Príncipe	178

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de São Tomé e Príncipe	41
Figura 2 - Mapa dos albaneses e sérvios no Kosovo	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	52
Tabela 2 - Os modelos de formulação e decisão em Política Externa.....	75
Tabela 3 - Princípios para a igualdade entre países na cena internacional.....	79
Tabela 4 - Os catorze objetivos da política externa de São Tomé e Príncipe.....	82
Tabela 5 - Os sete princípios da política externa de São Tomé e Príncipe	82
Tabela 6 - Eleições legislativas do partido ADI	124
Tabela 7 - Eleições legislativa são-tomenses de 2022.....	129
Tabela 8 - Lista de primeiros-ministros de São Tomé e Príncipe	169
Tabela 9 - Lista de Primeiros-ministros com a percentagem dos votos.....	174
Tabela 10 - Resultados das eleições legislativas em percentagens de votos, 1991-2022	176
Tabela 11 - Lista de presidente da república de São Tomé e Príncipe	180

I. INTRODUÇÃO

1.1. JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

O presente projeto de investigação, sob o tema “*A aplicação do conceito de marketing político na política são-tomense: A imagem de Patrice Trovoada no contexto nacional e a internacional e a política externa*”, constitui a base da dissertação a ser apresentada à Universidade Lusíada de Lisboa, como parte dos requisitos exigidos para a conclusão do curso de Mestrado em Relações Internacionais.

Optamos por esse tema com a pretensão de analisarmos o marketing político no contexto da política são-tomense, pois sendo São Tomé e Príncipe um Estado democrático, o confronto político e a alternância de poder é uma realidade que leva os atores políticos são-tomenses a procurarem formas cada vez mais eficazes e eficientes de alcançar o poder, tendo em atenção a evolução da sociedade civil são-tomense que exige mais e melhor dos seus atores políticos. Esta exigência por parte dos eleitores são-tomenses obriga os políticos locais a adotarem estratégias que despertem identificação, respeito, admiração, empatia dos eleitores e que granjeiem ao político credibilidade.

Uma vez alcançada a imagem desejada é necessário trabalhar para que ela tenha continuidade, considerando a possibilidade de surgirem eventos inesperados que poderão afetar negativamente a referida imagem.

Contudo, a imagem do ator político é importante não só perante o seu povo, mas também perante as organizações internacionais e não governamentais que operam principalmente dentro do seu país.

1.2. ENQUADRAMENTO E RELEVÂNCIA DO TEMA

O presente trabalho de pesquisa analisou a aplicação do conceito de *marketing* político no contexto da política são-tomense, observando até que ponto os atores políticos nacionais consideram o *marketing* político um instrumento fundamental nas suas estratégias políticas, tendo sido igualmente analisado o conhecimento dos atores políticos são-tomenses no que concerne à diferenciação entre o *marketing* político e o

marketing eleitoral enquanto condição essencial para o uso do *marketing* político. Este mecanismo de tratamento da imagem tornou-se numa ferramenta de trabalho usada mundialmente. Nos dias de hoje, os atores políticos, juntamente com o seu gabinete de *marketing* trabalham no sentido de encontrarem melhores estratégias para enfrentarem os seus adversários, conquistando mais eleitores e criando a sua imagem de marca.

Em São Tomé e Príncipe não poderia ser diferente, pois regista-se uma taxa de abstenção crescente, a população jovem com um crescente nível de literacia e mais exigente por força da globalização e do acesso fácil à informação através dos novos meios de comunicação e informação. Esta nova dinâmica imposta pela tecnologia, obriga os atores políticos a se adaptarem e ajustarem as suas estratégias de comunicação aos novos tempos. Neste sentido, iremos analisar um dos mais destacados e controversos atores políticos são-tomense, Patrice Emery Trovoada que tem demonstrado que o seu gabinete de *marketing* tem trabalhado incansavelmente e tem feito bom uso do *marketing* político ao seu favor.

São Tomé e Príncipe, segundo Pavia (2023) é um dos poucos países da África Central que mesmo com todos os desafios que tem enfrentado, ainda é guiado pelo princípio de Estado Democrático, fazendo com que o país seja bem-visto perante a Comunidade Internacional como um espelho da democracia.

Exemplo disso, se quisermos, é a frequente alternância política que se regista no país como a que resultou das últimas eleições legislativas de 2022, daí o nosso interesse em verificar, por um lado, qual a contribuição do *marketing* político nas alternâncias de poder em São Tomé e Príncipe, de um modo geral, por outro lado, *in casu* concreto, até que o ponto o *marketing* político foi determinante ou contribuiu para a política externa do país, consequentemente analisaremos alguns casos da política externa são-tomense, a imagem nacional e internacional de Patrice Trovoada e o valor da geolocalização das ilhas. Tudo visto no prisma de que o arquipélago está localizado no Golfo da Guiné (GG), numa região rica em recursos naturais. Destaca-se que na opinião de Batista (2016, pág.20), trata-se de “*uma área geoestratégica importante, onde São Tomé e Príncipe dispõe de uma Zona Económica Exclusiva (ZEE), que se estende como território fronteiro de comunicação com os demais países da região*”. Como vimos, a posição geográfica de São Tomé e Príncipe confere ao país uma grande proximidade

com países como Gabão, Nigéria e com a Guiné Equatorial, enquanto países com deficientes sistemas democráticos e ricos em recursos naturais.

1.3. OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO

A investigação pretendida procurará atender os objetivos geral e específicos abaixo plasmados:

1.3.1. Objetivo geral

Em face do breve enquadramento feito em torno do tema, constitui objetivo geral da nossa investigação perceber se o *marketing* político dos atores políticos são-tomenses tem contribuído para uma boa cooperação quer seja bilateral ou multilateral.

1.3.2. Objetivos específicos

No que tange aos objetivos específicos, esforçar-nos-emos no sentido de:

- a) Investigar se existe aplicação do *marketing* político em São Tomé e Príncipe e se ele é diferenciado com o *marketing* eleitoral pelos atores políticos e os seus respetivos partidos;
- b) Avaliar o valor estratégico da geolocalização de São Tomé e Príncipe;
- c) Analisar São Tomé e Príncipe nas relações internacionais, bem como compreender sobre a política externa são-tomense;
- d) Aferir sobre a imagem de Patrice Emery Trovoada perante o povo são-tomense e perante a Comunidade Internacional.

1.4. QUESTÃO DE INVESTIGAÇÃO

Em consonância com a ideia expressa acima e procurando um fio condutor para a nossa investigação, entendemos ser pertinente e oportuno elaborar a seguinte questão de partida: *O marketing político tem amparado os políticos na política externa são-tomense?*

1.5. HIPÓTESES

Relativamente as hipóteses do trabalho elas partem sobre duas perspectivas, sendo uma positiva admitindo que uso desta ferramenta tem ajudado na cooperação para o país e outra no sentido contrário descartando a possibilidade de que o *marketing* político tenha ajudado na política externa são-tomense. E são essas as hipóteses:

- 1) *O marketing político tem contribuído para a política externa são-tomense;*
- 2) *O marketing político não tem contribuído para a política externa são-tomense.*

1.6. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Quanto à origem deste termo *metodologia* é importante saber que a palavra “*metodologia vem do grego “meta” = ao largo; “odos” = caminho; “logos” = discurso, estudo.*” (Cleber e Ernani, 2013). A investigação científica é fruto de um trabalho minucioso no terreno e que deve respeitar a todos os critérios científicos possíveis. Para este trabalho será utilizado o *método qualitativo*, para a recolha dos dados no terreno. Esta recolha não implicará dizer que esteja isenta de técnicas próprias para o efeito. Assim sendo, serão desenvolvidas técnicas próprias na recolha de informações e no seu tratamento como forma de garantir uma melhor qualidade e aproveitamento dessas informações.

É igualmente importante estabelecer um critério bem definido desde a seleção das amostras até ao tratamento das informações recolhidas. Este trabalho deverá responder às seguintes preocupações, desde o ponto de partida: Qual é o objetivo da pesquisa? Que informações pretende-se obter? Este pressuposto mostra como é importante uma definição clara de como trabalhar as informações, as variáveis e o questionário a serem utilizados.

De acordo com Carmo e Ferreira (1998, pág.181) “*As técnicas mais utilizadas em investigação qualitativa são a observação participante, a entrevista em profundidade e a análise documental*”.

Portanto, para a presente investigação, de acordo com a natureza do estudo e atendendo os pontos supracitados, como técnica de recolha de dados, optou-se por utilizar a análise documental que se centralizou em estudos de literaturas especializadas.

Após a definição de algumas regras fundamentais para a metodologia do trabalho científico, poderá afirmar-se que as metodologias a serem utilizadas para este trabalho serão *qualitativa e descritiva nas análises documentais, traduzindo assim, a aplicação dos métodos próprios particularizados* para o nosso tipo de pesquisa. Todavia, a metodologia para a realização deste trabalho recairá sobre alguns pontos fundamentais, a saber: a elaboração do tema, a definição dos objetivos com o tema, as palavras-chaves, o levantamento das bibliografias, a redação do trabalho que contará com a recolha e tratamento dos dados, bem como, as conclusões dos dados e conclusão do trabalho.

II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Os conceitos aqui explícitos nomeadamente, *Marketing* Político, *Marketing* Eleitoral constituem o suporte teórico deste trabalho, uma vez que enquadram a amplitude do estudo em causa. Todavia, este trabalho conta igualmente com dois conceitos, *a Imagem e o Discurso* que são fundamentais no que importam serem definidos, bem como as literaturas utilizadas no processo de análise documental.

2.1. MARKETING POLÍTICO

A campanha do partido democrata para Eisenhower de 1952 e a campanha Nixon vs Kennedy de 1960 nos Estados Unidos de América foram o ponto de partida para o surgimento do *marketing* político. Mas, segundo Kotler & Lévy (1969) foi em 1956 que o termo “*Marketing* Político” foi referido pela primeira vez num estudo do cientista político Stanley Kelley (*apud* Kotler & Lévy, 1969), que segundo os supracitados, queria industrializar a política americana. A abertura aos debates televisivos decisivos em 1964 a 1976 veio acabar com as limitações à publicidade política e permitiram que se atingisse a maturidade com a personalização das campanhas presidenciais e a posterior integração da internet.

Desde a segunda metade dos anos 90 que um grupo de académicos dos Estados Unidos da América, Alemanha e Reino Unido têm tentado estabelecer o *Marketing* Político como uma subdisciplina do *Marketing*, oferecendo novas formas de entender a política atual. Segundo alguns autores, o *marketing* é uma atividade social universalizada que vai além daquilo que é vender pasta de dentes, sabão ou aço. Contudo, Kotler e Lévy (1969) afirmavam que as eleições deveriam ser um dos anfiteatros de estudo do marketing, na medida em que as disputas políticas lembravam que os candidatos eram comercializados como o sabão. Porém, muitos são aqueles que acreditam que a Política é muito mais do que algo comercial e que o *marketing* tem a ver com “estilo” e não com “natureza”, com “imagem” ou “questões”.

Por ser muito parecido com o *marketing* comercial, durante muitos anos, os conceitos de *marketing* político centraram-se no âmbito do conceito de *marketing* comercial. Entretanto, alguns autores ligam a ciência política ao *marketing* político, pois

ciência política¹ é uma disciplina das Ciências Sociais que estuda os sistemas de governo², os comportamentos políticos e as atividades políticas no seu todo. Tendo em conta o âmbito de ação do *marketing* político e o objetivo que o mesmo pretende alcançar pode-se considerar o *marketing* político como uma união entre *Marketing* Comercial e a Ciência Política.

Segundo a teoria tradicional do *marketing* político, os candidatos devem ser analisados como produtos políticos e os partidos deverão ser observados como as marcas que suportam os candidatos e que os diferenciam. Os investigadores na área do *marketing* político aceitaram esta lógica, presumindo que a maioria dos votantes reúne detalhadamente as informações que recebe durante as campanhas, observando os partidos como “marcas” da política que simplificam a sua tomada de decisão. Todavia, essa teoria está sendo superada pela nova visão dos votantes que simplificam a sua tomada de decisão de voto mudando a sua abordagem dos partidos para os candidatos. Nesta versão, o candidato é um importante atributo na definição da “marca” política, sendo que o candidato, acima de qualquer ideologia ou filiação partidária, passa a ser a própria marca da campanha, uma marca que os votantes guardam.

A AMA³ (American Marketing Association) define *marketing* político como “*o marketing designado para influenciar as audiências-alvo a votarem numa pessoa, partido ou proposta específica*” (AMA, 2007).

Segundo Ormrod (2012) o *marketing* político é uma perspectiva a partir do qual se buscam compreender os fenómenos no domínio político e que visam simplificar o intercâmbio de políticas de valores, através das interações nos mercados eleitoral, parlamentar e governamental, para orientarem os relacionamentos com as partes interessadas.

¹ **Política**- segundo Aristóteles é a ciência que tem por objeto a felicidade humana e divide-se em ética (que se preocupa com a felicidade individual do homem na pólis/cidade) e na política propriamente dita (que se preocupa com a felicidade coletiva da pólis/cidade).

² Em ciência política, **o sistema de governo** é o modo pelo qual os poderes se relacionam, especialmente o executivo e o legislativo...

³ **AMA** é um grupo muito interessante para profissionais de Marketing, esforçando para ser a organização mais relevante sobre o Marketing em todo o mundo, ajuda também tanto professores de Marketing como os académicos e profissionais desse ramo a serem bem-sucedidos em seus negócios.

Marketing político também pode ser definido como um conjunto de instrumentos e técnicas que tem como objetivo adequar o seu candidato ao eleitorado, procurando fazê-lo conhecido ao máximo de eleitores num primeiro momento e, em seguida mostrando-o diferente em relação aos outros candidatos, obviamente melhor do que os seus adversários.

Considerado um produto a ser trabalhado, o ator político o candidato deverá ser forjado de acordo com as informações que o gabinete de *marketing* recolhe ao fazer estudos de mercado/opinião junto ao público-alvo do político em causa. Uma vez organizada e sistematizada, a informação recolhida vai permitir ao gabinete de *marketing* fazer o planeamento das ações do político e definir a estratégia de comunicação com base no objetivo final pré-estabelecido. Responsável pela definição e aplicação da estratégia de *marketing* político, o gabinete de *marketing* tem como uma das suas funções maximizar o lado positivo dos acontecimentos e/ou mensagem e minimizar o seu lado negativo de qualquer acontecimento que possa ser desvantajoso para o ator político. Ao gabinete de *marketing* político cabe ainda servir de ponte entre o ator político e as mídias e caso seja necessário intermediar crises internas.

2.2. MARKETING POLÍTICO VS MARKETING ELEITORAL

É de salientar que o *marketing* político e o *marketing* eleitoral são completamente diferentes e não saber diferenciar esses dois conceitos tem custado aos candidatos preciosos votos que podem fazer uma grande diferença nos resultados das eleições. O *marketing* político é contínuo⁴, entretanto podemos defini-lo como conjuntos de instrumentos ou técnicas usadas para avaliar, vender ideias ou imagens. Assim, sendo ele contínuo, trabalha 365 dias por ano, fazendo dele um composto de ações permanentes com o objetivo de divulgar ao máximo a imagem de um político, aumentando o seu poder de influenciar o público-alvo. Entretanto, suscitar dúvidas e, logo depois apresentar soluções, tem como objetivo criar junto ao povo, uma imagem positiva que será usada tanto em disputas de eleições futuras como para adquirir apoio

⁴ *Marketing* político não termina a sua atividade ou a sua linha de ação com a eleição do candidato. Mesmo após a eleição o político eleito deve continuar e saber prevalecer uma boa comunicação com os seus eleitores, isto para manter atento às expectativas e exigências por um lado e por outro, para prestar contas de suas ações e criar um clima de credibilidade, aceitação e confiança entre ele e os eleitores.

do povo para atingir um determinado objetivo político ou social. No *marketing* político o candidato deve se adequar ao seu eleitorado, isto é o candidato deve corresponder aos anseios do seu público-alvo nas mais diversas circunstâncias.

Já o *marketing* eleitoral para Pimentel (2004), *apud* Santos (2011, pág. 40) diz “respeito à grande cena teatral da política que acontece em torno das eleições”. Entretanto, Gomes (2001) *apud* Neto (2008 pág. 29) define

“campanha eleitoral como o conjunto de atividades legais, organizadas ou desenvolvidas pelos partidos, coligações ou comitês de eleitores e candidatos, com o objetivo de arrecadar votos para que determinados políticos possam ocupar, por representação, os cargos políticos públicos.”

O *marketing* eleitoral por seu lado, é um conjunto de técnicas que tem como objetivo tornar um candidato, a um cargo público importante, aceito no período eleitoral através dos projetos e propostas apresentados. Com objetivos claramente definidos, a concretização ou não dos mesmos é facilmente mensurável e analisada. São utilizados todos os meios de comunicação disponível para a divulgação das estratégias políticas. Estando centrado no período eleitoral, os partidos políticos juntamente com os candidatos não poupam esforços para divulgarem de forma mais eficiente as suas propostas, com objetivo de persuadirem em massa os eleitores visando a vitória final.

O *marketing* político permite ao ator político a utilização de ferramentas e técnicas descritivas para o desenvolvimento de uma estratégia de longo prazo que tem como finalidade a manutenção ou incremento do poder, enquanto o *marketing* eleitoral vigora durante o período da campanha eleitoral, ou se traduz num elevado esforço para alavancar a candidatura de um partido ou personalidade. Isso significa que o *marketing* político traz resultados ao longo prazo diferente do *marketing* eleitoral, que é uma estratégia de curto prazo.

A formação da imagem é um trabalho realizado pelo *marketing* político, que encontra o seu expoente máximo através do *marketing* eleitoral que ao ser eficiente permite que o ator político seja capaz de alcançar os objetivos preconizados aquando da elaboração da estratégia de *marketing* político.

O *marketing* político e o *marketing* eleitoral complementam-se tanto no período pré-eleitoral quanto no pós-eleitoral visto que, quando as estratégias do *marketing* político se tornam numa ferramenta do dia a dia de um ator político, o seu uso em períodos eleitorais torna-se fácil pois já é parte do ator político e não apenas a representação momentânea para esse ator político enfrentar o seu adversário.

2.3. A CONSTRUÇÃO DO ATOR POLÍTICO PERFEITO

A construção de um ator político perfeito é um processo contínuo.

O ator político deve ser uma personalidade com a qual a sua comunidade se identifica. O mesmo deve ser representante dos valores e cultura coletiva, refletindo o que de melhor a comunidade a que pertence tem a oferecer. O carisma e liderança natural devem fazer parte da personalidade do ator político. Cabe ao ator político não apenas conhecer-se e ao seu público-alvo, mas também ter o maior e melhor conhecimento possível dos seus adversários. Este conhecimento aprofundado do seu público-alvo e dos adversários permitirá ao mesmo elaborar propostas que cumprem as expectativas do público-alvo, diminuindo a capacidade de resposta do seu oponente.

Entretanto, o ponto chave da construção de um ator político perfeito ou de marca é a credibilidade. Toda a estratégia de *marketing* político e eleitoral do ator político deve estar assente na credibilidade que ele tem diante do público-alvo. A mensagem do ator político só será eficiente e eficaz se ela tiver credibilidade junto do destinatário.

2.3.1. IMAGEM E O DISCURSO

A imagem de marca na vertente política de imagem é tida como um procedimento planejado propositadamente na construção do perfil ideal de um personagem posto no âmbito público com o objetivo de conquistar a aprovação dos eleitores.

A imagem planejada de um candidato deve analisar adequadamente sua maneira de se vestir, a maneira de estar, as emoções demonstradas, a postura, a linguagem não verbais entre outros conjuntos das suas ações. O objetivo é que o candidato tenha uma

aparência, discurso, valores transmitidos e defendidos e um comportamento que correspondam à percepção e aos desejos do eleitor.

Uma vez adquirida essa imagem de marca, faz-se necessário a continuação deste trabalho de manutenção da imagem com o intuito de garantir a continuidade da marca.

Um dos principais elementos para a sustentação do poder e da imagem positiva é o discurso, principalmente em sistemas políticos fundamentados no conceito democrático. Nesse tipo de sistema existe uma necessidade de cultivar as bases políticas e manter credível a sua imagem.

Numa sociedade marcada pela era da imagem e publicidade, onde a prática política está centrada nos padrões de comunicação formados pela linguagem das mídias, a imagem de marca acaba por constituir uma referência identitária na política. Uma vez que o acesso às mídias pela população é crescente, a preocupação com a construção da imagem pública na política cresce na mesma proporção. Outro aspecto de grande relevância para a construção da imagem é o discurso ou capacidade de argumentação. Um ator político que tenha como objetivo transmitir a sua mensagem de forma eficaz, deverá estabelecer como objetivo desenvolver a capacidade de argumentação e oratória.

O domínio da argumentação permitirá ao ator político defender as suas ideias, defender de forma mais assertiva as posições escolhidas, analisar e criticar de forma sustentada o adversário justificar as decisões por si tomadas, de. A elaboração do discurso deve ter em conta o público-alvo, as suas particularidades e o momento em que se encontram. O ator político é resultado da imagem que ele transmite ao seu público-alvo, é avaliado pela mensagem que transmite, pelos valores que defende e promove nos seus discursos. A imagem do ator político é o que ele é na mente do seu público-alvo. Ao gabinete de *marketing* cabe considerar e ter em conta todos os aspectos que rodeiam o ator político, os aspectos socioculturais, económicos da sua realidade, antes de definir as linhas orientadoras da estratégia de *marketing* político.

2.4. O PAPEL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Os meios de comunicação são instrumentos que nos auxiliam a receber ou transmitir informações. São eles que ligam o ator político dos seus eleitores. Os meios de comunicação, principalmente a imprensa, têm muita influência na compreensão das informações transmitidas pelos políticos aos seus eleitores, pois nem sempre a imagem que o candidato projeta é recebida com o mesmo significado pelos eleitores, pois muitas das vezes acabam por transmitir as informações passíveis de diferentes interpretações.

Normalmente, os meios de comunicação são chamados de Mídias (conjunto de meios de comunicação que abarca os meios de comunicação tradicionais e os modernos) e são usados pelo ator político para passar a mensagem para as massas. Os Mídias são um canal de comunicação rápido, fácil que permite ao candidato possa comunicar com os seus eleitores. Podendo ser: rádio, televisão, revistas, jornal, livros, redes sociais, blogs, canais on-line e cinema.

Dentre os aspectos positivos dos Mídias destaca-se o papel de informar, a imparcialidade, a defesa do interesse coletivo. Contudo, as mídias também estão sujeitas a manipulação, tendências sensacionalistas, ou condicionamento político. Vítimas de pressão política (com maior ou menor grau dependendo do país) os mídia têm o poder de ajudar a criar uma imagem positiva ou a destruir a imagem de um ator político.

Por ser a parte mais visível de composto de *marketing* político, as atividades de comunicação costumam ser muito valorizadas pelos candidatos em detrimento das atividades anteriores de *marketing* político, pois o uso inteligente dos meios de comunicação permitirá ao ator político ter a visibilidade necessária para a transmissão da sua mensagem. Os meios de comunicação tradicionais como rádio, televisão e jornais na maior parte do tempo só permitem a comunicação por uma via, ou seja, o ator político transmite e o ator não político apenas recebe. Não é dada a este último a possibilidade de resposta imediata. Esta dinâmica de comunicação sofreu uma alteração significativa com o aparecimento e difusão do uso da internet (através de sites, plataformas sociais e audiovisuais) e o advento da comunicação móvel, permite uma interação imediata entre os atores não políticos e os atores políticos. Podemos afirmar

que os novos meios de comunicação tornaram o ator não político, até então integrante passivo da comunicação política, em parte dinâmica e ativa da comunicação política.

2.5. O IMPACTO DOS NOVOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: A INTERNET

Os meios de comunicação possibilitam as transferências de informações entre todas as pessoas que o utilizam, em vários locais, em tempo e espaço diferentes. Entretanto, foi percorrido um longo caminho para a evolução da comunicação, desde a palavra falada até a internet sem fios utilizada atualmente e com isso as pessoas se comunicam em tempo real, por meio de som, imagem e vídeo em qualquer quase todo o planeta.

Tendo surgido na década de 70, para efeitos de estudos militares, a internet rapidamente passou a fazer parte do cotidiano das pessoas e conquistou um lugar cimeiro enquanto meio de comunicação que liga o globo de forma rápida. Ela é hoje a maior rede de comunicação existente ligando pessoas que embora desconhecidas partilham valores e ideias. A transmissão de informação, a partilha de forma grátis ou muito barata, criou um campo de ação estratégico e muito importante para os atores políticos. A vida política viu-se irremediavelmente alterada por esta rede de comunicação. Algumas tendências tornaram-se obrigatórias e aos atores políticos é imposto uma nova forma de abordar/comunicar e interagir com os atores não políticos. Na internet podemos encontrar: sites “personalizados”; blogs “personalizados”; plataformas sociais; canais de TV online entre outros que são aos atores não políticos a mesma importância dada aos atores políticos tornando-os ativos e intervenientes. Os novos meios de comunicação permitem que os eleitores interfiram nos discursos políticos até mesmo nas ações políticas, fazendo deles intervenientes ou participantes ativos na política.

Como qualquer outra invenção, a internet tem vantagens e desvantagens. Se por um lado a internet permite uma maior interação; imediatismo; maior e melhor divulgação da mensagem dos intervenientes da comunicação, ela também expõe ambos os intervenientes, deixando-os sujeitos a crítica; vulnerável, e o risco de desvios de mensagens cresce exponencialmente, uma vez que ninguém controla ninguém. Muitos

investigadores consideram que este novo meio de comunicação veio aumentar o desempenho cívico, especialmente no seio dos jovens votantes.

Embora a utilização da internet para campanhas eleitorais seja uma realidade de longa data, foi em 2008 na campanha realizada por Barack Obama e o partido Democrata para a eleição presidencial dos Estados Unidos da América que foram traçados novos rumos para o marketing político digital, reescrevendo regras de como atingir o eleitorado através da internet. Este uso diferenciado e assertivo da internet e redes sociais levaram a que ela alcançasse um papel de grande relevo na nova era da comunicação e gestão dos relacionamentos entre as pessoas, permitindo uma maior proximidade entre político e eleitor, através de mensagens criadas especificamente para o público-alvo.

III. *MARKETING* POLÍTICO NO CONTEXTO DA POLÍTICA SÃO-TOMENSE

3.1. FORMA DE ESTADO: FORMA, REGIME E SISTEMA DE GOVERNO SÃO-TOMENSE

O Estado é constituído por um poder político ou soberania, povo e território, sendo que, território é o espaço físico onde o Estado exerce a sua soberania ou o seu poder político, onde este último é a capacidade de decidir sem a influência externa e povo é o conjunto de pessoas que ocupam esse espaço físico segundo o critério de nacionalidade.

Quanto à forma de Estado, a Constituição da República Democrática de STP de 2003, no seu artigo 5.º, n.º 1, afirma que: “A República Democrática de São Tomé e Príncipe é um **Estado unitário**, sem prejuízo da existência de autarquias locais.” Em São Tomé e Príncipe a **forma de governo é a República**. Nesta forma de governo, o povo tem o direito e o dever de escolher os seus governantes, o povo deve participar da administração de forma direta ou indireta, dependendo do sistema de governo. Os governantes, escolhidos pelo povo administram o Estado visando o bem comum.

Conforme a Constituição da República Democrática de STP de 2003 artigo 6º alínea primeira “A República Democrática de São Tomé e Príncipe é um Estado de Direito democrático, baseado nos direitos fundamentais da pessoa humana.” Logo, em STP o regime patente é o **regime Democrático** que é aquele que rege através da participação popular, pois, o poder é originado do povo, proporcionando voz e ação à população através da criação de leis, fiscalização, escolha dos representantes, direta ou indiretamente sendo, que democracia é a vontade do povo marcado pela ideia de soberania popular.

Sistema de governo é o relacionamento entre os poderes constituídos do Estado e essa relação é a base principal; podemos afirmar que é a organização dos poderes Executivo e Legislativo. No nosso país **o sistema de governo é semipresidencialista de pendor parlamentar**. Este sistema é uma combinação de elementos do sistema

parlamentar⁵ e do sistema presidencial⁶. No sistema supracitado o Presidente, tal como no sistema presidencialista é eleito por sufrágio universal, existe distinção entre o Chefe de Estado e o Chefe de Governo, sendo que o Chefe de Estado é o Presidente⁷ o Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro.

3.2. OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SÃO-TOMENSE: PÚBLICOS VS PRIVADOS

Em São Tomé e Príncipe existem vários meios de comunicação que trabalham com o objetivo de fazerem chegar as informações às populações sendo alguns públicos e outros privados.

Os meios de comunicação públicos podem ser entendidos como um instrumento de comunicação necessária à democracia, como maneira de garantir a liberdade e a autonomia da sociedade, tendo como principais alicerces a diversidade e a diferença. É uma comunicação que acontece no espaço público e pretende ser um meio de negociação, debate e interesse público, envolvendo a Sociedade Civil, o Estado e o Governo.

O público é visto normalmente, na democracia como o que convém e interessa a todos. Logo, os meios de comunicação públicos são todos os meios de comunicação

⁵ **Sistema parlamentar** é um sistema de governo em que o poder legislativo (parlamento) oferece a sustentação política (apoio direto ou indireto) para o poder executivo (Governo). Logo, o poder executivo necessita do poder do parlamento para ser formado e para governar. No parlamentarismo, o poder executivo é, geralmente, exercido por um primeiro-ministro.

⁶ **Sistema presidencial** é um sistema de governo em que o poder executivo é chefiado pelo presidente da República, sendo que ele é o chefe máximo do Estado e assume as funções de chefe de Estado e chefe de governo. É ele quem escolhe os ministros que vão lhe auxiliar e serem os responsáveis pelos Ministérios durante o período de governo.

⁷ O poder do Presidente depende também da formação do Governo isto porque quando nas eleições vence um partido político com maioria absoluta no Parlamento, o Governo é formado por esse partido e o Primeiro-Ministro é o líder do partido maioritário. Entretanto, trata-se de um Governo forte e estável que pode desempenhar as suas funções sem dificuldades durante toda a sua legislatura. É o que aconteceu nas eleições legislativa de 2014, no qual o Partido ADI representado pelo seu Líder Patrice Emery Trovoada ganhou as eleições com uma maioria absoluta, tornando-se no primeiro caso em que houve um mandato executado em 4 anos por um Governo desde 1990 até aos dias atuais. Todavia, se não é possível formar um Governo maioritário, as dificuldades na formação do Governo e a sua instabilidade tornam-se observáveis é o que tem acontecido em STP. Com maioria absoluta o espaço de exercício dos poderes atribuídos pela Constituição ao Presidente da República fica bastante reduzido porque Governo e Parlamento asseguram uma governação estável e com o Governo minoritário, a margem de intervenção do Presidente aumenta, havendo pressão e dificuldade entre o Governo e o Parlamento.

pertencentes ao Estado e estes meios de comunicação devem transmitir informações às populações. Normalmente, devem ser meios de comunicação abertos ao público, transparente e imparciais na transmissão das informações. Entretanto, a população precisa ter consciência de que um bem público é propriedade do povo. Em STP os meios de comunicação públicos são: Rádio Nacional de São Tomé e Príncipe; Televisão Santomense; Rádio Regional; Jornal STP Press.

Os meios de comunicação privados são meios de comunicação pertencentes a uma entidade privada. Os meios de comunicação privados em S. Tomé são: Rádio Jubilar; Rádio Viva; RDP⁸ e RTP África⁹; Jornal Parvo, Jornal K, Jornal Digital Téla Nón e Voz de América.

Ao olharmos para os meios de comunicação tradicionais por excelência (rádio e televisão), as estações televisivas diferenciam-se por permitir ao público ver os atores políticos, podendo analisá-los para além das suas palavras. A televisão põe em evidência a imagem do ator político e obriga-o a ser mais cauteloso com os seus gestos e ações. Embora a televisão continue a ter um papel preponderante na divulgação da imagem e discurso do ator político em S. Tomé e Príncipe, um novo meio de comunicação ganha cada vez mais espaço.

A Internet veio revolucionar a forma de comunicar politicamente em STP. Já não são apenas os comícios e tempos de antena na televisão. As plataformas digitais como o Facebook, Instagram, Youtube ou Twitter, ganham uma importância crescente no seio da classe política que tem procurado estar presente nestas redes interagindo com o seu público-alvo.

⁸ **A RDP-África** estação de rádio portuguesa da rede RTP – Rádio e Televisão de Portugal, criada em 1994, a programação é baseada na música (principalmente dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), na informação, na cultura e no desporto. https://pt.wikipedia.org/wiki/RDP_%C3%81frica (consultado em 27 de março pelas 10:18)

⁹ **A RTP África** é um canal televisivo generalista coproduzido pela RTP. Destina-se aos habitantes dos países africanos de língua oficial portuguesa originais. A RTP África permite, 24 horas por dia, que as audiências dos países africanos dos PALOP e Portugal tenham acesso, em simultâneo, à mesma programação, com especial destaque para as notícias do dia e para os programas produzidos em e para África, além da programação retirada da RTP https://pt.wikipedia.org/wiki/RTP_%C3%81frica (consultado em 27 de março pelas 10:33)

3.3. *MARKETING* POLÍTICO NA 1ª REPÚBLICA E NA 2ª REPÚBLICA

A primeira República teve lugar entre 1975 e 1990, sob a governação do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), que era liderado por Manuel Pinto da Costa. Sendo um regime de partido único, não havendo adversários, não era patente a presença do conceito de *marketing* político, pois o próprio regime não obrigava a existência do marketing político. Mas, existia uma estratégia de comunicação e propaganda política que era concretizada através de ações de índole social como os trabalhos cívicos que alimentavam um sentimento de coletividade entre a população. Embora, o sistema não obrigava o *marketing* político, a escolaridade era obrigatória, a saúde e educação eram gratuitas, isso ajudava a ganhar a simpatia do povo. Na altura existia os meios de comunicação tradicionais Rádio /Televisão.

A implementação do regime Democrático, resultou no surgimento da segunda República e do conseqüente multipartidarismo. O surgimento de vários atores políticos com objetivos e aspirações distintas promoveu a criação de estratégias políticas.

Conjuntamente com as dinâmicas da globalização, o país entrou paulatinamente na era das mídias digitais, cuja adesão por parte de santomenses é crescente.¹⁰ Esta nova realidade obrigou os atores políticos santomenses a readaptarem as suas estratégias, a forma de comunicar e agir. A consciência de que a mídia digital abrange uma enorme percentagem da população, leva a que o ator político adira a esta nova forma de comunicar. Os meios de comunicação digital dão ao ator político visibilidade interna, mas também internacional. Permite-lhe estar mais presente e perto do seu público-alvo e evitar o sentimento de distanciamento. Contudo, estes mesmos meios expõem mais o ator político. O mesmo está sujeito às críticas e escrutínio público de forma permanente e irrevogável.

Entretanto, a evolução do *Marketing* Político começou em 1991 com a implementação do sistema Democrático, logo nas primeiras eleições não apercebia a presença do *Marketing* Político, mas com o passar dos anos e com novos meios de comunicação ficou mais visível a utilização desse conceito pelos políticos e todos os

¹⁰ CST- Num país de mais de 160 mil habitantes CST tem por volta de 150 mil clientes no serviço móvel.

partidos políticos em STP têm estados a utilizar o *marketing* político. Pois, promove a figura do líder, entretanto em relação a 10 anos atrás o país está bem avançado.

IV. O VALOR ESTRATÉGICO DA GEOLOCALIZAÇÃO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

4.1. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE “DUAS ILHAS NO MEIO DO EQUADOR”



Figura 1 - Mapa de São Tomé e Príncipe¹¹

Oficialmente conhecido como a República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP) é um arquipélago formado por duas ilhas de origem vulcânica e ilhéus adjacentes que se distanciam cerca de 150 km uma da outra, localizadas no Golfo da Guiné, a cerca de 300 km da costa Ocidental de África fazendo que sejam atravessadas pelo Equador. São Tomé tem uma área de 875 km² e Príncipe tem 139 km², entretanto as duas ilhas têm um total correspondente a 996 km². Além das duas ilhas principais, existem alguns ilhéus que pertencem ao país: ilhéus das Rolas, das Cabras, Bombom, Boné Jockey, Pedras Tinhosas e demais ilhéus adjacentes.

Embora, não exista a certeza da data exata das descobertas de STP, há um consenso sobre elas. Então, a ilha de São Tomé foi descoberta em 21 de dezembro de 1470 e a ilha do Príncipe em 17 de janeiro de 1471 pelos navegadores portugueses

¹¹ Fonte: <https://kley1984.no.comunidades.net/?fbclid=IwAR1mzvvpkbpzpx> (consultado em 05 de dezembro de 2023 pelas 19:23)

Pedro de Escobar e João de Santarém, fazendo parte das suas colónias desde o século XV até o século XX. Tornou-se independente em 12 de julho de 1975.

De acordo com a “Lei da divisão Administrativa de 1980”, o país ficou dividido em sete distritos, sendo seis em São Tomé (Água-Grande, Mé –Zochi, Cantagalo, Caué, Lobata, Lembá) e um para a Região Autónoma do Príncipe (Santo António). Cada um dos distritos tem os seus órgãos administrativos, ou seja, as câmaras distritais e câmara regional de cada um distrito (composta por vilas, localidades e cidades) (República Democrática de São Tomé e Príncipe, 2018c).

Segundo Seibert (2001), em 1987, STP teve a primeira intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI), o que prejudicou imenso o país no cenário internacional, pois o mesmo tinha feito a sua recém dissociação com o bloco soviético. Esta situação refletiu-se na desestruturação da economia, do sistema social.

São Tomé e Príncipe é considerado um pequeno Estado insular em vias de desenvolvimento, conta com uma população de cerca de 225.000 habitantes em 2021 e é um país com uma economia frágil e de rendimento médio baixo, em termos económicos, dependendo exclusivamente da ajuda externa e da importação. Devido a sua insularidade o país enfrenta vários desafios, a distância do continente dos Estados faz com que haja um aumento nos custos de exportação e o número limitado de pessoas (capital humano) não permite a produção eficiente de bens e serviços para dar respostas às necessidades da procura no mercado nacional e das exportações. Todavia, o cacau sempre constituiu a maior parte das exportações, onde nos últimos anos o turismo tem ganhado uma vantagem comparativa e constitui uma importante atividade económica (World Bank, 2018).

O país por situar no Golfo da Guiné (GG) dispõe de uma riqueza natural inexplorada, incluindo florestas tropicais virgens com uma biodiversidade rica e única, o que é favorável ao turismo baseado na natureza e que deveriam ser mais aproveitados em prol do seu desenvolvimento, mesmo tendo em abundância, São Tomé e Príncipe infelizmente não consegue aproveitá-los. Todavia, o país atualmente tem uma população jovem e cada vez mais instruída.

Devido à sua insularidade e por ser um Estado pequeno o arquipélago enfrenta muitos obstáculos, dificultando assim a sua capacidade de lidar com os choques externos e manter uma economia equilibrada. Entretanto, São Tomé e Príncipe está incluído na lista dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID). São fatores como: população pequena, mercado de pequeno tamanho, isolamento relativo, recursos e limitações nas exportações que ocasiona choques económicos externos, vulnerabilidade às ameaças ambientais, alterações climáticas, exposição aos desastres naturais que ocorrem devido a fenómenos climáticos, dependência excessiva do comércio internacional que identifica um PEID. A maior parte das economias dos Estados insulares tem proveniência da agricultura que serve para subsistência e para a exportação. Esse rendimento é muito baixo, sujeitas a mudança dos preços exportados bem como o aparecimento de novos produtos continentais mais competitivos.

Logo, o caso de São Tomé e Príncipe não é diferente aos outros Estados insulares, em termos económicos, o país sobrevive transversalmente da ajuda externa dos seus parceiros regionais e internacionais. Percebe-se que a balança comercial é deficitária, pois o país sobrevive mais das importações de bens, serviços e mercadorias do que das exportações dos seus produtos, mesmo o cacau tendo um grande peso nas suas exportações.

4.2. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Teóricos políticos como Nicolau Maquiavel¹², Thomas Hobbes¹³ e John Locke¹⁴ entre outros destacam-se por suas contribuições importantes para a compreensão das estruturas e funções do Estado. Desde a sua formação jurídico-política até os dias de hoje, o Estado enfrentou diversas transformações ao longo dos anos. Segundo Skinner (1996), Maquiavel, na sua obra "O Príncipe", apresenta uma perspectiva realista e pragmática sobre o Estado, porquanto enfatiza a importância do poder político e da estabilidade do Estado, argumentando que o governante deve estar disposto a usar

¹² (1469 - 1527)

¹³ (1588 - 1679)

¹⁴ (1632 - 1704)

meios cruéis, se necessário, para manter o controle e garantir a ordem e o bem comum. Já o teórico político, Hobbes na sua obra “Leviatã” defende uma autoridade absoluta do Estado como meio de evitar o caos e o conflito, estabelecendo assim uma base para a teoria do Estado moderno. E por fim o filósofo político, Locke, enfatiza que o governo legítimo deriva do consentimento dos governados e tem a responsabilidade de proteger a vida, a liberdade e a propriedade dos cidadãos. Essa perspectiva influenciou intensamente o desenvolvimento das democracias liberais modernas, conquanto nem todas as nações e sistemas políticos adotem totalmente os princípios lockeanos.

Entretanto, o conceito de Estado é central na teoria política, identificando como uma entidade política organizada que detém autoridade e soberania sobre um território e sua população. Embora, existem muitos conceitos sobre o Estado, os elementos para a sua definição são os mesmos. Esses elementos comuns incluem a existência de um território definido; uma população residente permanente e outros grupos que estão sob a jurisdição do Estado; um governo que exerce autoridade suprema sobre esse território e a população e autonomia tanto nos seus assuntos internos como externos, e a capacidade de fazer e aplicar leis para manter a ordem, se necessário usando a força.

Nas Relações Internacionais o Estado continua a ser o ator mais importante. Para defensores da teoria realista, o Estado é o único ator internacional, visto que compete exclusivamente ao Estado a decisão nas Relações Internacionais de fazer guerra e de promoção da paz. Pois, os realistas acreditam que o sistema internacional é caracterizado pela anarquia, o que significa uma ausência de uma autoridade central que possa estabelecer leis e regulamentos internacionais. Em um sistema anárquico, os Estados são considerados atores soberanos e autônomos em busca de seus próprios interesses nacionais. Mas, para os que defendem a teoria idealista, mesmo com a importância dos Estados, eles atuam nas Relações Internacionais juntamente com outros atores internacionais que são importantes, tais como as organizações intergovernamentais, as ONG’s, entre outras.

Segundo Género (2019, pág. 31), “*a integração ao sistema internacional de um Estado deve-se a três elementos: uma população, um território e um governo, todavia a soberania também é importante, pois é vista como um princípio da igualdade soberana dos Estados, no cenário internacional.*” Concluindo que todos os Estados são iguais,

possuem os mesmos direitos independentemente da sua riqueza, do seu tamanho e posicionamento.

O que permite a existência de um novo Estado no sistema internacional perante outros Estados soberanos é o reconhecimento internacional. Nessa conjuntura, o Estado soberano é considerado como o único ator racional e válido no sistema internacional na defesa dos seus interesses nacionais. A atuação de um Estado nas Relações Internacionais é feita através dos instrumentos pacíficos e violentos. Sendo os instrumentos pacíficos, a negociação direta, a diplomacia e a mediação e os instrumentos violentos, a dissuasão, a ameaça, a guerra económica, a pressão militar e, por fim, a guerra.

São Tomé e Príncipe a partir de 12 de julho de 1975, com a proclamação da sua independência tornou-se num novo Estado soberano, oficialmente a RDSTP, é um novo ator das Relações Internacionais.

“São Tomé e Príncipe, o mais recente Estado apercebeu-se que para atingir o seu desenvolvimento teria de buscar novas oportunidades, através da abertura para o mundo internacional, a necessidade da cooperação, a criação de alianças e parcerias, na definição de novas estratégias como no entendimento da interdependência dos Estados no sistema internacional” (Género, 2019, pág.31).

Segundo a República Democrática de São Tomé e Príncipe, 2003, artg.12º, pág. 4:

“A RDSTP está decidida a contribuir para a salvaguarda da paz universal, para o estabelecimento de relações de igualdade de direitos e respeito mútuo da soberania entre todos os Estados e para o progresso social da humanidade, na base dos princípios do direito internacional e da coexistência pacífica; proclama a sua adesão à Declaração Universal dos Direitos do Homem e aos seus princípios e objetivos da União Africana e da Organização das Nações Unidas; mantém laços especiais de amizade e de cooperação com os países de Língua Portuguesa e com os países de acolhimento de emigrantes são-tomenses e promove e desenvolve laços privilegiados de amizade e cooperação com os países vizinhos e os da região” (Constituição da República)

Segundo Género (2019), o poder político são-tomense é uma junção da ordem, da autoridade, da boa-fé, da ajuda e da cooperação internacional. Pois, STP é um Estado soberano, de recursos limitados, o seu poder de impor o seu desejo aos outros atores no sistema internacional, ou pela dissuasão aos outros atores acerca dos seus interesses, também são extremamente limitados. Não obstante, mesmo sendo limitados os seus interesses no plano internacional, os seus recursos insuficientes permitem ao país

possuir frentes diplomáticas em diversos países, com o intuito de controlar, até mesmo manipular, as atitudes dos seus adversários. Isto porque, o país detém de recurso de relevância nas Relações Internacionais como é o caso da sua posição geográfica, que ocupa um lugar estratégico, permitindo ao país ser a porta de entrada e saída para a região bastante importante do Golfo da Guiné. Também, sendo um Estado insular, o seu acesso ao mar e a extensão territorial são recursos almejados por qualquer Estado, esse mesmo fator de poder relevante nas Relações Internacionais que é a sua geografia (fertilidade do solo e posição geoestratégica), espaço territorial bem como o seu poder de igualdade de voto nos fóruns internacionais, juntamente com os seus recursos como o clima, o relevo, a hidrografia e a qualidade do solo e do subsolo são privilégios que se bem utilizados, STP poderá fazer frente a outro Estado.

São Tomé e Príncipe é um pequeno Estados insular localizado no Golfo da Guiné, na costa oeste da África, igualmente aos outros Estados, sua atuação nas relações internacionais é influenciada por uma série de fatores, incluindo sua geografia, economia, história e política.

4.2.1. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS, ENQUANTO SUJEITOS DO DIREITO INTERNACIONAL

Os Estados aperceberam que sozinhos não conseguiriam dar respostas aos problemas internacionais, daí a necessidade de surgimento das organizações internacionais. Contudo, transferiram competências, mas não o mais importante que é o poder de decisão. Então, as organizações internacionais são caracterizadas como associação jurídica de carácter extremamente voluntário de sujeitos de direito internacional público, constituídos por Estados, fundada mediante procedimento internacional “tratado de criação ou constitutivos”, munida de regras e órgãos de direção próprios “estatutos”, com o intuito de alcançar os objetivos comuns que os seus Estados membros constituintes determinarem. Então, isso faz com que as organizações internacionais depois de criadas obtêm personalidade jurídica internacional independente da dos seus Estados membros, fazendo com que obtenham direitos e obrigações em seu nome e por sua conta, inclusive por intermédio da celebração de tratados com outras organizações internacionais e com Estados, nos termos do seu ato constitutivo.

Na esfera da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais, de 1986, as organizações internacionais possuem o direito de legação, podendo manter relações diplomáticas com outros sujeitos de direito internacional. Em geral, tanto o direito de legação ativo (enviar representante) como o passivo (recebê-lo) são exercidos por meio de observadores.

O espaço geográfico na extensão das suas atividades se enquadra em:

- Organizações. Universais ou vocação universal: ONU, FMI, BM, OMS, OMC, UNICEF, UNESCO
- Organizações intercontinentais: OCDE, NATO, OPEP
- Organizações continentais: OEA, UA
- Organizações regionais ou sub-regionais: UE, NAFTA, MERCOSUL, Pacto Andino.

As finalidades das organizações internacionais são entre elas:

- No ramo político: ONU, OEA, UA, Conselho da Europa, Liga Árabe
- No ramo económico e financeiro: BM, FMI
- No ramo militar: NATO, (Pacto de Varsóvia)
- No ramo social e humanitária: UNICEF, FAO, OIT, UNESCO
- No ramo científico, cultural e técnico: OIT, FAO, UNESCO, OMM, AIEA, PNUD, UIT, FIDA.

As características das organizações internacionais são:

1. Criadas pelos Estados, denominadas assim por interestatais;
2. Constituídas por tratados internacionais multilaterais;

3. Compostas por órgãos de carácter permanentes, com vontade própria e que zelam pelos interesses da própria organização;
4. São sujeitos de direito internacional, logo possuem personalidade jurídica própria e capacidade civil;
5. Carácter voluntário e
6. Gozam de privilégios e imunidades concernentes aos exercícios das suas funções.

A personalidade jurídica das organizações internacionais consoante ao parecer consultivo de 11 de abril de 1949 da Corte Internacional da Justiça abrange: a legitimidade para arbitrar ações; Direito de convenção e privilégios e imunidades nos países assinantes do seu tratado de constituição.

Quanto aos Estados-membros existem: membros originários e admitidos (caso houver previsão no tratado da constituição, podendo sofrer limitações e restrições).

Embora os acordos sejam firmados nem sempre os Estados membros cumprem esses acordos então, em caso de incumprimentos as sanções que os membros podem sofrer já ficam explícitas no tratado da constituição que dividem em dois tipos: as sanções por suspensão de direitos que significa que os Estados membros ficam impedidos de participarem das organizações por um tempo definido; e a outra sanção é a expulsão do Estado membro da organização internacional.

4.2.1.1. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Desde a sua independência, em 1975, que o governo de São Tomé e Príncipe trabalha em parceria com as Nações Unidas. Daí em diante, o país assinou acordos de cooperação com diversos países e organizações internacionais permitindo o estabelecimento de missões diplomáticas. Entretanto, depois da sua independência mesmo aceite como membro de pleno direito da ONU, somente em 1978, STP conseguiu uma representação diplomática permanente junto da ONU, formada por um representante permanente, um secretário administrativo e um contínuo. Então, como

membro das Nações Unidas, São Tomé e Príncipe participa das atividades e deliberações dessa organização, incluindo a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança e outras agências especializadas. Ambas são parceiras de desenvolvimento, juntamente com a sociedade civil e o setor privado trabalham para o desenvolvimento social-económico sustentável com base na promoção da paz, no respeito pelos direitos humanos, na igualdade de género, no uso sustentável dos recursos naturais e no aconselhamento político. Atualmente o país conta com mais de uma dezena das agências das Nações Unidas como reflexo de reforço da relação entre ambas, como a UNICEF, FAO, UNFPA, PNUD¹⁵ e PAM¹⁶ são agências da ONU com maior expressão no arquipélago são-tomense.

O sistema das Nações Unidas trabalha como uma equipa, com a finalidade de desenvolver a melhor estratégia para dar resposta às necessidades e planos nacionais. Cada agência tem os seus próprios programas e projetos, correspondentes aos seus respetivos mandatos, a Equipa País das Nações Unidas (UNCT) United Nations Country Team tem como objetivo assegurar que esses programas desenvolvam esforços mútuos e ofereçam assistência coordenada e eficiente ao país.

Em São Tomé e Príncipe esta equipa é orientada pelo Coordenador Residente das Nações Unidas. Mensalmente esta equipa reúne-se com o objetivo de traçar estratégias, partilhar informação bem como coordenar o trabalho da organização em São Tomé e Príncipe. O grupo é composto por representantes das agências operacionais residentes e por outras agências não residentes das Nações Unidas com a equipa ativa no país.

O novo quadro de cooperação para o desenvolvimento sustentável das Nações Unidas (UNSDCF) para 2023-2027 foi assinado em novembro de 2022, após um amplo processo de consulta com o governo, a sociedade civil, o setor privado e os parceiros

¹⁵ É membro fundador do Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas, um conjunto de agências e programas da ONU focados no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

¹⁶ PAM é membro executivo do Grupo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas

internacionais de desenvolvimento. Alinha-se com as prioridades nacionais e visa acompanhar as autoridades na implementação do seu novo programa de Governo¹⁷.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), também conhecidos como Objetivos Globais, foram adotados pelos membros das Nações Unidas em 2015 como um apelo universal à ação para acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir que até 2030 todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade. Esses 17 ODS da ONU representam uma agenda global abrangente para abordar os desafios sociais, económicos e ambientais enfrentados pela humanidade. Então, em São Tomé e Príncipe, esses objetivos são considerados um quadro importante para orientar políticas e ações externas para o desenvolvimento sustentável do arquipélago. Para a realização dos 17 ODS, é preciso parcerias entre o governo, a sociedade civil e o setor privado.

Os 17 ODS estão interligados, logo, a ação em uma área afetará os resultados em outras, e os países devem comprometer a priorizar o progresso de forma a não deixar ninguém para trás. Os ODS envolvem uma abordagem integrada que aborda uma ampla gama de questões, desde a erradicação da pobreza e da fome até a promoção da igualdade de género, a proteção do meio ambiente e o fortalecimento das instituições, como podemos notar no quadro a baixo.

1. Erradicação da pobreza	Erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares;
2. Fome zero e agricultura sustentável	Extirpar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável;
3. Saúde e Bem-Estar	Garantir o acesso à saúde de qualidade e

¹⁷ website da equipa de país das Nações Unidas em São Tomé e Príncipe, 2023 disponível em <https://saotomeeprincipe.un.org/pt/about/about-the-un> (consultado em 20 novembro de 2023 pelas 23:12)

	promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
4. Educação de qualidade	Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
5. Igualdade de género	Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas;
6. Água potável e saneamento	Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos;
7. Energia limpa e acessível	Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos;
8. Trabalho decente e crescimento económico	Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos;
9. Indústria, inovação e infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
10. Redução das desigualdades	Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países;
11. Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis;

12. Consumo e produção responsáveis	Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis;
13. Ação contra a mudança global do clima	Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos;
14. Vida na água	Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
15. Vida terrestre	Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade;
16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis e
17. Parcerias e meios de implementação	Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Tabela 1 - Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Quadro da autoria da autora

“Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares possam desfrutar de paz e prosperidade. Enquanto Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (SIDS), São Tomé e Príncipe e os seus parceiros têm trabalhado e, continuarão através de projetos catalisadores, na direção da defesa dos direitos humanos, com enfoque nas desigualdades e a discriminação incluindo a igualdade de género enquanto exercícios que

permitem avaliar as capacidades dos titulares dos direitos, na sustentabilidade no que toca às preocupações de redução dos riscos ambientais e o aumento da resiliência, na responsabilização sustentada pelo reforço das capacidades nacionais dos dados fiáveis e na gestão baseada em resultados.”¹⁸

Nota-se que houve alguns avanços no país desde a implementação dos 17 ODS, mas, o país ainda sofre com problemáticas como as alterações climáticas, a degradação dos ecossistemas e a dependência económica, e sobretudo com os desafios estruturais, pois é cada vez mais notável a perda de confiança por parte da população são-tomense em relação as instituições democráticas no país.

A ONU é a maior organização internacional, que engloba todos os países do mundo, então, mesmo com todos os esses desafios que o país tem enfrentado, a integração na ONU para um pequeno Estado insular e com recursos limitados como é o caso de STP é uma mais valia, facilitando a cooperação e o contato com os demais atores internacionais, pois São Tomé e Príncipe tem a oportunidade de buscar apoio internacional para suas iniciativas e desafios específicos. Como membro da ONU, São Tomé e Príncipe tem a responsabilidade de cumprir com os princípios e objetivos estabelecidos na Carta das Nações Unidas, objetivos esses que incluem a promoção da paz, a cooperação internacional e o respeito aos direitos humanos. A representação do país nas Nações Unidas é realizada por meio de sua missão permanente junto à organização, que atua como a voz oficial do país nas discussões e negociações da ONU.

4.2.1.2. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E A UNIÃO AFRICANA

A Organização de Unidade Africana (OUA) foi criada em 1963, contudo os objetivos da OUA se mostraram insuficientes para conduzir o desenvolvimento do continente, então houve a necessidade da criação de uma nova organização. Dessa forma, nasce a União Africana. Uma organização regional criada em 1999 pelos Chefes de Estado africanos em Sirte, Líbia, fundada em 2001 em Adis Abeba, Etiópia, mas só entrou em função em 2002 em Durban, África do Sul, e conta com 54 membros (África possui 55 países independentes, mas só 54 são reconhecidos pela ONU e por outros

¹⁸ <https://saotomeeprincipe.un.org/pt/about/about-the-un> (consultado em 20 novembro de 2023 pelas 23:12)

Estados. Sahara Ocidental é um país que reclama a sua soberania, Marrocos também afirma que Sahara Ocidental faz parte integrante do seu território, por isso a ONU não reconhecesse Sahara Ocidental, mas a União Africana reconheceu, fazendo com que Marrocos saísse da organização que foi um dos fundadores, assunto esse que abordaremos no capítulo a seguir).

Essa organização inspirou na União Europeia (UE) para elaborar as suas estruturas e modelos, mas nota-se que atualmente a organização tem inspirado na ONU, e ela tem desenvolvido várias cooperações a nível bilateral e multilateral tanto com países membros como com países não membros. A visão da UA é para "Uma África integrada, próspera e pacífica, impulsionada pelos seus próprios cidadãos e representando uma força dinâmica na arena global". Os principais objetivos desta organização são o desenvolvimento do continente africano, tanto a nível socio-económico, como na promoção dos direitos humanos e da democracia nesse continente. Com estes objetivos procura-se a criação de meios para uma boa governação a nível regional, e um ambiente mais seguro (Ngaba, 2018). Badir (2008) também enfatiza que, a criação da União Africana é de suma importância, pois, pela primeira vez, uma organização africana inspira confiança e gera grandes expectativas no sentido de dar uma maior visibilidade no cenário social, económico e político mundial propriamente como um bloco.

A União Africana é uma organização subdividida em outras organizações (como a ONU), que atuam em conjunto com a mesma com a finalidade de atingirem os objetivos traçados pela organização mãe "União Africana". Estas suborganizações são nomeadamente: a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC); a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e outras.

A adesão de São Tomé e Príncipe à União Africana ocorreu em julho de 2007, e através da sua participação na União Africana, São Tomé e Príncipe procura fortalecer as suas relações com outros países africanos, bem como promover a cooperação regional e defender os seus interesses comuns no cenário internacional, pois sendo STP, um Estado insular, beneficia significativamente da participação na UA através do acesso a recursos, conhecimento e oportunidades que promovam o desenvolvimento

sustentável do arquipélago. Além disso, segundo o Relatório sobre a Integração Africana 2021, a UA oferece oportunidades aos seus membros para contribuir no desenvolvimento de políticas e estratégias continentais que abordem sobre os desafios comuns enfrentados pelos países africanos. Portanto, a relação entre São Tomé e Príncipe e a União Africana é caracterizada por uma cooperação que beneficia ambas as partes, fortalecendo a capacidade de São Tomé e Príncipe em enfrentar desafios internos e contribuindo para os esforços continentais na direção ao desenvolvimento e à integração regional.

A relação entre STP e a União Africana é possível identificar diversos aspetos que abrangem desde o compartilhamento de valores e objetivos comuns até na implementação de programas e projetos específicos para o desenvolvimento socioeconómico do país.

- 1) **Cooperação política:** São Tomé e Príncipe e a União Africana partilham da mesma visão em relação às questões políticas e da governança, incluindo a promoção da democracia, dos direitos humanos e da boa governança. A UA oferece apoio político e institucional a São Tomé e Príncipe em áreas como fortalecimento institucional, desenvolvimento de capacidades e promoção da estabilidade política;
- 2) **Desenvolvimento socioeconómico:** A UA desempenha um papel importante no apoio ao desenvolvimento socioeconómico do país, fornecendo assistência técnica, financiamento e expertise em áreas como agricultura, infraestrutura, saúde e educação. Essa cooperação contribui para o crescimento económico e a redução da pobreza no país, promovendo uma maior inclusão social e melhoria da qualidade de vida da população;
- 3) **Integração regional:** segundo o Relatório sobre a Integração Africana 2021, a UA desempenha um papel facilitador na promoção da integração regional em África, promovendo o comércio, a cooperação económica e o desenvolvimento regional, o que beneficia São Tomé e Príncipe em termos de acesso a mercados e oportunidades de investimento, exemplo disso é a Zona de Comércio Livre

Continental Africana (AfCFTA)¹⁹, que procura estimular o comércio e a cooperação económica entre os países africanos. E como um dos membros da AU, São Tomé e Príncipe participa desses esforços de integração regional. O país também é membro da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e a sua cooperação com a UA fortalece a sua posição dentro dessas estruturas regionais e

- 4) **Colaboração em Questões Globais:** A UA é a grande representante dos interesses africanos em fóruns e organizações internacionais, entretanto, São Tomé e Príncipe, sendo membro da União Africana, contribui para discussões globais a procura de soluções conjuntas para os desafios comuns.

A cooperação entre São Tomé e Príncipe e a União Africana revigora os laços regionais e promove a solidariedade entre os países africanos. A troca de conhecimentos e experiências entre São Tomé e Príncipe e outros Estados membros da UA estimula a participação e o apoio mútuo na busca por soluções para desafios comuns, como por exemplo segurança, desenvolvimento socio-económico e a sustentabilidade ambiental. Dessa forma, como prisma o Relatório sobre a Integração Africana 2021, a colaboração entre os Estados membros da UA fortalece a coesão e a unidade do continente africano, promovendo uma abordagem coletiva na busca pela prosperidade e bem-estar de todos os africanos.

4.2.1.3. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP) E OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA (PALOP)

Antigas colónias portuguesas desde 1946 “Estado da Índia” ou 1951 e para as outras até 1975. Com a descolonização, Portugal reconheceu a independência dos seus

¹⁹ Agenda 2063 engloba não só as Aspirações de África para o Futuro, mas também identifica os principais Programas Emblemáticos que podem impulsionar o crescimento económico e o desenvolvimento de África e levar à rápida transformação do continente. A Agenda 2063 também identifica atividades-chave a serem realizadas nos seus Planos de Implementação de 10 anos, que irão garantir que a Agenda 2063 produz Resultados Transformacionais quantitativos e qualitativos para o povo de África. <https://au.int/agenda2063/overview> (consultado em 26 de março pelas 08:03).

territórios ultramarinos, e quando declarada a independência dos PALOP²⁰: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, esses países vestiram do sistema de partido único, e com isso veio à guerra civil em alguns deles. A péssima repartição de recursos e a pobreza da maioria da população eram identificadas como problemas difíceis de extrapolar. Embora, com a europeização da sua economia, Portugal continuou a cultivar e salvaguardar as suas relações externas com as suas antigas colónias, desse efeito nasceu o projeto da CPLP.

A CPLP é uma comunidade de países²¹ que representam a história da lusofonia e foi fundada em 17 de julho de 1996 em Lisboa, Portugal. É constituída por países de quatro continentes, que buscam manter uma relação de proximidade e cooperação. A CPLP colabora em matérias de política, saúde, educação, língua portuguesa, justiça, cultura e economia (Ngaba, 2018).

Entretanto, São Tomé e Príncipe é membro fundador dessa comunidade (CPLP), uma organização internacional que reúne países que têm o português como língua oficial e tem como objetivo fundamental o desenvolvimento sustentável, a paz, e a estabilidade na região lusófona, desde então, STP mantém uma relação estreita com a organização, participando ativamente em diversas iniciativas e programas promovidos por essa organização. Então, a participação do arquipélago na CPLP oferece oportunidades para fortalecer os laços culturais, linguísticos e históricos com outros países lusófonos, pois a organização tem oferecido plataforma para a promoção da

²⁰ Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Todas estas nações da lusofonia africana se tornaram independentes em 1974-75, na sequência do processo de descolonização de Portugal, resultante da Revolução de 25 de abril de 1974. [https://www.infopedia.pt/\\$países-africanos-de-língua-oficial-portuguesa](https://www.infopedia.pt/$países-africanos-de-língua-oficial-portuguesa) (consultado em 26 de março pelas 09:20)

²¹Membros:

- **Angola:** Adquiriu a independência de Portugal em 1975.
- **Brasil:** Antiga colónia portuguesa, tornou-se independente em 1822.
- **Cabo Verde:** Obteve a independência de Portugal em 1975.
- **Guiné-Bissau:** Conquistou a independência de Portugal em 1973.
- **Moçambique:** Tornou-se independente de Portugal em 1975.
- **Portugal:** País europeu e antiga potência colonial.
- **São Tomé e Príncipe:** Ganhou independência de Portugal em 1975.
- **Timor-Leste:** Tornou-se independente em 2002, sendo o último país a aderir à CPLP.

língua e cultura portuguesas, bem como para a partilha de experiências e melhores práticas entre os seus países membros. Então, através dessa cooperação, São Tomé e Príncipe beneficia do apoio e da solidariedade dos outros países lusófonos, bem como de oportunidades de desenvolvimento e intercâmbio cultural.

Os pontos importantes sobre a relação entre São Tomé e Príncipe e a CPLP englobam:

- **Língua Portuguesa:** português é a língua oficial de São Tomé e Príncipe, qualificando automaticamente para a sua adesão na CPLP, visto que o português, sendo a língua comum é um dos principais laços que unem os países membros;
- **Intercâmbio Cultural e Educativa:** A CPLP promove o intercâmbio cultural e educacional entre os Estado-membros. A realização de programas de intercâmbio académico e eventos culturais são algumas das iniciativas que fortalecem os laços culturais entre São Tomé e Príncipe e os outros membros da CPLP;
- **Cooperação Multilateral:** A CPLP proporciona um fórum com vista a cooperação multilateral entre os países lusófonos, com o objetivo de alcançarem metas em áreas como educação, cultura, ciência, tecnologia, saúde e outros setores;
- **Diálogo Político:** A CPLP promove o diálogo político entre os seus Estados-membros, com a finalidade de troca de experiências e a cooperação em questões de interesse comum. Esse diálogo contribui para a promoção da paz, segurança e estabilidade na região;
- **Participação em Fóruns e Reuniões:** São Tomé e Príncipe participa das reuniões e fóruns da CPLP, onde são discutidas questões de interesse comum e são estabelecidas estratégias para fortalecer a cooperação entre os membros.

A participação na CPLP oferece a São Tomé e Príncipe a oportunidade de interagir numa comunidade de Estados com afinidades linguísticas e culturais, facilitando a cooperação e a compreensão mútua. Essa relação contribui para o desenvolvimento socioeconómico e político do país.

No contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), é relevante destacar que todos os Estados membros possuem uma característica comum: são países com acesso ao mar, conferindo-lhes uma posição estratégica notável, especialmente no que diz respeito ao Atlântico Sul. Essa condição geográfica não apenas ressalta a importância marítima dos países lusófonos, mas também destaca o potencial significativo que possui em termos de recursos naturais, tanto energéticos quanto minerais, além da produção agrícola e industrial.

Essa realidade coloca a CPLP em destaque como uma entidade com potencial estratégico notável. Sob essa perspectiva, a lusofonia emerge como um espaço com capacidade de se posicionar como um ator relevante nas relações económicas internacionais e no cenário das relações internacionais em geral. Essa perspectiva ressalta a importância de desenvolver estratégias conjuntas entre os países lusófonos, promovendo uma cooperação eficaz que fortaleça a posição da lusofonia no cenário mundial. Essa abordagem confirma a importância da lusofonia como um espaço de cooperação estratégica e destaca o potencial dos países lusófonos para consolidar sua posição no cenário internacional, ressaltando a relevância da CPLP como um instrumento para alcançar esses objetivos. Entretanto, a CPLP tem tornado numa organização muito reconhecida internacionalmente, sendo notada a sua presença nas Nações Unidas. O peso político e económico de Angola e o prestígio internacional de Moçambique tornam também a CPLP numa entidade de crescente relevância em África.

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) representam uma comunidade de nações africanas que partilham o português como idioma oficial. Esses países possuem uma conexão histórica, linguística e cultural derivada da colonização portuguesa. Atualmente, os PALOP são compostos por cinco membros: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. A principal missão desta

comunidade é fomentar a cooperação política, económica e cultural entre os países africanos que têm o português como língua oficial.

Essa união entre os PALOP visa promover o desenvolvimento sustentável e a prosperidade em toda a região, através da colaboração em diversos setores, incluindo diplomacia, comércio, educação, saúde e cultura. Ao partilhar experiências e recursos, os PALOP procuram enfrentar desafios comuns e aproveitar oportunidades de crescimento e progresso. Esta descrição ressalta a importância dos PALOP como uma comunidade que visa fortalecer os laços entre os países africanos de língua portuguesa, promovendo uma maior integração para desenvolvimento e solidariedade dentro da região.

Na relação entre São Tomé e Príncipe e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), destacam-se diversos aspetos cruciais. Primeiramente, é notável o compromisso na preservação da identidade cultural e educativa, com um foco particular na promoção da língua portuguesa e no intercâmbio cultural e educacional entre os países membros. Além disso, observa-se uma forte ênfase na cooperação regional, abarcando distintas áreas como economia, cultura, educação, política e segurança. Essa cooperação visa facilitar um diálogo regional eficiente para abordar questões e desafios compartilhados pelos PALOP. No âmbito internacional, o país e os PALOP procuram integrar-se mais plenamente na comunidade mundial, participando ativamente em fóruns e organizações internacionais, e defendendo os seus interesses comuns como desenvolvimento sustentável e direitos humanos. Por fim, há uma prioridade clara compartilhada entre os Estados-membros em relação ao desenvolvimento sustentável, abrangendo dimensões económicas, sociais e ambientais, e abrange garantir um progresso equitativo e duradouro para suas populações. Dessa forma, esses elementos evidenciam a importância da colaboração entre São Tomé e Príncipe e os PALOP na busca por uma maior afirmação regional e internacional, bem como na promoção do desenvolvimento sustentável e na preservação das identidades culturais e educativas.

Conclui-se que a participação em comunidades regionais, como os PALOP, oferece a São Tomé e Príncipe a oportunidade de se envolver em iniciativas conjuntas para o benefício mútuo e o desenvolvimento da região. Cada país mantém sua soberania, mas a cooperação regional é uma ferramenta importante para enfrentar

desafios compartilhados e buscar oportunidades conjuntas. Segundo Liberato (2021), a implementação das políticas e intervenções propostas pela organização tem contribuído para melhorar o acesso à saúde, educação e renda nos PALOP, resultando em avanços tangíveis no desenvolvimento desses países humanos ao longo do novo milénio. Além disso, as medidas adotadas têm progredido na promoção da igualdade de género, pois têm ajudado a reduzir as disparidades entre homens e mulheres em áreas como educação, participação no mercado de trabalho e representação política. Esses progressos refletem o compromisso dos países membros dos PALOP em trabalhar em conjunto para enfrentar os desafios socioeconómicos e promover o desenvolvimento sustentável em suas respectivas regiões.

4.2.1.4. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E A UNIÃO EUROPEIA

A União Europeia (UE) é uma união regional de nível político e económico entre 27 estados membros independentes de países europeus. Foi criada em 1993, sucedendo à Comunidade Económica Europeia (CEE), criada em 1958. É uma instituição supranacional, que tem progredido a nível económico, político e social.

A relação entre a União Europeia (UE) e São Tomé e Príncipe abrange diversos aspectos de colaboração e cooperação, com foco no desenvolvimento sustentável, fortalecimento institucional, promoção da governança eficaz, comércio e investimentos, segurança marítima, diálogo político e apoio a iniciativas regionais.

Em termos de desenvolvimento sustentável, a UE presta assistência para a promoção do crescimento económico sustentável em do país, investindo em melhorias na infraestrutura, fortalecimento institucional e financiamento de programas educacionais, de saúde, agrícolas, de energia renovável e capacitação de institucional. No que diz respeito à cooperação em governança, ambas as partes trabalham para fortalecer as instituições governamentais, promover o Estado de Direito, respeitar os direitos humanos, combater a corrupção e melhorar a administração pública são-tomense. A UE também facilita o acesso do arquipélago aos mercados europeus por meio de acordos comerciais, nesse molde promove o comércio e os investimentos e, assim, contribui para o desenvolvimento económico do país. Todavia, dada a localização de São Tomé e Príncipe no Golfo da Guiné, a segurança marítima é uma

área de interesse comum, Logo, ambas cooperam em iniciativas relacionadas à segurança no mar. No entanto, um diálogo político regular é mantido entre a UE e São Tomé e Príncipe para discutirem assuntos de interesse mútuo, como desenvolvimento, segurança regional e outros temas globais; por último, São Tomé e Príncipe, como membro das organizações como a CPLP, dos PALOP e da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), pode cooperar com a UE em iniciativas regionais, como o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da governança na região.

Estes aspectos destacam a amplitude e a profundidade da parceria entre a UE e São Tomé e Príncipe, com benefícios mútuos em várias áreas de interesse comum. Contudo, sendo Portugal um dos países membros da União Europeia e faz parte dos países lusófonos juntamente com São Tomé e Príncipe, obviamente que o elo entre a União Europeia e a lusofonia constituem umas das principais linhas de prioridades estratégicas para Portugal.

Pois, vale ressaltar que Portugal é a chave no que se toca às relações entre África e a União Europeia. Pode-se notar uma relação a três aonde Portugal é o pilar da relação, mantendo uma união de lealdade tanto para a União Europeia como para a lusofonia. Também é agente principal na relação tripartida Europa/África/América. Também promove a cooperação para o desenvolvimento, contribuindo para o diálogo Norte-Sul, para a relação entre países industrializados “ex-impérios” e menos favorecidos “ex-colónias”. Por isso, o país investe no multilateralismo, no seio da UE ou em palcos multilaterais tais como a ONU, a CPLP, a NATO.

Portugal tem beneficiado como Estado-membro da UE e também como progenitor da CPLP, pois a ligação privilegiada de Portugal em relação à África em especial com a Lusofonia destaca o papel especial de Portugal no mundo, entretanto a Lusofonia é o componente que coloca Portugal no centro de uma rede de interdependências entre vários espaços geopolíticos importantes, pois a Lusofonia tem um valor geopolítico acrescido.

Dessa forma as estratégias das políticas externas portuguesa e da União completam-se. É de salientar que como membro da UE, a política externa portuguesa, compartilha naturalmente das questões e das finalidades que movem a política externa

da União Europeia. Todavia, Portugal destaca-se no seu posicionamento geoestratégico, consolidado em quatro eixos essenciais: um papel articulador e mediador entre diferentes espaços regionais, entre a Europa do Norte e do Centro e o Mediterrâneo; entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul; entre a Europa, a América Latina e África e entre a Europa e a Ásia, o que faz de Portugal construtores de pontes entre diferentes mundos, culturas e tradições. Sendo, membro fiel e estável das várias uniões e organizações a que pertence e colaboradores na segurança internacional, manifestando vontade em missões de paz e capacitação; uma língua global, que une países posicionados em todos os continentes, projetando neles como língua de comunicação e cultura de alcance mundial.

Portugal tem em atenção o fator de valorização, pois mantém o relacionamento com todos e cada um dos Estados da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Atualmente, o vetor Lusofonia abrange relações bilaterais de Portugal com Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste; Guiné Equatorial²² e com a China²³. E as relações multilaterais através da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Esse vetor da política externa portuguesa constituiu o pilar cultural, contudo ultimamente esse vetor tem ganhado relevância no ramo geoeconómico, pois Portugal tem elaborado estratégia de diversificação de mercados com o objetivo de desviar-se do investimento exclusivo na Zona Euro. Portugal no quadro da integração europeia considera-se uma ponte para Sul, ou seja, uma plataforma de diálogo e de comércio entre os hemisférios Norte e Sul, acabando por existir uma relação de fidelidade por parte de Portugal tanto na União Europeia como nas comunidades lusófonas.

É de salientar, que a primeira Cimeira União Europeia-África em conjunto com a União Africana foi organizada por Portugal quando esteve na presidência da UE em 2000 no Cairo, Egipto. E a segunda cimeira União Europeia e África aconteceu sete anos depois da primeira, no ano de 2007 em Lisboa, também com a presença portuguesa na presidência da União Europeia, também Brasil foi reconhecida pela UE como um dos seus fundamentais parceiros mundiais pelo meio da Parceria Estratégica UE-Brasil,

²² Desde a sua adesão à CPLP em 2014.

²³ Através de Macau e do Fórum Macau.

proposto na primeira Cimeira da UE com o Brasil, também durante a Presidência portuguesa do Conselho da UE. Com isso, a sua política externa tem exibido o país como progenitor do diálogo Europa-África e também com a América Latina, nestes percursos, Portugal obteve vários ganhos diplomáticos erguendo assim o seu prestígio internacional.

Na mesma perspetiva Pavia (2019) destaca “[...] foi intensificado e alargado as novas áreas, tendo Portugal assumido muitas vezes o papel de interlocutor, não só dos PALOP, mas de todo o continente africano e também do Brasil, junto das instituições europeias.” (Pavia, J. 2019 pág. 195)

A CPLP tem tornado numa organização muito reconhecida internacionalmente e regionalmente “África”, sendo notada a sua presença nas Nações Unidas. Também segundo Portugal, Macau é exibido pelo lado chinês como um ingresso para o seu futuro e um veículo de aproximação da China à própria CPLP.

Portugal tem na Lusofonia um instrumento estável envolvido numa matriz histórico e cultural, numa memória coletiva, capaz de traçar uma representação de identidade comum, a CPLP pode afirmar-se como comunidade de modo eminente político-cultural cujo objetivo principal é a promoção e propagação da língua portuguesa que precisará incidir pela concertação político-diplomática.

A geopolítica de Portugal é interessante no quadro da União Europeia, que no quadro de um mundo crescentemente multipolar e interdependente vê a sua política externa concertada na afirmação de relações estruturadas e estratégicas com atores relevantes no plano internacional, em especial atores que sejam essenciais, permitindo que UE garanta os seus interesses imediatos, continuar um projeto de modelação das relações internacionais. Então, os países lusófonos acabam por ter certa importância. Todavia, essas vantagens estratégicas são multiplicadas na medida em que esses países possuam igualmente interesse em desenvolver uma relação de cooperação estratégica reforçada com os espaços de integração regional ou mesmo global nos quais Portugal participa e eles não. Com efeito, os países da CPLP têm de ver no relacionamento com os principais atores internacionais, em particular a União Europeia uma plataforma onde

se apostam inúmeros interesses vitais para as suas estratégias de consolidação nacional e de afirmação.

Segundo Pavia (2019), os domínios prioritários da política de cooperação com os PALOP consistem em: ensino da língua portuguesa e apoio aos sistemas de difusão; educação, saúde e ciência; cooperação institucional para o reforço do Estado de Direito e da sociedade civil, da eficácia e da transparência da ação administrativa; da cooperação técnico-militar, de modo a contribuir para a defesa do Estado de Direito e a ordem interna; e cooperação empresarial e apoio ao desenvolvimento do setor privado. E a política externa europeia dá um destaque a segurança e defesa em África, isto devido o facto de a União Europeia ter na sua ênfase a sua segurança e vê na segurança dos seus vizinhos a base da sua própria, então o reforço da segurança em África é um dos principais objetivos de uma Estratégia Global da União Europeia.

Neste contexto, Portugal, pela sua relação e virtude do cargo que ocupa no seio da União Europeia não só vê a sua posição reforçada dentro da UE como fruto da sua fundação em espaços de interdependência com outro ator relevante, como também se reforça juntos da CPLP graças à posição que detém naquela organização.

4.3. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NO GOLFO DA GUINÉ

São Tomé e Príncipe está localizado no Golfo da Guiné, mais justamente no equador, na costa oeste da África. O Golfo da Guiné é uma parte do Oceano Atlântico onde São Tomé e Príncipe é um arquipélago. Devido à sua localização geográfica, São Tomé e Príncipe tem uma posição de destaque no Golfo da Guiné, uma região rica em recursos naturais e com importância estratégica para o comércio marítimo internacional. A região do Golfo da Guiné é sabida pela sua relevância estratégica, especialmente devido à exploração de petróleo e gás, e São Tomé e Príncipe tem interesse nesses recursos naturais em sua zona económica exclusiva. Essa zona aglomera vários países costeiros, como Nigéria, Gabão, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial, Camarões, Gana, Costa do Marfim, entre outros. Para Batista (2016), a localização de São Tomé e Príncipe no Golfo da Guiné também coloca o país em uma posição estratégica para questões de segurança, como a pirataria marítima, a pesca ilegal e o tráfico ilegal de

drogas e pessoas. Nesse sentido, a cooperação com parceiros regionais e internacionais, incluindo a União Europeia, é fundamental para enfrentar esses desafios e promover a estabilidade na região.

São muitos os fatores que tornam o Golfo da Guiné numa área de extrema importância estratégica, tais como, fatores económicos, de segurança e ambientais, marcando de certa forma essa região como região de grande interesse tanto para os países da África Ocidental como para a comunidade internacional. O Golfo da Guiné é uma área rica em recursos naturais, logo é uma zona eloquente para a exploração de petróleo e gás, fazendo com que muitos países da região dependam desses recursos para suas economias. As atividades alistadas à indústria de petróleo e gás desempenham um papel decisivo no desenvolvimento económico desses países. Dada o valor da produção de petróleo e gás na região, a segurança no Golfo da Guiné é crucial para a segurança energética global, entretanto a instabilidade política ou conflitos na região podem afetar negativamente os mercados globais de energia.

Também é vista como uma rota de comércio marítimo importante, pois o Golfo da Guiné simplifica a transportação de mercadorias entre os países da África Ocidental e outros continentes. E a circulação de petróleo, gás natural, minerais e outros produtos através dessa região coopera para a economia global. As águas do Golfo da Guiné são ricas em vida marinha e na diversidade de ecossistemas marinhos, tornando-se numa área de pesca fundamental para muitos países da região, visto que essa biodiversidade é essencial para a sustentabilidade dos ecossistemas marinhos e a pesca é uma fonte vitalizadora de alimentação e subsistência para as comunidades costeiras.

Entretanto, São Tomé e Príncipe como está localizada no Golfo da Guiné beneficia das vantagens, pois tem a oportunidade de explorar e beneficiar-se dos recursos naturais, sobretudo petróleo e gás contribuindo para o desenvolvimento económico do país; quanto a pesca o país pode aproveitar das vidas marinhas para a segurança alimentar e como fonte de receita por meio da exportação de produtos pesqueiros; STP também pode utilizar as rotas de comércio marítimo, facilitando dessa forma o comércio internacional e as trocas comerciais, promovendo o desenvolvimento económico do país. Também STP pode beneficiar-se da cooperação regional devido a sua localização no Golfo da Guiné, participando em fóruns regionais e atividades de

cooperação, com o objetivo de promover a estabilidade política, a segurança, o desenvolvimento económico, a exploração e gestão sustentável dos recursos “petróleo e gás “ com outros países dessa região, e sobretudo STP pode participar em organizações regionais como a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), o que pode facilitar a colaboração em ramos de comércio, infraestrutura e segurança.

Todavia, para além de desfrutar dos aspetos positivos devido a sua localização no Golfo da Guiné, São Tomé e Príncipe também depara com alguns desafios ligados a mesma, como por exemplo a corrida pelos referidos recursos, dando sequência as questões relacionadas a segurança e a necessidade de gestão sustentável dos recursos naturais. O país é confrontado com uma série de desafios relacionados com a exploração dos recursos naturais marinhos. Como observado por Batista (2016), a corrida pelos referidos recursos tem sido uma preocupação crescente para o país, pois a demanda por recursos como petróleo, gás e pesca tem levado a uma competição acirrada entre os países da região e as empresas internacionais, resultando em desafios significativos para o pequeno Estado insular.

Essa competição intensificada tem implicações diretas para a segurança marítima, e logo a necessidade de uma gestão sustentável dos recursos naturais torna-se notável. A exploração de petróleo e gás no Golfo da Guiné, por exemplo, tem levantado preocupações sobre questões como poluição, degradação ambiental e conflitos territoriais. Além disso, uma exploração excessiva de recursos pesqueiros pode levar à diminuição de peixes e impactar as comunidades que dependem da pesca para subsistência, como é o caso de São Tomé e Príncipe. Nesse contexto, é crucial que São Tomé e Príncipe e outros países da região adotem medidas de gestão sustentável dos recursos naturais. Isso envolve a implementação de políticas e regulamentações adequadas para proteger o meio ambiente marinho e garantir a equidade na distribuição dos benefícios decorrentes da exploração desses recursos. Além disso, a cooperação regional e internacional é essencial para enfrentar esses desafios e tirar vantagem de forma coordenada e promover o desenvolvimento sustentável na região do Golfo da Guiné.

V. POLÍTICA EXTERNA SÃO-TOMENSE: CASOS PARTICULARES

5.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA

Segundo Hudson & Vore (1995), citados em Veríssimo (2014) “*a análise da política externa teve a sua origem no período a seguir à Segunda Guerra Mundial. Contudo, não existe uma definição absoluta e consensual de política externa*”. (Veríssimo, 2014, pág.32)

De acordo com Freire & Vinha (2011)

“[...] os trabalhos que estão na gênese da abordagem da Política Externa são os seguintes: *Foreign Policy Decision-Making de Richard Snyder, Henry Bruck e Burton Sapin (1954); Man-Milieu Relationship Hypothesis in the Context of International Politics de Harold e Margaret Sprout, The Ecological Perspective on Human Affairs: With Special Reference to International Politics; e Pretheories and Theories of Foreign Policy de James Rosenau.*” (Freire & Vinha, 2011, pág.17)

Sendo que os estudos desses primeiros autores que escreveram a primeira obra, foi muito importante, na medida em que identificou o decisor humano como principal determinante do comportamento do Estado.

Na política externa, o Estado procura sempre objetar ao comportamento de outros atores internacionais e, de uma maneira geral, agir de acordo com os seus princípios quando o ambiente é favorável e transformar esse mesmo ambiente quando este se apresenta desfavorável. Noutros moldes, o Estado procura, através da política externa, manter ou mesmo aumentar o seu encargo e preponderância fora do seu território nacional. Fazendo com que uma das características importantes da política externa e que a diferencia das outras políticas, é deter um campo de atuação, um espaço que foge em grande parte ao seu próprio controlo. No seio das restantes políticas públicas, a política externa assume hoje uma importância extremamente relevante, derivada das rápidas e constantes transformações que se verificam ao nível das relações internacionais.

Quanto a definição da política externa, segundo Raquel Freire (2011), a definição de política externa não é consensual e absoluta, contudo, a autora apresenta uma definição que procura ser a mais abrangente possível. Argumentando, que a

política externa é “*O conjunto de objetivos, estratégicas e instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidades externas à sua jurisdição política, bem como os resultados não intencionais dessas mesmas ações*” (Freire, 2011, pág.18).

Pode-se dizer que a política externa dos Estados é a protelação de relações internacionais pacíficas dirigidas consoantes às convenções e tratados que têm como base o direito consuetudinário. Sendo que essas relações acabam por ser bilaterais ou multilaterais, apoiando-se no tipo de integração e mobilidade dos países em diferentes espaços (espaço nacional, espaço regional e global). Então, devido ao seu poder, sua influência Internacional e o seu tamanho cada país ajusta-se da sua maneira.

No processo de cooperação e com os objetivos muito bem definidos e traçados, a política externa dos Estados é tida como um instrumento utilizado pelos Estados e que tem a diplomacia como a habilidade para executar os seus objetivos definidos.

“A política externa é tida como uma dimensão do Estado, no qual o Estado busca no sistema internacional, defender a soberania, integridade e os seus interesses em relação aos outros Estados. Embora, cada Estado tenha as suas particularidades na projeção da sua política externa, muitos dos Estados tentam promover os seus interesses e valores permanentes” (Amaral, 2015, pág.1).

A decisão em política externa é constituída por diversos atores que ajudam os dirigentes na sua formulação das suas políticas, o que vem demonstrar que a política externa é um conceito muito amplo, por não englobar apenas os dirigentes, mas sim os conselheiros, algumas organizações burocráticas, a opinião pública e os líderes que têm uma grande influência na política externa de qualquer Estado. Desta forma, quando um decisor político defende perante as médias uma decisão em relação a política externa do seu Estado, tem por detrás muitas pessoas que o ajudaram na busca de uma solução considerada fundamental para a garantia do interesse nacional e da sua projeção ao nível internacional.

5.1.1. AS REGRAS DA DEFINIÇÃO EM POLÍTICA EXTERNA

É de salientar que há uma série de regras em que se torna obrigatória estarem presentes no processo de formulação da política externa. Dissertando sobre essas regras,

Gomes (s/d) diz o seguinte: “[...] *na ação externa existem, obviamente, normas éticas e critérios de valoração moral que devem ser respeitados, como existem também na execução de todas as políticas nacionais por Estados que se querem considerar pessoas de bem.*” Gomes (s/d, pág.65)

E essas regras, de acordo a autora “*op. cit.*” são as seguintes:

1. Uma definição clara dos interesses a serem perseguidos é fundamental para que a política externa tenha substância e relevância;

2. Os interesses nacionais devem ser defendidos de forma contínua, com uma política externa flexível, adaptável às circunstâncias, mas guiada pela história e pelo bom senso. Mudanças abruptas podem ter consequências negativas, como observado na evolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e da Europa Oriental;

3. Para assegurar a continuidade na defesa dos interesses nacionais, é crucial buscar um consenso nacional sobre os objetivos e métodos da política externa, evitando que as mudanças de governo afetem a ação diplomática. Isso requer não apenas coesão institucional, mas também o apoio da opinião pública, dada a crescente visibilidade das decisões e ações em política externa;

4. É fundamental garantir a consistência entre a política externa e outras políticas nacionais, pois elas compartilham objetivos comuns e podem se fortalecer mutuamente. Recentemente, tem havido uma tendência de fusão entre as políticas interna e externa, resultando em dificuldades para distinguir entre elas;

5. É crucial garantir a unidade na representação e na ação externa do Estado, não apenas para evitar dispersão e descoordenação, mas também para maximizar a eficiência dos recursos utilizados;

6. É benéfico manter uma programação das atividades externas do Estado, mesmo que flexível, para garantir o foco nos temas e objetivos prioritários. A ação externa é complexa e sujeita a interrupções, o que pode desviar a atenção das prioridades. Portanto, é essencial não perder de vista os objetivos fundamentais da política externa;

7. É crucial manter a firmeza e a coerência nos objetivos da política externa, mas também é necessário demonstrar flexibilidade quando a situação o exigir. As estratégias devem ser adaptadas às mudanças na política e economia internacionais, bem como aos comportamentos dos outros atores internacionais. É essencial reconhecer que se opera em um ambiente dinâmico, onde há constantes presenças e influências a considerar, e ajustar a estratégia conforme necessário.

5.1.2. OS MODELOS DE FORMULAÇÃO E DECISÃO EM POLÍTICA EXTERNA

Para Freire & Vinha (2011) existem vários

“[...] modelos teóricos que auxiliam os investigadores a melhor compreender os eventos políticos internacionais, nomeadamente identificando os fatores determinantes mais relevantes das ocorrências, bem como as circunstâncias em que determinados fatores conduziram a um determinado desfecho em vez de outro.” (Freire & Vinha, 2011, pág.23)

Os autores, *op cit*, indicam quatro modelos, sendo eles os seguintes:

1. Ator racional;
2. Organizações burocráticas;
3. Pequenos grupos e
4. Líderes

No que diz respeito ao primeiro modelo os autores Mendes (2007) e Freire & Vinha, (2011) enfatizam

“Quanto ao primeiro modelo, ator racional, a ideia de que temos que ter em conta, é a de que os protagonistas são os Estados. As atitudes adotadas pelos Estados no sistema internacional são unânimes, ou seja, os Estados são unitários e monolíticos na formulação e execução das suas políticas externas.” (Mendes, 2007, pág.130).

“A teoria que está na base deste modelo, é a teoria da utilidade esperada de Neumann, este autor que defende que esta racionalidade do Estado, permite-lhe escolher entre as diferentes alternativas e calcular a melhor forma para atingir os seus objetivos.” (Freire & Vinha, 2011, pág.24)

Relativamente ao segundo modelo, organizações burocráticas, Bessa (2012) referindo-se ao mesmo diz:

“[...] a decisão em política externa resulta de negociações e compromissos complexos feitos dentro da alta hierarquia burocrática governamental. Não se trata, portanto, da decisão unívoca de um ator privilegiado que centra na sua mão a escolha, mas antes um consenso que se vai estabelecendo a partir de diversas contribuições. Uma perspectiva para esse modelo é oferecida, entre outros, por Neustadt, que tem a vantagem de fazer uma exposição sistematizada do processo.” (Bessa, 2012, pág.122)

Quanto aos pequenos grupos, Freire & Vinha (2011) citando Vertzberger (2002), defendem que

“[...] embora os grupos possam variar em tamanho, composição, importância e funções, eles dispõem de algumas características comuns, partilham uma série de valores, atitudes e crenças elementares; a maioria dos membros partilha de uma ligação afetiva; e dividem os papéis formais e informais entre si.” (Freire & Vinha, 2011, pág.32)

Vale aqui referirmos também ao groupthink que está relacionado aos pequenos grupos. Relativamente a estes, Freire & Vinha (2011) citando Vertzberger (2002) defendem que:

“[...] o grupo acredita profundamente na sua retidão, censurando quaisquer dúvidas relativamente a esta; excesso de optimismo que predispõe ações com elevados riscos; os adversários são concebidos de forma estereotipada e considerados altamente perigosos ou ignaros; os membros desviantes são pressionados diretamente permitindo consenso no grupo sobre a existência de uma percepção comum.” (Freire & Vinha, 2011, pág.33)

Relativamente aos líderes, podemos ver que estes são os responsáveis pela tomada de decisão, ou seja, são estes que ditam a última palavra após escutar seus conselheiros e após cumprir todas as regras e etapas do processo de tomada de decisão. Torna-se necessário também, falarmos um pouco sobre a personalidade dos líderes ou decisores. Referindo-se a personalidade destes, Bessa (2012) escreve:

“A personalidade dos líderes explica as suas opções em política externa. A decisão aparece em função da personalidade e da perspectiva peculiar que adopta face a conjuntura. Na realidade, é outra abordagem psicológica. Aqui já se dispensa a carga da racionalidade. Os autores chave que iniciaram esta pesquisa vão de Greenstein até Margaret Herman, mas é conveniente lembrar a importância do estudo dos chefes políticos.” (Bessa, 2012, pág.123)

O autor, *op cit*, também dá exemplos de alguns líderes e descreve as suas características, tal como veremos a seguir:

a) *Doutrinário ou oportunista*; Lenine e Hotler contra Lloyd George e Briand

b) *Lutador ou conciliador*; Clemenceau e Wilson contra Chambelain e outra vez Briand

c) *Idealista ou cínico*; Wilson contra Bismarck

d) *Rígido ou imaginativo*; Hoover contra Franklin Roosevelt

e) *Revolucionário ou reformista*; Tito da Jugoslávia, Theodore Roosevelt contra Metternich e De Gaspari.

O quadro abaixo, demonstra de uma forma resumida os modelos acima descritos:

	Ator Racional	Organizações Burocráticas	Pequenos Grupos	Líderes
Atores envolvidos na decisão de política externa	Estado age como decisor racional único	Organizações burocráticas formais do Estado	Pequeno número de indivíduos (variável) junto da liderança	Líderes individuais
Dinâmicas do	Identificar interesse nacional; Identificar opções; Análise custo/benefício	Organizações agem com base em Processos estandardizados; Interesses	Interação dinâmica entre diversos membros do grupo; <i>Group think.</i> <i>Social sharing.</i>	Decisão os resultante da escolha individual; Apreciação

<p>Modelo de decisão</p>	<p>de opções; Escolher política que melhor serve o interesse nacional</p>	<p>determinados pela organização a que se pertence; Negociações para Determinar política</p>	<p>Internalização; Compromisso Negocial</p>	<p>subjetiva da situação; Processos Cognitivos</p>
<p>Origens e fontes Teóricas</p>	<p>Teoria da utilidade Esperada e</p>	<p>Teoria organizacional; Sociologia das burocracias; Política burocrática</p>	<p>Psicologia social; Sociologia dos pequenos grupos</p>	<p>Psicologia cognitiva; Dissonância cognitiva; Dinâmica psicológica</p>

Tabela 2 - Os modelos de formulação e decisão em Política Externa

Fonte: Quadro retirado do artigo: Política Externa as relações Internacionais em Mudança de Raquel Freire e Luís da Vinha pág.23

5.1.2. O PROCESSO DE DECISÃO EM POLÍTICA EXTERNA

Para Salomón & Pinheiro (2013),

“[...] os estudos de processo decisório constituem hoje um, dentre outros, dos focos de campo de estudos, que inclui todos os aspectos (influências, contextos e práticas sociais, entre outros) que incidem em todas as fases (desde a formação da agenda até a implementação) de uma política externa.” (Salomón & Pinheiro, 2013, pág. 42)

Ao se falar do processo de decisão em política externa, temos que primeiro ter em mente as figuras dos decisores, dos seus conselheiros, agências, ou seja, de todos aqueles que rodeiam os decisores (pessoal burocrático) e o ajudam no processo de tomada de decisão. Estes, devem ter em conta que existe uma etapa a ser cumprida até se chegar a uma decisão final. E, assim nesse contexto, Freire & Vinha (2007) escrevem o seguinte:

“Aqueles que estudam o processo de decisão e aconselham os decisores políticos sobre formas de melhorar as suas qualidades políticas, descrevem a racionalidade como uma sequência de atividades de decisão que envolvem os seguintes passos: 1) reconhecimento e definição do problema; 2) seleção de objetivos; 3) identificação de alternativas; 4) escolha a partir de um leque de várias opções; e 5) seleção racional da alternativa que melhor poderá levar ao objetivo pretendido.” (Freire & Vinha, 2007, pág.24)

É importante frisar também que o papel do Estado na execução da política externa. Nesse sentido, existem duas “correntes” que defendem totalmente o contrário. Sendo a primeira relacionada a uma defesa da perspectiva analítica (abordagem tradicional) e a segunda, defensora de uma dicotomia entre a política interna e a externa. (Mendes, 2007).

Analogamente a primeira corrente, podemos ver que os Estados agem como únicos atores no processo de decisão das suas políticas. Dissertando sobre este assunto, Freire & Vinha (2011) escrevem:

“A abordagem tradicional parte do princípio de que os Estados são agentes unitários e monolíticos na formulação e execução das suas políticas externas. Tem ainda como pressuposto a existência de uma dicotomia entre a política externa e a política interna. Nesta perspectiva, a política interna é encarada como uma esfera distinta e independente da política externa, sendo o principal problema de análise a necessidade governamental de manter a autonomia e a integridade do Estado face à possibilidade de agressões exteriores (os fatores externos são determinantes do comportamento dos Estados).” (Freire & Vinha, 2011, págs. 23-24)

Quanto ao segundo pressuposto, Mendes (2007), defende que o mesmo

“[...] prende-se com a assunção metodológica defensora da existência de uma dicotomia entre a política externa e a política interna. Nesta óptica, a política externa cuja preocupação central é

a segurança e sobrevivência do Estado e é encarada como uma esfera distinta da política interna.” (Mendes, 2007, pág.130)

5.1.3. POLÍTICA EXTERNA E O INTERESSE NACIONAL DOS ESTADOS

De acordo com os autores realistas no que toca ao processo da decisão em política externa é o interesse nacional de uma Nação. Pois, este não só é definido em termos de poder, independentemente de variáveis de tempo e lugar, como também visa proteger física, política e culturalmente uma Nação.

Entretanto, o interesse nacional é usado como uma ferramenta da análise da Política Externa e, é utilizada por políticos realistas. Cada Estado combina os seus interesses materiais e de poder com alguns interesses universais, tais como o poder nacional, força militar e económica. Uma vez que, os interesses nacionais são fundamentados na política externa de qualquer Estado e, são projetados pelo governo através do seu alto nível de tomada de decisão (Sauter, 2017).

De acordo com Sauter (2017) *“A política externa de um país é composta pelos interesses estratégicos de cada Estado para proteger os interesses nacionais e atingir os seus objetivos por meio das relações internacionais”* Sauter (2017, pág. 50). Ou seja; a política externa tem uma visão estreita sobre o interesse nacional, pois, são propósitos que o governo, especialmente a diplomacia, deve defender e sustentar no cenário externo. O interesse nacional revela particularidades específicas, que decorrem da tradição diplomática, das reivindicações da sociedade, de regras constitucionais e das mudanças na vida internacional.

Assim sendo, o interesse nacional para ser autêntico deve representar os desejos de uma Nação em conseguir, primeiramente, a sua sobrevivência e, em seguida, buscar dominar mais poder e mais influência. Na política externa, o interesse nacional recorre a imagem do Estado-Nação que defende os seus interesses dentro de um sistema anárquico internacional, onde esses interesses estão constantemente em risco. Baseia no tradicional modelo de Estado unitário, parte do princípio de que os Estados são agentes unitários e monolíticos na formulação e execução das suas políticas externas.

Segundo Bandyophyaya (2006) citado em Sauter (2017) aponta alguns componentes mínimos para o interesse nacional: “[...] a segurança, o desenvolvimento nacional e a ordem mundial” (Sauter, 2017, pág.51)

O interesse nacional é o interesse de todos, no caso da política externa, ouvir vários grupos e arbitrar interesses, aquilo que deve ser defendido no plano nacional, no qual a diplomacia irá defender no plano internacional.

5.1.4. PRINCÍPIOS PARA A IGUALDADE ENTRE PAÍSES NA CENA INTERNACIONAL

Segundo Freire & Vinha (2011) uma vez que a política externa visa arquitetar os interesses domésticos ou internos para o exterior, torna-se necessário ter-se em conta uma série de princípios em relação a desigualdade de força entre países no sistema internacional. Esses princípios segundo Gomes (s/d, pág.70) são os seguintes:

1	Reforçar os seus pontos vulneráveis;
2	Procurar alianças e apoios que compensem a debilidade relativa;
3	Não se isolar no relacionamento com o parceiro mais poderosos procurar que formas de integração ou associação com o país mais forte se deem apenas em conjuntos mais vastos;
4	Não criar, em relação a esse parceiro, dependências excessivas ou exclusivas;
5	Conhecer os limites do relacionamento aconselhável e, dentro destes limites, manter relações cordiais, amigas, até íntimas;

6	Não irritar, desnecessariamente, o país com mais força nem provocar a sua inveja ou cobiças desnecessárias;
7	Tirar partido do direito internacional e dos princípios das organizações internacionais em que se está integrado para dar cobertura moral e jurídica aos interesses nacionais;
8	Conhecer bem o adversário e não tentar explorar as suas fraquezas internas nem contar demasiado com a sua boa vontade ou respeito pela legalidade internacional.

Tabela 3 - Princípios para a igualdade entre países na cena internacional

Fonte: Quadro retirado do artigo: Política Externa e a Diplomacia numa Estratégia Nacional de Gomes, s/d, pág.70

5.1.5. A POLÍTICA EXTERNA SÃO-TOMENSE

A política externa de São Tomé e Príncipe é influenciada por vários fatores, desde a sua posição geográfica no Golfo da Guiné, os seus desafios económicos e sociais, e a busca por cooperações internacionais.

Vimos que a decisão em política externa é composta por diversos atores que auxiliam os dirigentes na formulação das suas políticas na cena internacional, e que a política externa é uma dimensão do Estado, no qual o Estado vê no sistema internacional a forma de defender a sua soberania, a sua integridade e os seus interesses perante outros Estados.

Género (2019) define a política externa como “*O conjunto de objetivos políticos circunstâncias que o governo são-tomense determina ciclicamente na sua nem sempre estável política interna com vista a alcançar nas suas relações externas, marcada pela interdependência*”. (Género, 2019, pág. 36)

Então, a formulação da política externa são-tomense visa na proteção do interesse nacional, na sua soberania e nos demais valores consagrados na constituição

da RDSTP. A política externa de STP está assente na diplomacia e na cooperação internacional com o objetivo de manter uma boa relação com os vizinhos, divulgar a sua imagem, conquistar novos espaços de intervenção regional e mundial e proteger a sua soberania. Logo, a política externa de São Tomé e Príncipe é estabelecida de uma maneira partilhada e complementar entre o Presidente da República e o Governo (diplomatas, agentes diplomáticos, as embaixadas, as missões permanentes e os consulados honorários) e, em certo modo, com a Assembleia Nacional e os Tribunais. Relativamente sobre o papel da Assembleia Nacional na formulação da política externa são-tomense, sendo regido um sistema semipresidencial, a Assembleia Nacional pode exercer influência na política externa por meio da aprovação de leis, ratificação de tratados e acordos internacionais, e controle orçamentário relacionado aos assuntos externos, mas também pode haver espaço para ação independente do presidente nessa área. E em relação aos Tribunais é principalmente de revisão e controlo dessas leis. Eles podem analisar a conformidade das ações do governo com as leis nacionais e internacionais, incluindo tratados e convenções. E, em alguns casos, os Tribunais também podem influenciar indiretamente a política externa ao decidirem sobre casos que envolvam direitos humanos, imigração, comércio internacional e outros assuntos relacionados às relações internacionais. No entanto, é importante notar que os tribunais geralmente não têm o poder de formular diretamente a política externa, mas podem moldá-la através de suas decisões judiciais.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros de STP enumerou catorze valores e sete princípios descritos na política externa de STP:

1	Garantir a paz mundial e a cooperação pacífica entre todos os países do mundo;
2	Garantir a unidade e o progresso económico-social do continente africano;

3	Ao nível da sub-região o Estado deve garantir a paz e a integração regional na África Central;
4	Promover uma cooperação de solidariedade entre os países da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa;
5	Mobilizar o apoio da comunidade nacional para o progresso de São Tomé e Príncipe;
6	Promover o apoio e a proteção dos cidadãos nos outros continentes;
7	Criar mecanismos de integração regional e implementar relações diplomáticas dinâmicas viradas para o fortalecimento e consolidação dos laços de amizade, de solidariedade e de cooperação com parceiros de desenvolvimento do país e outros, em defesa da paz, segurança e concórdia internacionais;
8	Implementar medida de políticas que visem o combate à pirataria marítima;
9	Contribuir para a Integração Regional, Continental e participar nos Organismos internacionais;
10	Melhorar a presença e a participação de São Tomé e Príncipe nos Fóruns Internacionais;
11	Reforçar a cooperação internacional de São Tomé e Príncipe, com foco na capacitação e consolidação do capital humano e bem como a criação de infraestruturas essenciais ao desenvolvimento;

12	Revisitar e redinamizar os diferentes acordos de cooperação firmados por São Tomé e Príncipe, conferindo uma maior tradução prática das boas intenções nelas plasmadas;
13	Criar mecanismos que favoreçam um maior investimento da diáspora na economia nacional;
14	Promover a diplomacia económica em prol do desenvolvimento nacional.

Tabela 4 - Os catorze objetivos da política externa de São Tomé e Príncipe

Fonte: Quadro retirado do artigo: A interpretação das Relações Internacionais segundo a constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe de Género, 2019, pág. 37

1	Todos Estados devem estar em solidariedade com outros Estados;
2	Não ingerência dos assuntos internos de outros Estados;
3	Autodeterminação dos povos;
4	Resolução pacífica dos diferendos;
5	Promover e proteger os direitos humanos;
6	Defesa dos ideais democratas;
7	Solidariedade, amizade entre os povos

Tabela 5 - Os sete princípios da política externa de São Tomé e Príncipe

Fonte: Quadro retirado do artigo: A interpretação das Relações Internacionais segundo a constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe de Género, 2019, pág. 37

Conclui-se que STP mesmo com os seus problemas financeiros-económicos, o país tem participado nas integrações internacionais e regionais onde são abordados assuntos que afetam o cenário internacional.

5.2. OS EUA E A ANTIGA URSS: GUERRA FRIA

O fim da segunda guerra mundial não trouxe consigo a dissolução das hostilidades entre as potências vencedoras, muito pelo contrário. A ordem internacional da guerra fria teve origem durante a segunda guerra, quando as potências vencedoras, Estados Unidos e URSS²⁴ emergiram como superpotências rivais com ideologias opostas. Foi uma guerra disputa hegemónica do poder entre esses dois países, aproximadamente de 1947 a 1991, representando dois sistemas políticos e ideológicos opostos: o capitalismo ocidental/ a democracia liberal liderados pelos EUA, e o comunismo oriental liderado pela União Soviética que defendia a ideologia de Karl Marx e seus sucessores Lenin, Stalin e outros. É importante destacar que durante a guerra fria, tanto o bloco ocidental liderado pelos Estados Unidos quanto o bloco oriental liderado pela União Soviética buscavam expandir suas ideologias pelo mundo. Cada lado promovia seu sistema político e económico como superior e estava aplicado em uma "guerra de ideias" global. Esse contexto histórico moldou as relações internacionais e influenciou o comportamento dos Estados durante boa parte do século XX. Segundo Duroselle e Kaspi (2001) a guerra fria é um epifenómeno da nova ordem

²⁴ Em 1922, constituiu-se a **União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)** em consequência direta da Revolução Russa (1917) e seus desdobramentos. Foi formada com extensões continentais que incluíam a Transcaucásia, Rússia, Ucrânia, Estónia, Bielorrússia, Lituânia, Letónia, Geórgia, Moldávia, Arménia, Azerbaijão, Cazaquistão, Uzbequistão, Turquemenistão, Quirguistão e Tadjiquistão. Importa referir, antes de qualquer coisa, que o decorrer da Primeira Guerra Mundial foi muito importante para o novo movimento revolucionário na Rússia e para a formação de um país de cariz comunista, composto por 15 nações que tomaram a sua independência depois da união ser desfeita. Sendo a primeira nação socialista da história, assim está referenciada no mundo inteiro. A República Socialista Russa era a maior e mais populosa dessas 15 repúblicas que compunham a URSS, e dominou a união durante toda a sua existência de 69 anos.

internacional que substituiu o jogo da hegemonia coletiva da Europa sobre as relações internacionais.

Apesar de, não ter havido um confronto militar direto entre essas duas grandes potências, a guerra fria foi determinada por uma competição intensa em vários âmbitos.

Houve uma corrida armamentista, ambos os lados buscaram acumular arsenais militares significativos, incluindo armas nucleares, essa corrida visava dissuadir o outro lado de qualquer ataque. Dessa forma nasceu a política da "doutrina de dissuasão mútua assegurada". Tanto EUA como a URSS estabeleceram relações militares com o intuito de fortalecerem tanto as suas posições como as dos seus aliados. Consequentemente, surge a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) constituída pelos países ocidentais liderados pelos EUA, enquanto o Pacto de Varsóvia²⁵ era uma organização criada pelos países do bloco comunista liderado pela URSS. Também, houve uma corrida espacial no qual ambas as superpotências competiram na exploração do espaço, incluindo a corrida para a Lua, na qual os Estados Unidos foram bem-sucedidos com a missão Apollo 11 em 1969.

A guerra fria influenciou em muitos conflitos regionais em todo mundo, muitos ficaram determinados como "guerras por procuração", isto porque, mesmo não havendo um conflito direto entre EUA e a URSS, ambas financiavam conflitos entre outros países. Entre 1969-1979 houve períodos de "détente"²⁶, marcados por uma redução das tensões através das negociações entre os Estados Unidos e a União Soviética. No entanto, os conflitos continuaram em muitas regiões do mundo. A guerra fria e o

²⁵ Tratado de ajuda mútua que recebeu o nome de Pacto de Varsóvia em 14 de maio de 1955 foi assinado pelo primeiro-ministro da União Soviética Nikolai Bulganin. Para os países orientais, esse dia tornou-se uma data chave no seu futuro político. A União Soviética, a Polónia, a Checoslováquia, a República Democrática Alemã, a Hungria, a Roménia, a Bulgária e a Albânia juntaram-se numa aliança, conhecida como Pacto de Varsóvia, cujo objetivo era ser capaz de resolver pacificamente os seus conflitos internos, apoiar a defesa mútua e fornecer segurança jurídica face aos países da Europa Ocidental e, sobretudo, face à organização militar que os uniu, o Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Desta forma, ambas as organizações, constituídas como blocos político-militares, mantiveram o precário equilíbrio global durante a Guerra Fria, e só com a queda do Muro de Berlim, em 1989, quando tanto o Pacto de Varsóvia como a União Soviética acabam dissolvendo.

²⁶ **Détente** é uma palavra francesa que significa relaxamento. O termo tem sido usado em política internacional desde a década de 1970. De uma maneira geral, o termo pode ser aplicado para se referir a qualquer situação internacional na qual nações que tinham anteriormente um relacionamento hostil (sem, no entanto, estarem em um estado de guerra declarada) passam a restabelecer relações diplomáticas e culturais, apaziguando seu relacionamento e diminuindo o risco de conflito declarado.

processo de descolonização em várias regiões ao redor do mundo aconteceram simultaneamente. Com isso, as potências rivais procuravam expandir sua influência em nações recém-independentes, aumentando a competição global. A divisão ideológica e geopolítica da guerra fria refletiu na divisão territorial de alguns países como é o caso da Alemanha que ficou dividida em duas partes “a República Federal da Alemanha Ocidental e a República Democrática Alemã Oriental”, do Vietnã que também ficou separado “na República Democrática do Vietnã do norte, e a República do Vietnã do sul” e também temos a Coreia que ficou dividida entre “a República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) e a República da Coreia (Coreia do Sul)”.

Na virada do século XX, ocorreu um evento emblemático que marcou o fim da guerra fria: a queda do Muro de Berlim em 1989, seguida pela queda do bloco comunista na Europa Oriental. Esse acontecimento simbolizou o colapso do sistema bipolar de poder que caracterizava o período da guerra fria. Entretanto, o desfecho legal dessa guerra foi oficializado com a dissolução da União Soviética em 1991. Esse período de transição inaugurou uma nova era nas relações internacionais, com impactos significativos na política mundial, resultando em realinhamentos de alianças, resolução de disputas regionais e mudanças na dinâmica de armamentos nucleares.

5.2.1. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: O CORTE DIPLOMÁTICO COM O COMUNISMO DA ANTIGA URSS “ORIENTAL” PARA O CAPITALISMO DOS EUA “OCIDENTAL”

A guerra do golfo assim como o fim da guerra fria apontaram a supremacia dos EUA no sistema internacional e com ela a superioridade do capitalismo, sendo construídos em seus dois pilares principais: poder econômico e militar. Foi no fim da Guerra Fria, em 1989 que George H. W. Bush, o Bush pai, foi eleito presidente dos EUA.

São Tomé e Príncipe foi colônia de Portugal desde 1485, data da primeira carta régia de doação, e em 1493 deu-se início ao povoamento efetivo da ilha e só em 1975 que o país deixou de ser colônia portuguesa. Como já foi frisado, o processo da descolonização e a guerra fria aconteceram ao mesmo tempo, e com isso as duas superpotências rivais buscavam ampliar a sua ideologia em nações recém-independentes. Para isso, patrocinavam os grupos que lutavam para a descolonização e

libertação dos seus países. Foi nesse contexto que como Portugal era membro da OTAN/NATO, os movimentos de libertação optaram para o modelo socialista soviético para o futuro dos seus respetivos países, logo a URSS apoiou o grupo Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) na luta pela independência dessa nação. Entretanto, no dia 12 de julho de 1975 São Tomé e Príncipe adquiriu a sua independência de Portugal. Na década seguinte, o país, então liderado pelo partido único MLSTP, estabeleceu relações diplomáticas tanto com países socialistas, incluindo a União Soviética como com os países capitalistas ocidentais, houve cooperação em várias áreas, incluindo assistência económica e militar.

E com o fim da guerra fria, São Tomé e Príncipe, como muitos outros países que tinham cooperação com o bloco socialista, passou por mudanças significativas nas suas relações diplomáticas durante a transição da guerra fria e com a dissolução da União Soviética, isto também devido a incapacidade do bloco socialista de fornecer as ajudas solicitadas.

Com a transição para um sistema multipartidário considerada “2ª República”, o país tinha uma abordagem mais orientada para o mercado na economia. O presidente são-tomense, Miguel Trovoada, que assumiu o poder em 1991 foi um defensor da abertura económica e das reformas pró-capitalistas. Todavia, segundo Seibert, G. (2001) estas reformas começaram muito antes, durante o regime monopartidário do MLSTP: 1986 assinatura de contratos de gestão de roças com empresas estrangeiras privadas; 1987 assinatura com o FMI de um Programa de Ajustamento Estrutural; 1988 um novo governo com Carlos Graça como ministro dos negócios estrangeiros; dezembro de 1989 Conferência Nacional do MLSTP.

Logo, São Tomé e Príncipe teve de ajustar a sua política externa dando início a uma abertura política e económica, com o objetivo de uma aproximação ao capitalismo e a cooperação com o Ocidente, deixando para trás o comunismo. Por conseguinte, São Tomé e Príncipe começou a buscar relações com países ocidentais e organizações internacionais que promovem princípios democráticos e económicos de mercado. E devido a mudança de orientação política, o país conseguiu um maior ajuste com os Estados Unidos e as instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM).

A partir da 2ª República, São Tomé e Príncipe, durante anos reforçou e manteve relações com o bloco capitalista. Ao longo dos anos, o país desenvolveu relações diplomáticas com os Estados Unidos e outros países ocidentais. São Tomé e Príncipe tem aproveitado a parceria que mantém com diversos países do Ocidente, incluindo membros da União Europeia. Parcerias essas que envolvem em ramos como desenvolvimento económico, governança, educação, saúde, militar, acordos comerciais, intercâmbios culturais e diplomacia em questões globais. Como já vimos, a União Europeia, por exemplo, tem sido uma fonte importante de assistência financeira e técnica para São Tomé e Príncipe, apoiando programas de desenvolvimento, educação, saúde e governança. Além disso, outros países ocidentais, como Portugal, têm laços históricos e culturais com São Tomé e Príncipe devido ao período colonial. Os EUA também têm relações com o país nas áreas de comércio, investimentos, desenvolvimento e segurança regional e o embaixador americano acreditado no país tem sede em Luanda.

Observa-se que fatores internos, incluindo mudanças de liderança e desenvolvimentos na política doméstica de São Tomé e Príncipe, desempenharam um papel significativo na determinação da direção da política externa do país. Assim, o caminho seguido pelo país não pode ser simplificado como uma transição abrupta do comunismo para o capitalismo durante a guerra fria, com o colapso da União Soviética. Em vez disso, o país adotou uma abordagem pragmática, buscando estabelecer parcerias com uma variedade de atores internacionais, independentemente de suas orientações ideológicas, visando promover o desenvolvimento e a estabilidade política. Isso reflete o desejo de São Tomé e Príncipe de diversificar suas relações internacionais e aproveitar oportunidades de desenvolvimento e crescimento económico.

A mudança na política externa de São Tomé e Príncipe, caracterizada por uma transição do comunismo para uma abertura política e económica, reflete uma adaptação estratégica às dinâmicas geopolíticas e económicas mundiais. Ao buscar uma aproximação ao capitalismo e uma cooperação mais estreita com o Ocidente, o país demonstra uma intenção de alinhar-se com os princípios democráticos e económicos de mercado promovidos por países ocidentais e organizações internacionais. Fazendo com que o país estabelecesse laços mais estreitos com os EUA e instituições financeiras

internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) como já referido em cima. Essas parcerias oferecem ao país acesso a recursos financeiros, assistência técnica e oportunidades de desenvolvimento económico.

No entanto, é importante reconhecer que abrindo a porta ao capitalismo, o país também corre o risco de abrir a porta a dependência exagerada de instituições financeiras internacionais; e consequentemente pode limitar a autonomia do país em tomar decisões políticas e económicas que atendam às necessidades de sua população. É de ressaltar que a transição para uma economia de mercado pode trazer desafios internos, como o aumento das desigualdades sociais e a marginalização de certos grupos da população. Então, para fazer frente, o arquipélago deve adotar de políticas que garantam que os benefícios do desenvolvimento económico sejam distribuídos de forma justa e equitativa, e que protejam os direitos e interesses dos mais vulneráveis.

Portanto, embora a mudança na política externa de São Tomé e Príncipe possa trazer benefícios tangíveis em termos de desenvolvimento económico e cooperação internacional, é crucial que o país adote uma abordagem equilibrada e cautelosa, levando em consideração os diversos interesses e atores internacionais envolvidos.

5.3. A DISPUTA HISTÓRICA ENTRE REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (RPC) E TAIWAN

Durante a Segunda Guerra Mundial, o partido Comunista e o Kuomintang uniram-se para enfrentar o inimigo comum, o Japão. No entanto, após o término do conflito global, o foco mudou para uma luta interna pelo controle da China. Na Ásia, a dinâmica da Guerra Fria desempenhou um papel crucial no estabelecimento de uma nova experiência comunista na China. Liderados por Chiang Kai-Chek, apoiado pelos Estados Unidos, e Mao Tsé-Tung, que contava com um apoio discreto dos soviéticos, o Kuomintang e o Partido Comunista contribuíram para a polarização da Guerra Fria na região. Com a ascensão do poder de Mao Tsé-Tung, Stalin²⁷ optou por apoiá-lo a partir de 1948, consolidando a influência comunista na China.

²⁷ Joseph Vissarionovich Stalin (1878 - 1953) foi um revolucionário e político soviético que foi o líder mais antigo do União Soviética de 1924 até sua morte em 1953. Ele ocupou o poder como Secretário

Taiwan e a República Popular da China têm uma ligação complexa e muito sensível pois, temas como a história, a política e a cultura fazem parte dessa ligação. Tudo começou com a Guerra Civil Chinesa²⁸ de (1927-1949), quando o Partido Comunista Chinês (PCC) liderado por Mao Tse-Tung e o partido nacionalista Kuomintang (KMT) liderado por Chiang Kai-Chek lutaram pelo controle do país. O partido PCC venceu fazendo com que o então líder da China derrubado pela revolução, Chiang Kai-Shek, se refugiasse juntamente com os seus aliados políticos para ilha de Taiwan, e aí mantivessem como um governo separado desde 1949. Vencia um novo modelo de comunismo na Ásia, nas fronteiras soviéticas, para o desincentivo dos norte-americanos, que haviam contado com a China como um aliado natural na Ásia Oriental e no Pacífico.

Essa disputa resultou na divisão, onde Taiwan se identifica como a "República da China", enquanto o continente é conhecido como a "República Popular da China". Essa controvérsia foi em grande parte resolvida na década de 1970, quando as Nações Unidas e outras organizações internacionais começaram a reconhecer a China continental.

Em consequência, Taiwan emergiu como uma entidade autónoma, enquanto a República Popular da China (RPC) a encara como uma província dissidente, a ser reunificada com o continente, seja por vias pacíficas ou militares. No entanto, a comunidade internacional tem respondido a essas tensões entre a RPC e Taiwan de várias formas ao longo dos anos. Essa dinâmica é complexa devido ao desenvolvimento de Taiwan como uma democracia distinta do continente, estabelecendo sua própria constituição, governo e forças armadas. Apesar disso, desde 1970, Taiwan não é reconhecido como um Estado em organizações internacionais, mas tampouco está sob o controle de Pequim na China continental.

Geral do Partido Comunista da União Soviética (1922–1952) e Presidente do Conselho de Ministros da União Soviética (1941–1953). https://en.wikipedia.org/wiki/Joseph_Stalin (consultado em 11 de abril pelas 15:26)

²⁸ A Guerra Civil Chinesa foi travada entre o governo liderado pelo partido nacionalista Kuomintang da República da China e as forças do Partido Comunista Chinês desde 1º de agosto de 1927 até 7 de dezembro de 1949 com uma vitória comunista na China continental, e quando foi fundada a República Popular da China. <https://www.infoescola.com/historia/guerra-civil-chinesa/> (consultado em 14 de janeiro pelas 12:47)

Existem países que reconhecem a RPC como o único governo legítimo da China, enquanto outros preservam laços informais ou oficiais com Taiwan, essa divisão também está inserida na população de Taiwan, com cerca de 24 milhões de habitantes, população essa composta maioritariamente por descendentes de imigrantes chineses que estabeleceram na ilha nos séculos passados, simultaneamente com os indígenas. Os taiwaneses têm uma identidade diferenciada e muitos consideram Taiwan como uma pátria separada, e outros estão a favor da reunificação com a China com o objetivo de melhores condições.

Pode-se argumentar que Taiwan, de fato, possui todos os elementos de um Estado soberano, incluindo sua própria constituição, um governo eleito democraticamente e forças armadas próprias. A única lacuna prática reside no reconhecimento internacional por outros Estados. Atualmente, em 2024, apenas 12 dos 193 países membros da ONU reconhecem Taiwan como um Estado soberano e mantêm laços diplomáticos com ele, como é o caso do Vaticano e Paraguai na América do Sul. No entanto, países como os EUA, Brasil e Alemanha estão entre a maioria que não reconhece Taiwan como um Estado soberano, principalmente porque Taiwan não é membro das Nações Unidas. O reconhecimento da RPC em 1971 foi uma decisão tomada pela ONU, e como tal, os países membros são, em princípio, esperados a segui-la, o que significa que o reconhecimento de Taiwan não é uma decisão individual de cada Estado membro.

Mesmo no meio à pandemia de covid-19, a Organização Mundial da Saúde (OMS) não permitiu que Taiwan, (que teve uma das melhores respostas à propagação do vírus nos dois primeiros anos da pandemia) participasse da sua assembleia como coletor, por causa da pressão feita pela China Continental. Esse isolamento diplomático sofrido por Taiwan começou em 1971. Pois, foi em 1971 que a Assembleia-Geral da ONU fortaleceu a República Popular da China como a única representante da nação chinesa, deixando Taiwan de lado, organização essa que Taiwan era membro fundador.

Em meio à crescente rivalidade hegemônica entre os Estados Unidos e a China, a política externa dos Estados Unidos adota uma abordagem delicada em relação a

Taiwan. Apesar de sustentar o princípio da "China única"²⁹, que reconhece Taiwan como parte do território chinês, os Estados Unidos também oferecem apoio técnico e militar à ilha, defendendo sua autonomia e a manutenção do "*status quo*". Isso implica que os Estados Unidos buscam garantir que Taiwan mantenha um governo autônomo, embora não seja reconhecido como um país independente, a fim de evitar um conflito direto com a República Popular da China. Essa postura cria uma situação complexa e delicada na relação entre as duas potências, na qual os Estados Unidos precisam equilibrar seus interesses estratégicos e suas relações diplomáticas com ambos os lados.

Apesar das tensões e disputas políticas entre Taiwan e a República Popular da China, ambas mantêm fortes laços comerciais. A China continental tem sido o principal destino das exportações de Taiwan, totalizando mais de US\$ 120 bilhões em 2021. Nas últimas décadas, a economia taiwanesa tem se destacado, especialmente na fabricação de produtos de alta tecnologia, como chips. Reconhecida pelo Fundo Monetário Internacional como uma economia avançada, Taiwan figura entre as dez maiores economias da Ásia e está entre as 25 maiores do mundo.

5.3.1. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: O CORTE DIPLOMÁTICO COM TAIWAN PARA O ESTABELECIMENTO DE ALIANÇAS COM A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

No ano de 1997, durante a presidência de Miguel Trovoada, pai do atual primeiro-ministro Patrice Trovoada, São Tomé e Príncipe estabeleceu uma parceria de cooperação com Taiwan, resultando na suspensão das relações de cooperação que o país mantinha com a República Popular da China desde 1975. Ao longo de mais de duas décadas, São Tomé e Príncipe manteve laços diplomáticos bilaterais com Taiwan, baseados em assistência econômico-financeira e técnica em diversas áreas, especialmente agricultura, saúde, educação e infraestrutura. Taiwan emergiu como o

²⁹ A política da "China única" refere-se a uma política de ambiguidade estratégica dos Estados Unidos em relação a Taiwan. Num comunicado conjunto de 1972 com a RPC, os EUA "reconhecem que todos os chineses de ambos os lados do Estreito de Taiwan afirmam que existe apenas uma China e que Taiwan faz parte da China" e "não desafia essa posição". Reafirma o interesse dos EUA numa solução pacífica para a questão de Taiwan. Os EUA têm relações formais com a RPC, reconhecem a RPC como o único governo legal da China e, simultaneamente, mantêm as suas relações não oficiais com Taiwan, sem assumirem qualquer posição oficial sobre a soberania de Taiwan. Os EUA "reconhecem", mas não "endossam" a posição da RPC sobre Taiwan, o que implica que não apoia nem rejeita a soberania da China sobre Taiwan, e considerou o status político de Taiwan como "indeterminado". <https://exame.com/mundo/conflito-taiwan-china-biden/> (consultado em 27 de março pelas 16:10)

principal doador de São Tomé e Príncipe em várias frentes durante muitos anos. Essas interações diplomáticas foram impulsionadas pela estratégia conhecida como diplomacia de “chequebook”³⁰ (diplomacia baseada em benefícios económicos), na qual Taiwan buscava assegurar seu reconhecimento internacional e expandir suas alianças diplomáticas através de incentivos económicos. Esta abordagem envolveu a oferta de benefícios financeiros e económicos a vários países, com ênfase especial em regiões como África, América Latina e Pacífico. O objetivo era fortalecer as relações diplomáticas e garantir o apoio internacional para Taiwan. Enquanto, Taiwan oferecia assistência económica e financeira em troca de alianças diplomáticas com outros Estados, do outro lado, estava a República Popular da China instruindo os Estados a não considerarem Taiwan como uma entidade política separada.

Insatisfeita com as alianças estabelecidas por Taiwan com outros Estados ao longo do tempo, a China passou a exercer pressão sobre esses países para que encerrassem essas parcerias. Alegando que Taiwan é parte integrante do território chinês, Pequim ofereceu incentivos financeiros superiores aos concedidos por Taipei. Isso levou vários países a reavaliarem suas cooperações com Taiwan e, diante de promessas de estabelecimento ou retomada de laços com a República Popular da China, alguns países optaram por cortar suas relações diplomáticas com Taiwan.

Especificamente em relação a São Tomé e Príncipe, a situação não foi diferente. Em 20 de dezembro de 2016, o governo liderado pelo primeiro-ministro Patrice Trovoada anunciou o rompimento das relações diplomáticas em favor do estabelecimento de laços bilaterais com a República Popular da China. Logo após, em 26 de dezembro de 2016, em Pequim, os ministros dos Negócios Estrangeiros, Wang Yi, da China, e Urbino Botelho, de São Tomé e Príncipe, assinaram um acordo. Após a assinatura do acordo, Wang Yi declarou à imprensa que “*São Tomé e Príncipe terá o apoio total de um membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas e da maior nação em desenvolvimento no mundo*”³¹.

³⁰ Diplomacia de talão de cheques é usada para descrever uma política externa que utiliza abertamente a ajuda económica e o investimento entre países para obter favores diplomáticos.

³¹ <https://www.voaportugues.com/a/sao-tome-e-principe-china-relacoes/3651045.html> (consultado em 01 de fevereiro pelas 14:15)

"Não só pelo papel crescente e assertivo deste país no xadrez político mundial, como também pelas facilidades que a China hoje disponibiliza aos países em vias de desenvolvimento" ³² disse Evaristo Carvalho, o Presidente são-tomense, na mensagem do fim do ano de 2016. Portanto, essa medida foi interpretada como uma mudança significativa nas relações geopolíticas regionais, demonstrando o crescente peso da China no cenário internacional e refletindo a política de "uma China", que defende a integração de Taiwan ao território continental chinês.

Em janeiro de 2017, foi estabelecido um acordo de cooperação entre os dois países com duração de cinco anos, priorizando setores como turismo, infraestrutura, tecnologia, agricultura e pesca. Além disso, foram oferecidas bolsas de estudo e assistência médica ao Estado de São Tomé e Príncipe. O Primeiro-Ministro são-tomense, Patrice Trovoada, garantiu que o apoio chinês abrangeria subsídios, assistência financeira e o cancelamento de uma dívida no valor de 17,3 milhões de dólares. Em abril de 2017, foi reinaugurada uma embaixada chinesa na capital de São Tomé, que já existia desde 1975, além da presença prévia de uma representação comercial da RPC em São Tomé e Príncipe. E também no mesmo mês, o primeiro-ministro são-tomense, Patrice Trovoada divulgou que a China também atribuiria à São Tomé e Príncipe um subsídio de 146 milhões de dólares para projetos de infraestruturas, como por exemplo a atualização do Aeroporto Internacional de São Tomé e Príncipe e a construção de um porto de contentores de alto mar, que poderia auxiliar como um centro logístico para as exportações chinesas para a África Central. Em fevereiro de 2020, o pacto da China com o desenvolvimento de infraestruturas em São Tomé e Príncipe, principalmente para a modernização e expansão do aeroporto internacional de São Tomé e Príncipe afetou novos patamares, onde China prometeu financiar o projeto no valor estimado em cerca de 31 milhões de dólares.

Entretanto, apercebe-se que a mudança de São Tomé e Príncipe para estabelecer relações com a China pode ser atribuída a uma série de fatores. Primeiramente, a pressão exercida pela China sobre os países que mantêm laços diplomáticos com Taiwan pode ter desempenhado um papel significativo. A China considera Taiwan parte

³²https://www.rtp.pt/noticias/mundo/restabelecimento-de-relacoes-diplomaticas-com-china-e-decisao-politica-de-vulto_n972818 (consultado em 1 de fevereiro pelas 15:02)

integrante do seu território, logo busca ativamente isolar Taiwan diplomaticamente. Além disso, a oferta de incentivos económicos substanciais por parte da China, incluindo subsídios, assistência financeira e cancelamento de dívidas, influenciou imenso a decisão do país. Esses incentivos podem ter sido vistos como uma oportunidade para São Tomé e Príncipe obter recursos vitais para o desenvolvimento económico e social do país. Desde então, São Tomé e Príncipe e China têm colaborado para fortalecer suas relações bilaterais, ao passo que Taiwan continua a enfrentar obstáculos na manutenção e ampliação de seus laços diplomáticos, em meio à crescente pressão exercida pela China continental.

Todavia, vale ressaltar que a mudança de São Tomé e Príncipe para estabelecer relações com a China pode vir acarretar ou não riscos, tanto internos quanto externos. Isto porque, internamente, houve repercussões políticas, especialmente entre aqueles que apoiam ou se opõem à decisão do governo e principalmente, pode vir a ter implicações económicas, especialmente se a assistência económica e os investimentos prometido pela China não alcançarem as expectativas ou se houver dependência excessiva da ajuda chinesa. E externamente, o risco ou não que o país poderá ter decorrente dessa mudança é afetar as relações de São Tomé e Príncipe com outros países e organizações internacionais. Por exemplo, pode haver consequências para as relações com os EUA e outros países que apoiam Taiwan e também, o país pode beneficiar na participação em organizações internacionais, como as Nações Unidas, onde a China exerce uma grande influência.

Assim, as mudanças nas alianças diplomáticas entre países frequentemente ocorrem em consonância com as transformações nas dinâmicas geopolíticas, nos interesses estratégicos e nas políticas internas e externas das nações envolvidas, influenciadas também por incentivos financeiros oferecidos.

5.4. A QUESTÃO DO SAHARA OCIDENTAL E MARROCOS

O conflito do Sahara Ocidental é um tema político complexo que envolve interesses divergentes entre várias partes, incluindo Marrocos, a Frente Polisário e a comunidade internacional. Trata-se de um território de aproximadamente 266.000 km²

localizado na região noroeste da África, limitado pelo Oceano Atlântico a oeste, Marrocos ao norte, Argélia ao nordeste e Mauritânia a leste e sul. Este território é objeto de disputa entre esses três países, sendo que Marrocos detém controle sobre cerca de 80% do território. Reconhecido como um território não autônomo pelas Nações Unidas, o Sahara Ocidental possui uma história marcada por ocupação e controvérsia ao longo dos anos.

Na Conferência de Berlim de 1884/1885, Espanha colocou Sahara Ocidental sob seu protetorado, a partir daí Espanha começou a encarar o expansionismo no sul de Marrocos. Foi em 1956 que Marrocos acabara de conquistar a sua independência da França na parte norte, e entre o final de 1957 e início de 1958, o país iniciou a guerra de libertação dos territórios do Ifni, Tarfaya e Sahara Ocidental da ocupação espanhola. Mas, o Exército de Libertação Nacional marroquino foi derrotado no território de Sahara Ocidental pela operação conjunta franco-espanhol. Marrocos, então em 1963 registou o território de Sahara Ocidental na lista de territórios não autônomos da ONU, fazendo com que a ONU tentasse diversas vezes persuadir a Espanha a negociar com Marrocos a descolonização deste território, e bem como Cap Juby e o de Ifni. Todavia, foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a Resolução 2.072, de 17 de dezembro de 1965 que indicava a descolonização, mesmo com oposição da Espanha e Portugal e da abstenção algumas grandes potências como por exemplo: a França, Reino Unido, Estados Unidos e África do Sul. Marrocos em 1975 decidiu levar o assunto ao Tribunal Internacional de Justiça devido a inflexibilidade colonialista de Espanha. E o Tribunal Internacional de Justiça deu o parecer consultivo confirmando dessa forma a existência de laços históricos entre as populações do Sahara Ocidental e de Marrocos, bem como de toda a Mauritânia.

Por conseguinte, em 1975 com o processo da descolonização e a retirada da Espanha, Marrocos liderado pelo rei Hassan II, concretizou no dia 6 de novembro de 1975 a "Marcha Verde"³³ na qual 350 mil civis marroquinos avançaram para o Sahara

³³ Em 6 de novembro, 350 mil civis marroquinos cruzaram a fronteira para ocupar “pacificamente” o território e pressionar Espanha a abandoná-lo e entregar a disputada província semi-metropolitana autônoma do Sahara Espanhol a Marrocos. Nessa altura, o governo espanhol preparava-se para abandonar o território como parte da descolonização de África. O povo saharai aspirava formar um Estado independente. Essa manifestação avançou vários quilómetros no território do Sahara Ocidental. Mais tarde, Marrocos ganhou o controlo da maior parte do antigo Sahara espanhol, que continua a deter.

Ocidental, para assinalar a vontade da soberania marroquina sobre este território e anexando dessa forma o território de Sahara Ocidental ao Marrocos. A comunidade internacional condenou essa marcha, nomeadamente na Resolução 380 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, visto que a marcha foi considerada uma tentativa de contornar o parecer consultivo do Tribunal Internacional de Justiça sobre o Sahara Ocidental, emitido três semanas antes. Contudo, a Espanha assinou os acordos de Madrid com Marrocos e Mauritânia em 14 de novembro de 1975, para oficializar a entrega do território do Sahara, e entre 1975 e 1976 a Espanha retirou as suas tropas. Não satisfeita com a situação, em 27 de fevereiro de 1976, foi criada a “República Árabe Saharai Democrática (RASD)” proclamada pela Frente Polisário³⁴, um movimento político e militar saharauí, apoiado pela Argélia que conquistou a sua independência em 1962. E dessa forma contestou a anexação por Marrocos e buscou a independência para o Sahara Ocidental, e devido isso houve muitos conflitos armados entre a Frente Polisário e Marrocos.

No decorrer dos anos, houve tentativas para acordos de paz e o estabelecimento de um cessar-fogo entre as partes no conflito. Entretanto, a ONU conseguiu em 1991, um acordo de paz e com isso ao estabelecimento de um cessar-fogo entre a Frente Polisário e Marrocos. Além disso, também foi almejado realizar um referendo de autodeterminação³⁵ para os saharauis. Contudo, o referendo nunca chegou a ser realizado devido as questões como o reconhecimento dos eleitores e ao estabelecimento do projeto do referendo. O impasse continua e o território também segue dividido, com partes sob controle marroquino e outras sob controle da Frente Polisário.

<https://www.telanon.info/politica/2020/01/30/31082/stp-abriu-consulado-no-territorio-do-saara-ocidental-para-reforcar-cooperacao-com-marrocos/> (consultado em 07 de janeiro pelas 20:31)

³⁴ **Frente Polisário** é uma organização político-militar que luta para acabar com o controle marroquino do antigo território espanhol de Sahara Ocidental e conquistar a independência daquela região. A Frente Polisário é composta em grande parte pelos habitantes indígenas nómadas da região do Sahara Ocidental, os saharauis. A Frente Polisário começou em maio de 1973 como uma insurgência contra o controle espanhol do Saara Ocidental.

³⁵ **A autodeterminação dos povos** é o princípio que garante a todo o povo de um país o direito de se autogovernar, realizar suas escolhas sem intervenção externa, exercendo soberanamente o direito de determinar o próprio estatuto político. Em outras palavras, é o direito que o povo de um país tem de escolher como será legitimado o direito interno sem influência de qualquer outro país. O direito de um povo à autodeterminação é um princípio fundamental do direito internacional, sendo geralmente considerado como uma norma de jus cogens, vinculando, as Nações Unidas como intérprete autorizada das normas da Carta.

A problemática do Sahara Ocidental é multifacetada e sensível, abordando temas como direitos humanos, autodeterminação e soberania territorial. No âmbito das relações internacionais, essa questão é um ponto de tensão significativo, despertando preocupações em nível global. A comunidade internacional tem buscado soluções por meio de várias iniciativas das Nações Unidas, visando uma resolução imparcial e estável que respeite o direito à autodeterminação do povo saharai.

Contudo, atualmente o reconhecimento do Sahara marroquino é, praticamente, uma realidade a nível continental e internacional, como mostram muitos países de quase, todos os continentes que já abriram Consulados Gerais na Região do Sahara Ocidental. Ultimamente, em troca pelo reconhecimento de Israel por parte de Marrocos, os Estados Unidos da América reconheceram a soberania de Marrocos sobre o Sahara Ocidental e a Espanha, a sua antiga potência colonial, acaba de patrocinar o Plano de Marrocos para a autonomia do território. Consequentemente, a Argélia interrompeu o “tratado de amizade, boa vizinhança e cooperação” que tinha com a Espanha assinado em 2002, por causa da alteração de posição de Espanha no caso do Sahara Ocidental. Pois, Espanha que se mantinha neutra e era vista como uma grande articuladora para a resolução do conflito, determinou apoiar Marrocos.

O Reino de Marrocos, sob a liderança de Sua Majestade o Rei Mohamed VI, propôs em 11 de abril de 2007 uma ampla autonomia para o Sahara Ocidental como uma solução política justa e duradoura, mutuamente aceitável e alinhada com os princípios da Carta das Nações Unidas. A Resolução 1813 (2008) da Assembleia Geral das Nações Unidas, adotada em 30 de abril de 2008, reiterou o apelo às partes e aos Estados da região para cooperarem plenamente com a ONU na busca por uma solução política para o impasse no Sahara Ocidental. A resolução reconheceu a proposta marroquina de ampla autonomia como uma iniciativa séria e credível, elogiando os esforços do Reino de Marrocos nesse sentido.

5.4.1. RELAÇÃO DIPLOMÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE COM O SAHARA OCIDENTAL E MARROCOS

Como vimos no subcapítulo em cima, por um lado temos a República Árabe Saharai Democrática (RASD), que é o governo proclamado pela Frente Polisário para

o Sahara Ocidental que tem como objetivo a autodeterminação do povo saharauí, defendendo a sua independência, e por outro lado, temos Marrocos que exige a soberania sobre o Sahara Ocidental e não reconhece a RASD, pois Marrocos considera o Sahara Ocidental como parte integrante do seu território. Todavia, essa questão é complexa no seio da comunidade internacional, e o impasse perdura há décadas, com o estatuto final do Sahara Ocidental ainda sem nenhuma resolução.

Em 22 de julho de 1978, São Tomé e Príncipe oficializou o reconhecimento da República Árabe Saharaui Democrática (RASD), o governo autoproclamado pela Frente Polisário para o Sahara Ocidental. Essa decisão reflete o apoio são-tomense ao desejo do povo saharauí pela autodeterminação e independência. Tal medida foi motivada pela adesão aos princípios fundamentais da Carta da Organização de Unidade Africana (OUA), que preconiza a completa libertação do continente africano de qualquer forma de colonialismo e opressão. STP condenou quando em 1975, Marrocos através da “Marcha Verde” ocupou o Sahara Ocidental. O reconhecimento da RASD, “governo no exílio”,³⁶ à margem do Direito Internacional, foi estimulado pela Argélia, e, posteriormente, essa Organização começou a ser reconhecida por 25 Estados membros da OUA, conhecidos por Grupo dos 25. São Tomé e Príncipe notificou e comandou, durante 7 anos, esse grupo informal de países designado “Grupo dos 25”³⁷ que defendia a causa do Sahara Ocidental juntamente com a Frente Polisário bem como outros assuntos considerados pertinentes para África. A posição solidária por partes desses países africanos do qual São Tomé e Príncipe era líder ajudou para o ingresso do Sahara

³⁶ Um “governo no exílio” refere-se a um grupo ou entidade política que afirma ser o governo legítimo de um determinado país ou território, mas que não exerce controle efetivo sobre o território em questão. Essa situação ocorre quando um governo é destituído do poder ou é forçado a deixar seu país de origem devido a conflitos, ocupação estrangeira, ou outras circunstâncias adversas. Quando, por alguma razão, o governo legítimo de um país não tem condições de segurança para continuar a exercer as suas funções, pode transferir-se para um outro país que seja seu aliado. A legitimidade de um governo no exílio é maior quando for maior o seu reconhecimento, quer internamente quer por parte de outros países. Os governos no exílio existem partindo do princípio de que um dia podem voltar a assumir o poder no seu país de origem. A sua capacidade de atuação pode ser muito reduzida, no entanto, é um importante ato de resistência, afirma o especialista. <https://cnnportugal.iol.pt/guerra/russia/o-que-e-um-governo-no-exilio-e-porque-e-que-essa-poderia-ser-uma-solucao-para-a-ucrania/20301124/6226158a0cf21847f0afc0cd> (consultado em 03 de fevereiro pelas 11:10)

³⁷ Os participantes do Grupo dos 25 e alguns dos seus simpatizantes: Angola, Argélia, Benim, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Chade, Congo Brazzaville, Etiópia, Gana, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Lesoto, Líbia, Madagáscar, Mali, Malawi, Maurícias, Mauritânia, Namíbia, Níger, S. Tomé e Príncipe, Suazilândia, Seicheles, Serra Leoa, Ruanda, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué.

Ocidental como membro de pleno direito da Organização de Unidade Africana (OUA). Mesmo, sendo membro da OUA a República Árabe Saharaui Democrática (RASD) necessitava da ajuda permanente e solidária da comunidade internacional para a concretização do referendo de autodeterminação, sob os presságios da ONU.

Alguns são-tomenses argumentam que o reconhecimento da República Árabe Saharaui Democrática (RASD), pela Organização de Unidade Africana (OUA), posteriormente transformada na União Africana (UA), foi um equívoco. Eles alegam que esse reconhecimento violou o Direito Internacional, a Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) e até mesmo a própria Carta da OUA. Segundo esses argumentos, para ser considerado um Estado sob o Direito Internacional, um país deve possuir três elementos essenciais: território, população e governo. Dessa forma, a RASD não preenche esses critérios e, portanto, não deveria ser reconhecida como um Estado pela OUA ou UA.

Após a admissão da República Árabe Saharaui Democrática (RASD) como membro da Organização de Unidade Africana (OUA), Marrocos decidiu deixar a organização que ajudou a fundar em 1963. Durante 33 anos, Marrocos permaneceu fora da OUA, mas em 2017 decidiu reintegrar a União Africana, participando ativamente em seus órgãos continentais e internacionais. No entanto, o rei Mohamed VI de Marrocos deixou claro que a decisão de retornar à União Africana não implicava em renunciar aos direitos de Marrocos sobre o território do Sahara Ocidental. Diferentemente da Organização de Unidade Africana (OUA), a ONU nunca reconheceu a República Árabe Saharaui Democrática (RASD) como um Estado membro e tenta conduzir o processo de uma forma imparcial, na procura duma solução justa e duradoura para o diferendo.

Para os que defendem a tese que a Organização de Unidade Africana (OUA) errou em admitir como Estado membro, a República Árabe Saharaui Democrática (RASD) afirmam que com reconhecimento desse “erro histórico”, alguns países que antigamente reconheceram a República Árabe Saharaui Democrática (RASD), com o passar do tempo congelaram esse reconhecimento e têm apoiado a ONU nos esforços para encontrar uma resolução equitativa desse conflito e que satisfaça ambas as partes. Então, dos Estados que faziam parte do “Grupo dos 25”, 13 Estados congelaram o seu reconhecimento à RASD, entre os quais 4 dos 5 membros do Comité de Coordenação

do “Grupo dos 25”, Burundi, Madagáscar, São Tomé e Príncipe e Seicheles, fizeram isso em troca de benefícios materiais e financeiros recebidos por Marrocos. E para os mesmos autores essa mudança de posição dos países africanos, não é mais nada do que, a reposição da legalidade internacional e o reconhecimento do Sahara Ocidental como um território que, historicamente, sempre pertenceu a Marrocos.

Nos primeiros anos após a independência de São Tomé e Príncipe, a política externa são-tomense, amparava a autodeterminação do povo da República Saharai Democrática (RASD), o território que tem Laayoune como a sua capital. Após a mudança do regime em 1991, o novo Presidente da República e líder da política externa do país, com base nas competências constitucionais da altura, deu início a mudança da política externa em relação a questão do Sahara Ocidental. Então, o Presidente Miguel Trovoada, despertou a diplomacia de proximidade com o Reino de Marrocos. Consequentemente, no dia 23 de outubro de 1996, o Estado são-tomense retirou o reconhecimento diplomático a República Árabe Saharai Democrática (RASD) e por outro estabeleceu uma relação de cooperação com o Reino de Marrocos. Relação essa considerada por alguns críticos “de dependência servil e patética”.³⁸

Segundo Maria do Nascimento da Graça de Amorim³⁹ na entrevista à Téla-Nón afirmou que

*“A política externa de STP caiu no descrédito e no ridículo. É uma política sem princípios onde impera a prática do contorcionismo. As dificuldades económicas e financeiras, em si só, não podem servir de justificação, desculpas e alibis. A defesa dos interesses nacionais deveria ser conduzida com princípios éticos, seriedade, dignidade, respeito e competência.”*⁴⁰

A mesma acrescenta que

³⁸ <https://www.telanon.info/politica/2020/01/30/31086/o-contorcionismo-politico-santomense-o-caso-saara-ocidental/> (consultado em 01 de fevereiro pelas 17:21)

³⁹ É uma diplomata e política são-tomense. Depois de conquistar a independência em 12 de julho de 1975, foi nomeada a primeira embaixadora do seu país em França e Portugal. Depois, em 1978, foi nomeada Ministra dos Negócios Estrangeiros no governo do Presidente Manuel Pinto da Costa, também ocupou esse cargo até 1986 e foi sucedida por Fradique de Menezes. Ela foi descrita como "ardente e militante".

⁴⁰ <https://www.telanon.info/politica/2020/01/30/31086/o-contorcionismo-politico-santomense-o-caso-saara-ocidental/> (consultado em 01 de fevereiro pelas 17:21)

“A ligeireza, o improviso e o desnorte na política externa de STP é constrangedor e inquietante. Um País que teve outrora uma prática diplomática de referência, merece volvidos 44 anos de independência, uma política externa séria, orientada por um Governo competente e coerente.”⁴¹

Em 2019, o governo de São Tomé e Príncipe estabeleceu o primeiro Consulado Geral no território marroquino, localizado em Laayoune, a capital da região do Sahara Ocidental sob administração do Reino de Marrocos. O diplomata Luís Bastos foi designado para o cargo de cônsul-geral do Estado são-tomense nessa região. Esse movimento pode ser interpretado como um reconhecimento implícito da soberania de Marrocos sobre o Sahara Ocidental, contradizendo assim o reconhecimento anterior da República Árabe Saharaui Democrática (RASD) por parte de São Tomé e Príncipe.

Em 2020, São Tomé e Príncipe e o Reino de Marrocos fortaleceram sua cooperação bilateral por meio da assinatura de um acordo abrangente. Este acordo visa facilitar os investimentos de São Tomé e Príncipe em diversos setores, incluindo educação, agricultura, pesca, turismo, energias renováveis e infraestrutura. Em agosto do mesmo ano, Marrocos reafirmou seu compromisso ao oferecer uma ajuda financeira anual de 1 milhão de dólares para apoiar o orçamento do Estado são-tomense, além de conceder 80 bolsas de estudos para estudantes de São Tomé e Príncipe estudarem em Marrocos e fornecer suprimentos de medicamentos para o país. Destaca-se que Marrocos tem desempenhado um papel significativo na formação de profissionais em São Tomé e Príncipe, com centenas de são-tomenses recebendo treinamento em diversas áreas no país do norte da África.

O governo são-tomense tem geralmente mantido uma política externa baseada no não alinhamento e na cooperação com qualquer país disposto a ajudar no seu desenvolvimento económico, contudo nem todos estão de acordo *“a política externa de STP deveria ser conduzida por dirigentes e diplomatas responsáveis, defensores de interesses nacionais e não de interesses obscuros e pessoais, algum deles, perfumados de pré campanhas eleitorais e afins”⁴²* ressalta Maria do Nascimento da Graça de Amorim na entrevista à Téla-Nón.

⁴¹ <https://www.telanon.info/politica/2020/01/30/31086/o-contorcionismo-politico-santomense-o-caso-saara-ocidental/> (consultado em 01 de fevereiro pelas 17:21)

⁴² *Idem.*

Essa mudança nas relações diplomáticas de São Tomé e Príncipe, de reconhecimento da RASD para uma cooperação mais estreita com Marrocos, levanta questões sobre a coerência e a independência da política externa do país. Bem como se essa mudança de direção beneficia verdadeiramente São Tomé e Príncipe em termos de desenvolvimento socioeconómico e diplomático, ou se representa uma renúncia aos princípios de solidariedade e autodeterminação que São Tomé e Príncipe historicamente apoiou. Portanto, enquanto a intensificação das relações entre São Tomé e Príncipe e Marrocos pode trazer benefícios tangíveis para ambos os países, é essencial avaliar os motivos e as consequências dessa mudança na política externa do país, especialmente no contexto mais amplo das dinâmicas geopolíticas regionais e internacionais.

5.5. A QUESTÃO DO KOSOVO E SÉRVIA

A questão do Kosovo e Sérvia é uma questão complexa e politicamente sensível que se originou nos conflitos étnicos e políticos na antiga Iugoslávia. O Kosovo é um país localizado no sudeste europeu, e historicamente é um território que pertence à Sérvia. O país é formado por uma área de 10.905 km² e tem aproximadamente, 1.801.500 habitantes formada por albaneses, bósnios e sérvios, sendo a etnia albanesa 92,9% da população. Kosovo faz fronteiras com Sérvia, Macedônia do Norte e Albânia.



Figura 2 - Mapa dos albaneses e sérvios no Kosovo⁴³

Entre os anos de 1945 e 1992, Kosovo foi uma região independente da Sérvia. O status dava ao país alguma autonomia política e económica, mesmo com a Sérvia interferindo em alguns pontos. Todavia, no final de 1980, a Jugoslávia⁴⁴ passava por intensas mudanças políticas, e a Sérvia para aumentar o seu controlo no Kosovo na altura, o presidente sérvio, Slobodan Milosevic, com apoio do parlamento da Sérvia, retirou a autonomia da província do Kosovo. E em 1989 foram tirados das mãos do governo kosovar o policiamento e o sistema judiciário. Como no final de 1990, a Sérvia estava enrolada nas guerras entre Croácia e Bósnia, os albaneses aproveitaram essa distração e criaram um governo em Kosovo formado por albaneses, conhecido como

⁴³ Fonte: <https://www.dw.com/pt-br/o-que-est%C3%A1-por-tr%C3%A1s-das-tens%C3%B5es-entre-o-kosovo-e-a-s%C3%A9rvia/a-64229765> (consultado em 17 de dezembro pelas 17:39)

⁴⁴ **Jugoslávia** "Terra dos Eslavos do Sul" foi um país dos Balcãs e da Europa Central que existiu de 1918 a 1992. Formada em 1918 como o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, unindo diferentes grupos étnicos do sul da Europa sob a liderança do Reino da Sérvia. Em 1929, o país foi renomeado Reino da Jugoslávia. Durante a Segunda Guerra Mundial, a Jugoslávia foi invadida pelas forças do Eixo e experimentou uma brutal ocupação liderados por Josip Broz Tito, um comunista. Após a guerra, Tito estabeleceu a República Socialista Federativa da Jugoslávia, uma federação socialista composta por seis repúblicas: Sérvia, Croácia, Bósnia e Herzegovina, Eslovênia, Montenegro e Macedônia. Nas décadas de 1980 e 1990, as tensões étnicas e nacionalistas aumentaram na Jugoslávia. As repúblicas começaram a buscar maior autonomia, e a desintegração do país começou com a independência da Eslovênia e da Croácia em 1991. Em 2003, a Jugoslávia foi dissolvida oficialmente, e suas repúblicas restantes tornaram-se países independentes. A Sérvia e Montenegro formaram uma união, conhecida como Estado Unido da Sérvia e Montenegro, que durou até 2006, quando Montenegro declarou independência.

Exército de Libertação do Kosovo (ELK). Dessa forma deu início a conflitos em Kosovo entre as forças armadas do Libertação do Kosovo (ELK) e os soldados e autoridades da Sérvia. Esse durou um ano, entre 1998 e 1999 e como consequência, as forças policiais da Sérvia começaram a expulsar os albaneses da província do Kosovo dando origem aos ataques e mortes a civis e aumentando assim a violência e tensões étnicas entre sérvios e albaneses kosovares e devidos aos ataques sérvios, o território do Kosovo ficou totalmente arruinado.

Devido esses acontecimentos a OTAN, em 1999 decidiu de intervir para abrandar os conflitos. Por isso, as forças sérvias retiraram-se e o Kosovo ficou sob a governação da ONU. Só que, a aprovação legal de OTAN de intervir no conflito não foi outorgada pela ONU, logo de acordo com o direito internacional a intervenção da OTAN foi vista como ilegal. Isto porque, as propostas de interferência por parte da OTAN deveriam ter sido apresentadas para o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ou seja, para que os países externos intervissem de forma direta no conflito, era imprescindível a aprovação do conselho de forma legal.

Para acabar com os conflitos entre Kosovo e Sérvia, Os EUA ansiavam a assinatura de um acordo de paz entre ambas as partes. Desse modo, as negociações foram feitas durante a Conferência Rambouillet. O acordo foi intermediado, por EUA, Rússia, Reino Unido, Itália, França e Alemanha. Numa das cláusulas desse acordo afirmava que, se Kosovo e Sérvia não chegassem a uma solução, a OTAN ficaria com o controle de toda a província dentro da Jugoslávia. Contudo, o presidente da Sérvia, Slobodan Milosevic, não aceitou o acordo proposto, mas a OTAN, liderada pelos EUA não satisfeita com a resposta iniciou ataques contras os sérvios fazendo com que o presidente sérvio aceitasse a proposta. Em resposta ao acordo de paz instituído em Kosovo, as forças militares da Jugoslávia foram retiradas do país e a ONU, foi o órgão internacional responsável por certificar a autonomia do Kosovo. Em seguida, as forças lideradas pela OTAN designadas de Kosovo Forcers (KFOR), foram implementadas no país, estabelecendo de igual modo a autonomia recuperada pelo Kosovo, bem como um protetorado provisório concedido pelas Nações Unidas.

E por fim, em 17 de fevereiro de 2008, o Kosovo declarou unilateralmente a sua independência da Sérvia, pois, não houve negociação com a Sérvia. Logo, a Sérvia não

reconhece a independência do Kosovo com a justificação de que o processo foi concretizado sem o seu consentimento, ou seja, houve uma violação do Direito Internacional e a soberania do governo da Sérvia. Concludentemente vários países, como os Estados Unidos e alguns países da União Europeia reconhecem a independência do Kosovo, mas os países como a Rússia e China declararam não reconhecerem essa independência. Assim sendo, o Conselho de Segurança das Nações Unidas ficou dividido entre os cinco membros com direito de veto, com 3 a favor do reconhecimento (EUA, Reino Unido e França) e dois contra (China e Rússia). Dos 193 países do mundo, 116 reconhecem o Kosovo como uma Nação independente, como é o caso dos Estados vizinhos do Kosovo, Albânia, República da Macedônia e Montenegro. São Tomé e Príncipe faz parte do grupo dos países que não reconhecem a independência do território do Kosovo.

As relações entre Kosovo e Sérvia têm sido objeto de negociações constantes, mediadas por organizações internacionais, como é o caso da União Europeia e OTAN, que tudo têm feito para a resolução de questões práticas (governança local, liberdade de movimento e integração de comunidades não albanesas no Kosovo) e a melhoria das relações entre os dois países, mesmo com a questão do reconhecimento da independência do Kosovo ainda pendente. Visto que, a União Europeia considera que a regularização completa das relações entre Kosovo e Sérvia são fundamentais para a segurança na região e para os esforços de inclusão europeia de ambos os países.

Apesar de ter declarado independência em 2008, Kosovo ainda não é reconhecido como uma nação independente por todos os países devido ao processo que levou à sua autonomia em relação à Sérvia, considerado por muitos como ilegal. Essa questão continua a gerar tensões na região dos Balcãs, prejudicando as relações bilaterais e a integração do Kosovo na comunidade internacional. O não reconhecimento da independência do Kosovo pela Sérvia e por outras nações tem sido um obstáculo significativo nesse sentido.

5.5.1. RELAÇÃO DIPLOMÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE COM SÉRVIA

A República Democrática de São Tomé e Príncipe está incluído na lista dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) localizado na África Central,

o país dependente excessivamente da ajuda externa. E nas relações internacionais, a diplomacia é dinâmica, e as posições dos países podem ser influenciadas por uma diversidade de razões, como as alterações de liderança, os interesses económicos e os desenvolvimentos globais. Dessa forma, Sérvia tentou tirar vantagens da situação, oferecendo um laço diplomático ao país, ofereceu cooperação à São Tomé e Príncipe nas áreas da agricultura, segurança e comércio com a condição de que o pequeno Estado insular não reconheça o Kosovo como um Estado independente. E dessa forma com essa disputa internacional a política externa são-tomense também explora com o intuito de tirar as devidas vantagens.

Em março de 2012 houve uma contestação política-diplomática que desabrochou em São Tomé e Príncipe por causa do reconhecimento do Kosovo como Estado independente. Pois, circulavam que o país havia reconhecido Kosovo como país independente, depois da solicitação feita pela República do Kosovo à São Tomé e Príncipe o reconhecimento da sua independência numa iniciativa diplomática levada a cabo e no contexto da pretensão do Governo do partido ADI para o reconhecimento do Kosovo, subentende-se a existência de um acordo entre S.T.P e o Kosovo. Depois do comunicado do Presidente da República, bem como a intervenção da ADI, o PCD exorta o governo são-tomense a prosseguir com investigações a nível nacional e internacional para o esclarecimento da questão de Kosovo. Muitos não concordaram com essa posição. O PCD afirma que o problema não está no reconhecimento, visto que já tem sido feito por vários Estados, mas sim está na forma tendenciosa e unilateral como o antigo governo de ADI procedeu. Para o PCD várias são as questões que deviam ser explanadas.

“Quais foram as intenções do senhor Patrice Trovoada a tomar a iniciativa de proceder unilateralmente ao reconhecimento da República do Kosovo pondo tão flagrantemente em causa o bom-nome e a credibilidade de S. Tomé e Príncipe?”⁴⁵ na entrevista dada ao jornal Téla-Nón. O partido também afirmou na mesma entrevista não ter dúvidas, que o ato de reconhecimento do Kosovo pelo anterior Governo,

⁴⁵ <https://www.telanon.info/politica/2013/01/11/12241/pcd-exige-esclarecimento-urgente-do-caso-kosovo/> (consultado em 20 de dezembro pelas 15:19)

*“é por si só inválido, já que a resolução do governo foi redigida em papel timbrado do Gabinete do Ministro Secretário-Geral do Governo e assinado pelo então Ministro da Justiça quando, no mínimo, deveria ter sido impresso em papel timbrado do Venerando Conselho de Ministros e assinado pelo 1º Ministro e o Ministro dos Negócios Estrangeiros”.*⁴⁶

Entretanto, em janeiro de 2013, o então Presidente da República, Manuel Pinto da Costa, revelou que a República Democrática de São Tomé e Príncipe não procedeu ao reconhecimento do Kosovo. O arquipélago começou a fazer parte da lista dos 77 Estados que não reconhecem a independência do Kosovo perante Sérvia.

Em fevereiro de 2022, Nikolai Selakovic, ministro dos negócios estrangeiros da Sérvia, visitou São Tomé e Príncipe. O chefe da diplomacia da República da Sérvia, aproveitou e anunciou a nova etapa de cooperação entre os dois países, que incluem também formações dos estudantes são-tomenses nas universidades sérvias. O primeiro-ministro são-tomense, Jorge Bom Jesus, também tomou conhecimento sobre ajuda financeira que iria receber da Sérvia com o objetivo de ajudar o país a resolver a questão das sequelas da inundação que devastou o São Tomé e Príncipe nos finais do ano 2021.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Sérvia também reuniu com a sua homóloga Edite Ten Jua, Ministra dos Negócios Estrangeiros de São Tomé e Príncipe, entretanto, foram assinados dois acordos de cooperação, um sobre a cooperação no plano internacional, rubricado por Nikolai Selakovic e Edite Ten Jua e o outro no domínio da agricultura, que foi assinado pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento rural, Francisco Ramos e Nikolai Selakovic. No final da reunião, na entrevista dada o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Sérvia afirmou que essas cooperações estão patentes no âmbito do reconhecimento da República da Sérvia a STP pelo apoio dado por essa ilha na preservação da integridade territorial e a soberania da Sérvia⁴⁷.

No fim de 2022, o embaixador da Sérvia em São Tomé e Príncipe, Milos Perisic, encontrou-se com o Presidente da República, Carlos Vila Nova, afirmando que a relação entre os dois países tem sido boa. No decorrer do encontro, o embaixador Sérvio,

⁴⁶ <https://www.telanon.info/politica/2013/01/11/12241/pcd-exige-esclarecimento-urgente-do-caso-kosovo/> (consultado em 20 de dezembro pelas 15:19)

⁴⁷ <https://www.telanon.info/politica/2022/02/18/36539/servia-pedi-a-stp-para-preservar-a-sua-integridade-territorial-e-soberania-kosovo/> (consultado em 19 de janeiro pelas 18:28)

lembrou sobre o desempenho da ex-Jugoslávia na luta pela libertação dos países africanos. Segundo o embaixador, o país ambiciona levar a diante a herança da ex-Jugoslávia. Afirmando que futuramente anseia reforçar para uma cooperação de trocas comerciais com os países africanos, como é o caso de São Tomé e Príncipe, Angola, Guiné Equatorial, Gabão e outros países da região do golfo da Guiné.

Ao longo do período de relações diplomáticas entre a Sérvia e São Tomé e Príncipe, observa-se vários episódios de visitas por parte de membros do governo são-tomense ao território da República da Sérvia, bem como a prática de doações por parte deste país europeu, incluindo itens essenciais como trigo e óleo alimentar, destinados à população do arquipélago. Essa iniciativa de auxílio humanitário pode ser interpretada como um mecanismo para reforçar os laços de solidariedade e cooperação entre as nações envolvidas. Ademais, evidencia-se que as relações internacionais são frequentemente influenciadas por uma variedade de fatores, tais como interesses económicos, políticos e estratégicos. Nesse contexto, a oferta de assistência humanitária por parte da Sérvia pode ser considerada como uma estratégia para promover uma imagem positiva e construir relações favoráveis com São Tomé e Príncipe, visando possíveis benefícios mútuos no futuro. Essa análise ressalta a complexidade das relações internacionais e a interconexão entre diferentes agendas e interesses dos Estados.

Como temos analisado, as parcerias feitas pelo arquipélago desde a sua independência até aos dias atuais com outros Estados tem mostrado favoráveis para o arquipélago, no entanto, é importante realizar uma análise crítica para garantir que tais parcerias sejam mutuamente benéficas e estejam alinhadas com os interesses ao longo prazo. Questões como a sustentabilidade dos projetos, a transparência na utilização dos recursos e a garantia de que os acordos não afetam a soberania ou os valores do pequeno Estado insular devem ser tidas em conta. Também, é crucial avaliar se essas colaborações estão sendo estabelecidas em um contexto de igualdade e de respeito mútuo, sem quaisquer imposições ou agendas ocultas por parte de qualquer uma das partes envolvidas. Em última análise, embora tais iniciativas representem uma oportunidade para o fortalecimento das relações internacionais de São Tomé e Príncipe,

é fundamental manter uma abordagem crítica e cautelosa para garantir que os interesses do país e de sua população sejam sempre protegidos e promovidos.

VI. PATRICE TROVOADA

Ator político da 2ª República, Patrice Emery Trovoada⁴⁸ é filho do antigo Presidente Miguel Trovoada (o primeiro presidente eleito do multipartidarismo). Nasceu em 1962, Libreville, Gabão, enquanto seu pai, o ex-presidente, estava no exílio na luta pela independência. Tendo ocupado vários cargos como assessor económico do presidente Miguel Trovoada; líder do ADI (desde 2001); ministro dos negócios estrangeiros, conselheiro de petróleo não remunerado do presidente Fradique Menezes; candidato às presidenciais de 2006, e ocupou o cargo de primeiro-ministro em diversas ocasiões (fevereiro - junho de 2008; agosto de 2010 - dezembro de 2012; novembro de 2014 - novembro de 2018; 11 de novembro de 2022- atualmente). Como consta na tabela 8 anexo 2.

6.1. RELAÇÃO COM AS MÍDIAS

Patrice Emery Trovoada é um ator político adaptado ao seu tempo. Ciente do papel importante que os meios de comunicação desempenham, o ator é uma figura sempre presente nos diversos meios de comunicação. A postura descontraída que adota (nas muitas) entrevistas que já concedeu aos meios de comunicação social foi sempre acompanhada por um discurso fluído e bem estruturado, sendo os mesmos direcionados a públicos-alvo pré-definidos. Para além dos meios de comunicação tradicional, o ator faz uso das redes sociais, nomeadamente o facebook, onde é possível constatar uma grande atividade de publicações e divulgações de informação ligadas as suas ações. Sendo um ator político, se tivermos em consideração a idade da maioria das figuras políticas de referência do país, Patrice Trovoada entende o poder dos novos meios de comunicação social, a importância da imagem e aposta em ter aquilo que considera a imagem mais adequada a cada momento.

⁴⁸ Os seus nomes são uma homenagem do seu pai ao Patrice Emery Lumumba (1925-61), nacionalista congolês assassinado.

6.2. A IMAGEM DE PATRICE TROVOADA A NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL

Patrice Emery Trovoada é uma figura da época do sistema democrático, capitalismo, globalização e tem grande campo de ação, a nossa Constituição transfere ao primeiro-ministro o cargo de chefe de governo. Utilizador dos novos meios de comunicação ao seu favor, projetou uma imagem de político jovem, através do marketing político.

Para os simpatizantes e militantes do partido Ação Democrática Independente (ADI) é tido como um líder no seio do seu partido e garante da continuidade, os militantes do partido e não só têm uma grande admiração por ele e para os mesmos o ator político é uma figura que soube muitas das vezes utilizar o conceito de marketing político, difundindo as suas mensagens, transmitindo os seus valores ajustando-se aos diferentes público-alvo.

Segundo estimativas de organizações internacionais, entre 10 e 12 mil cidadãos são-tomenses receberam ao aeroporto no dia 18 de setembro de 2022, saudando a chegada de Patrice Trovoada, enquanto cantava: *"Papai chegou, a fome acabou"*⁴⁹. É de salientar que o ator político só regressou as ilhas uma semana antes das legislativas de 2022, depois de ter saído do país pouco depois das eleições de outubro de 2018, em que perdeu a maioria absoluta de 33 deputados que tinham apoiado o seu executivo em 2014 (também em 2014 voltou ao país apenas quinze dias antes das eleições), o primeiro na história da democracia são-tomense a completar um mandato completo de quatro anos. A sua ausência do país durante quatro anos, foi muito criticada pelos seus adversários, aonde afirmaram que durante quatro anos, e quando o país atravessou a crise da covid-19 e do aumento dos preços, Patrice Trovoada esteve fora e não ajudou a ilha. O ex-primeiro-ministro e o candidato nas eleições de 2022 para um segundo mandato, Jorge Bom Jesus, apelidou-o de "fugitivo" durante a campanha eleitoral. Patrice Trovoada, no primeiro comício após sua chegada no país refutou, *"Eu não fugi, só tirei o meu corpo. Sabem como alguns aqui odeiam Patrice Trovoada. A minha cabeça, o meu coração, a*

⁴⁹ <https://www.dw.com/pt-002/s%C3%A3o-tom%C3%A9-ele%C3%A7%C3%B5es-adi-vence-legislativas-com-maioria-absoluta-e-30-deputados/a-63322836> (consultado em 01 de fevereiro pelas 14:09)

minha alma estão em São Tomé e Príncipe".⁵⁰ No mesmo artigo explicou essa ausência pelo fato de ter sido alvo de uma tentativa de homicídio fracassada, em agosto de 2018, e por não ter garantias de sua segurança na ilha. Também, enalteceu o apelo ao voto, afirmando que apenas assumiria o poder se detivesse a maioria absoluta. Esse apelo foi escutado, mesmo com todas as críticas sobre a ausência do ator político não foram suficientes para desanimar o povo são-tomense, na qual nas mesmas eleições elegeu (36.549 votos) Patrice Emery Trovoada com uma maioria absoluta para o cargo de primeiro-ministro e chefe do governo são-tomense.

Patrice Trovoada afirma-se desligado da "burguesia elitista" são-tomense, preferindo o contato com o "povo pequeno" por ter vivido grande parte da infância e adolescência fora do país.

É importante observar que as percepções sobre os líderes políticos são muitas vezes subjetivas e podem variar entre diferentes setores da sociedade. Patrice Emery Trovoada é um político são-tomense que ocupou diversos cargos em diferentes períodos, e é relevante constatar que as opiniões sobre esse ator político podem ser diversas.

Entretanto, existe controvérsia sobre a imagem do ator político entre os autores e seus colegas, na qual para alguns, Patrice Emery Trovoada no seio dos militantes é tido com muito respeito no seio do seu partido, e na comunidade internacionalmente é tido com alguma relevância. É uma figura política muito bem aperfeiçoada nos aspetos físicos, tomando em atenção a época e os seus públicos alvo soube muitas das vezes utilizar esse conceito, com o seu valor transmitido, em relação aos discursos o ator expõe as suas mensagens de formas diferentes em relação aos seus públicos alvos e outros autores constata que Patrice Emery Trovoada é uma figura política que surgiu desde 2001, conhecido por todos como um chefe e não líder dentro do seu partido, por isso muitos acabam tendo medo, muito ausente do país, não estando ligado á São Tomé e Príncipe, afirmam também que o mesmo não é um nacionalista, com uma imagem

⁵⁰ <https://www.dw.com/pt-002/s%C3%A3o-tom%C3%A9-ele%C3%A7%C3%B5es-adi-vence-legislativas-com-maioria-absoluta-e-30-deputados/a-63322836> (consultado em 01 de fevereiro pelas 14:09)

obscura, que não presta contas com a sociedade e não é uma figura de destaque internacional.

Mas, podemos aperceber como já referido no parágrafo em cima, a receção calorosa e massiva dada a Patrice Trovoadá por milhares de cidadãos são-tomenses, acompanhada de cânticos que expressavam expectativas significativa por parte da população em relação às políticas e promessas do líder político, principalmente em relação ao fim da fome. Isso sugere também uma forte ligação emocional, demonstrando o amor e o carinho que têm pelo ator político, contudo, também demonstra esperança por mudanças económicas positivas que possam melhorar as condições de vida no país. No entanto, essa demonstração pública de apoio também levanta questões sobre a natureza da liderança política do país e sobretudo, a dependência que o povo tem sobre certos líderes carismáticos na resolução de problemas estruturais e complexos, como a fome e a pobreza. Quanto a coincidência da chegada de Patrice Trovoadá com a proximidade das eleições legislativas de 2022 levanta questões sobre o uso político desse evento. A receção entusiástica pode ter sido uma estratégia de marketing e entretanto, podemos observar que foi muito bem aproveitada como estratégia para reforçar a imagem e a popularidade do líder político, e potencialmente influenciando o resultado das eleições. Pois, como já abordamos a manipulação da opinião pública tem um grande peso nos resultados finais das eleições. Então, podemos concluir que Patrice Trovoadá durante anos tem elaborado e trabalhado muito bem o seu marketing político, facilitando dessa forma o seu marketing eleitoral.

Quanto ao nível internacional é de destacar que Patrice Trovoadá viveu a maior parte da sua vida no estrangeiro (Gabão, França, Portugal), dessa forma o ator político durante a sua vida fez amizades com alguns atores políticos internacionais, como é o caso do antigo presidente de Gabão, Ali Bongo, todavia durante os seus mandatos como Primeiro-Ministro e Chefe de Governo são-tomense teve a oportunidade de estabelecer relações que o ator político cultivou com outros países e organizações internacionais. De igual modo, na sua participação em fóruns e organizações internacionais, enquanto primeiro-ministro, influenciou a sua imagem a nível internacional, bem como a posição de São Tomé e Príncipe em questões globais, como desenvolvimento sustentável,

mudanças climáticas e direitos humanos e o papel de Patrice Trovoada nessas questões moldou a sua imagem internacionalmente.

Patrice Emery Trovoada, durante seus mandatos como primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe, enfrentou desafios variados incluindo questões económicas, políticas e sociais. Quanto aos desafios políticos, em 14 de fevereiro de 2008, Patrice Trovoada foi nomeado por Fradique de Menezes como primeiro-ministro após a renúncia de Tomé Vera Cruz, mas depois de três meses no cargo o governo formado por Patrice Trovoada foi desfeito numa moção de censura na Assembleia Nacional em 20 de Maio de 2008, apresentada pela oposição Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social Democrata (MLSTP/PSD), fazendo com que em junho, Fradique de Menezes solicitasse ao MLSTP/PSD a formação de governo, no qual foi escolhido o seu líder, Joaquim Rafael Branco, como novo chefe do governo. O governo de Patrice Trovoada voltou a cair em 2010, onde após as eleições parlamentares de 2010, Patrice Trovoada retornou ao cargo de primeiro-ministro em 14 de agosto de 2010, mas deixou o cargo em 13 de dezembro de 2012, depois de o seu governo ter perdido a maioria no parlamento. A opinião pública sobre sua liderança pode ser moldada por, como as pessoas percebem sua capacidade de lidar com esses desafios e promover o desenvolvimento do país.

6.3. PARCERIA COM GABÃO

São Tomé e Príncipe e Gabão são membros de organizações como a União Africana; a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC); a Organização das Nações Unidas (ONU); Gabão também é um observador associado da CPLP e sendo que, o país se situa na costa atlântica da África central, tem fronteira marítima com São Tomé e Príncipe e também ao leste banha o golfo da Guiné. Desta forma, ambos os países fazem parte da GG, logo exploram as oportunidades de cooperação em setores como energia, petróleo, pesca e turismo, e também compartilham interesses comuns em assuntos no ramo da segurança marítima, preservação ambiental, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento socioeconómico e a estabilidade na região. As relações diplomáticas entre São Tomé e Príncipe e Gabão remontam aos períodos coloniais, quando ambas as nações eram colónias europeias. Após a

independência, ambos os países estabeleceram laços diplomáticos formais, promovendo a cooperação em diversas áreas, incluindo socioeconômico, comércio, educação, cultura, segurança.

Patrice Trovoada é uma figura política reveladora em STP, e a sua liderança tem desempenhado um papel importante na relação entre São Tomé e Príncipe e Gabão. No entanto, as relações bilaterais entre Gabão e São Tomé e Príncipe tem como base a implementação de muitos acordos, no ramo econômico são 16 acordos; acordos comerciais; questões de segurança regional e a atuação de Patrice Trovoada influenciou esse laço em determinados momentos, visto que a estabilidade política e as políticas externas dos líderes em São Tomé e Príncipe, incluindo aqueles que ocupam cargos como o de Primeiro-Ministro, desempenham um papel significativo nessas relações.

Como já referimos Patrice Trovoada, nasceu em Libreville, Gabão, pois, o seu pai, o ex-presidente Miguel Trovoada, estava no exílio na luta pela independência. E dessa forma o mesmo viveu durante muitos anos em Gabão, entretanto Patrice Trovoada, conhece bem a realidade gabonesa e também é amigo de infância e também frequentou a mesma escola em Paris, com o ex-Presidente gabonês, Ali Bongo Ondimba, que foi durante 14 anos Presidente do Gabão, desde que sucedeu ao seu pai, Omar Bongo⁵¹, em 2009.

Infelizmente em África a maior parte dos líderes são conhecidos por terem governos autocráticos. Os regimes autocráticos na África são caracterizados por uma concentração significativa de poder nas mãos de um único líder ou partido político, geralmente acompanhada pela supressão da oposição, restrições à liberdade de expressão e limitações aos direitos civis. Para Cheeseman e Clapham (2020), esses líderes frequentemente buscam manter-se no poder por meio de meios coercivos e manipulação das instituições estatais. Os exemplos proeminentes são do regime de

⁵¹ **Omar Bongo Ondimba** (nascido em 30 de dezembro de 1935 - 8 de junho de 2009), foi um político gabonês que foi o segundo presidente do Gabão ficando no poder por quase 42 anos, de 1967 até sua morte em 2009. Bongo foi promovido a cargos-chave como jovem funcionário do primeiro presidente do Gabão, Léon M'ba, na década de 1960, antes de ser eleito vice-presidente por direito próprio em 1966. Em 1967, sucedeu a M'ba para se tornar o segundo presidente do país, após a morte deste último. Bongo foi criticado por ter trabalhado para si mesmo, para a sua família e para as elites locais e não para o Gabão e o seu povo. Após a morte de Bongo em junho de 2009, seu filho Ali Bongo, a quem seu pai há muito havia atribuído responsabilidades ministeriais importantes, foi eleito para sucedê-lo em agosto daquele ano. https://en.wikipedia.org/wiki/Omar_Bongo (consultado em 27 de março pelas 15:20)

Robert Mugabe⁵² no Zimbábue (que durou 37 anos); Camarões, o Presidente Paul Biya⁵³, (no cargo há 40 anos e, aos 90 anos é o líder mais velho do mundo em exercício); em Ruanda temos Paul Kagame⁵⁴ (no poder desde março de 2000). As consequências da liderança autocrática para o desenvolvimento e estabilidade regional são profundas, Ndlovu-Gatsheni (2016) concorda argumentando que a persistência desses regimes tem implicações para o desenvolvimento e coesão social na África, pois a falta de prestação de contas e transparência pode levar a uma má gestão dos recursos naturais e à perpetuação da pobreza. Além disso, regimes autocráticos muitas vezes agravam minorias étnicas e sociais, aumentando o risco de conflitos internos e instabilidade política.

As estratégias empregadas pelos líderes autocráticos africanos são diversas e multifacetadas. De acordo com Mbeki (2016), uma das estratégias mais comuns é a manipulação do sistema eleitoral, através de fraudes e intimidação, para garantir eleitores. Confirmando essa tese, temos o exemplo de Gabão, no qual o general gabonês, Brice Oligui Nguema, que anulou as eleições presidenciais de 2023 em Gabão, disse que o regime de Ali Bongo, “confiscou o poder durante vários anos, em flagrante violação das regras democráticas”.⁵⁵ Segundo ele, cada uma das eleições de Ali Bongo desde a sua tomada de poder em 2009, foi marcada por alegações de fraude eleitoral, desencadeando ao longo dos anos violentos protestos antigovernamentais.

Contudo, esses líderes autocráticos normalmente caem com o golpe de Estado, isto é com tomada de poder por parte dos militares; com a sua morte (entretanto, algumas vezes o legado é passado para os filhos) como é o caso de Gabão. Todavia, a dinastia familiar, fundada pelo seu pai, Omar Bongo, que liderou o Gabão durante 56 anos desabou em agosto de 2023. Tudo aconteceu quando depois das eleições presidenciais as autoridades eleitorais declararam Ali Bongo como vencedor, os seus próprios guardas foram buscá-lo e colocaram-no em prisão domiciliar e os oficiais militares tomaram o poder decretando o general, Brice Oligui Nguema, que era chefe da

⁵² Robert Gabriel Mugabe (21 de fevereiro de 1924 - 6 de setembro de 2019)

⁵³ Paul Biya (nascido em 13 de fevereiro de 1933)

⁵⁴ Paul Kagame (nascido em 23 de outubro de 1957)

⁵⁵ <https://edition.cnn.com/2023/09/07/africa/gabon-junta-releases-ali-bongo-intl/index.html> (consultado em 28 de março pelas 10:44)

guarda presidencial e primo de Ali Bongo, o presidente de transição de Gabão. Muitos cidadãos gabonês, uma nação rica em petróleo, mas empobrecida devido a ganância dos líderes, celebraram a sua destituição e apoiaram a tomada militar⁵⁶. Vale lembrar que, em 2019, o governo do ex-presidente, Ali Bongo, também sofreu uma tentativa de golpe Estado malsucedida, pois haviam dúvidas em torno da sua capacidade de continuar como presidente, quando o ex-presidente de Gabão, de 64 anos, sofreu um acidente vascular cerebral em 2018 e passou meses fora do Gabão, recebendo tratamento em Marrocos.⁵⁷

O levante militar recebeu críticas e condenações de diversas nações e entidades internacionais proeminentes, dentre as quais destacam-se o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, o presidente da Comissão da União Africana, Moussa Faki Mahamat, e o alto representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros, Josep Borrell. Essas vozes importantes na cena internacional expressaram desaprovação e rejeição em relação ao golpe, destacando sua preocupação com a instabilidade política resultante e com o respeito aos princípios democráticos e ao Estado de direito. O Conselho de Paz e Segurança da União Africana tomou a decisão de suspender imediatamente a participação do Gabão em todas as atividades da UA, incluindo seus órgãos e instituições. Essa medida foi anunciada em um comunicado divulgado no Twitter, no qual a organização condenou veementemente a tomada do poder pelos militares na República do Gabão.⁵⁸

No desfecho de outubro de 2023, o presidente interino do Gabão realizou uma visita oficial a São Tomé e Príncipe com o propósito de informar as autoridades do arquipélago sobre os desdobramentos ocorridos no país após o golpe de Estado em 30 de agosto do mesmo ano. Durante essa visita, o general de brigada Brice Oligui Nguema se reuniu com o Presidente da República, Carlos Vila Nova, no Palácio do Povo, e também com o primeiro-ministro, Patrice Trovoada, em seu gabinete ministerial. Nessas reuniões, o general solicitou apoio e sensibilizou o país parceiro para

⁵⁶ <https://edition.cnn.com/2023/09/07/africa/gabon-junta-releases-ali-bongo-intl/index.html> (consultado em 28 de março pelas 10:44)

⁵⁷ *Idem.*

⁵⁸ <https://www.dw.com/pt-002/uni%C3%A3o-africana-suspende-gab%C3%A3o-devido-a-golpe-de-estado/a-66689260> (consultado em 28 de março pelas 16:40)

a causa da marcha pela liberdade, desencadeada pela vontade popular. Isso se deve, em parte, ao fato de São Tomé e Príncipe presidir o Conselho Permanente da ONU para a questão de segurança na África Central. Além disso, o reconhecimento do novo governo por um país membro da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) pode contribuir para legitimar as instituições políticas e fortalecer a união regional. Durante sua estadia no arquipélago, o general concedeu uma entrevista à RTP-África, na qual

*“a relação será sempre normal e como sempre aconteceu. Temos implementados acordos económicos, penso que temos 16 acordos e há um que já avançou bastante, que é o acordo aéreo que foi assinado a 12 de agosto de 2009 e esse como todos os outros irão funcionar.”*⁵⁹

Na mesma visita, o jornal de Angola destaca,

*“O que falamos com o Presidente Carlos Vila Nova, é que São Tomé e Príncipe nos acompanhe nessa marcha para aliviar as sanções. Para que os países compreendam que o que se passou no Gabão é algo inédito, para o Gabão e para os gaboneses”,*⁶⁰ acrescentou o general de brigada, Brice Oligui Nguema.

A dinâmica nas relações entre São Tomé e Príncipe (STP) e o Gabão, influenciada pela relação entre Patrice Trovoada e Ali Bongo, desempenhou um papel crucial nas decisões políticas e estratégicas de ambos os países. No entanto, com o contexto político instável após o golpe de estado no Gabão em 2023, a diplomacia de São Tomé e Príncipe enfrenta novos desafios. A natureza dessa amizade entre os líderes e os interesses políticos em jogo levantam questões sobre as decisões tomadas por São Tomé e Príncipe.

A história de cooperação política entre os dois líderes pode ter influenciado as decisões do passado, mas diante da situação volátil no Gabão, São Tomé e Príncipe adotou uma abordagem cautelosa. A decisão de reconhecer o novo governo gabonês como legítimo reflete, principalmente, os interesses nacionais do arquipélago e a busca pela estabilidade regional. Essa postura solidária expressada pelo apoio aos esforços do povo gabonês para promover a estabilidade e a democracia pode ter sido influenciada

⁵⁹ <https://rtpafrica.rtp.pt/noticias/sao-tome-e-principe-presidente-de-transicao-do-gabao-visita-o-pais/> (consultado em 28 de março pelas 11:22)

⁶⁰ <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/gabao-pede-apoio-a-sao-tome-e-principe/> (consultado em 28 de março pelas 17:09)

não apenas pela relação pessoal entre os líderes, mas também pelos laços históricos e diplomáticos entre os dois países. Essa solidariedade entre nações africanas em momentos de mudança política pode fortalecer os laços entre São Tomé e Príncipe e o Gabão, proporcionando uma base sólida para o desenvolvimento de uma cooperação mútua e a construção de uma relação diplomática duradoura. No entanto, é essencial que São Tomé e Príncipe mantenha uma postura pragmática e baseada em seus interesses nacionais ao lidar com questões políticas delicadas, garantindo assim sua própria estabilidade e segurança.

Podemos observar que o aprofundamento das relações entre STP e o Gabão atingiu um novo patamar em março de 2024, com ambos os países decidindo cooperar em operações de defesa na região do Golfo da Guiné, anunciado pela ministra da defesa gabonesa. Em seu discurso após o encontro com o primeiro-ministro são-tomense, a ministra da defesa, Brigitte Onkanowa, destacou a importância dessa parceria, ressaltando que ambos os países compartilham fronteiras e desafios comuns, e que seria benéfico trabalharem juntos para enfrentar as ameaças à segurança regional. Durante sua visita, a ministra gabonesa também fez uma doação de equipamentos militares, visando melhorar as condições de trabalho das unidades das forças de defesa de São Tomé e Príncipe. Esse gesto reforça o compromisso mútuo com a segurança e a estabilidade na região, além de demonstrar a solidariedade e o apoio entre os dois países. Essa colaboração estratégica pode representar um passo significativo no fortalecimento das relações bilaterais e na promoção da segurança coletiva na África Ocidental.

O restabelecimento das atividades suspensas do Gabão foi oficializado durante a XXIV Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo do Conselho de Paz e Segurança da África Central (COPAX), realizada em Malabo, Guiné Equatorial, no início de março de 2024. Esta decisão foi resultado da avaliação dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), que reconheceram os avanços significativos alcançados pelo Gabão no processo de transição política. O reconhecimento dos progressos gaboneses incluiu a participação ativa da sociedade civil e a implementação efetiva de um cronograma político de transição, com prazos definidos para a realização de reformas e a condução

de eleições democráticas. Estes esforços foram considerados como elementos-chave para promover a estabilidade e a governança democrática no Gabão, contribuindo assim para a resolução das tensões políticas e para a restauração da ordem constitucional no país. A decisão de levantar a suspensão das atividades do Gabão na CEEAC reflete o compromisso dos países membros em apoiar processos de transição pacífica e democrática na região da África Central, além de incentivar o diálogo político e a cooperação entre os Estados para promover a estabilidade e o desenvolvimento sustentável.

6.4. SURGIMENTO DO PARTIDO ADI

No ano de 1991, Miguel Trovoada foi eleito presidente na primeira eleição presidencial democrática, em março como candidato único, também foi reeleito em 1996, desta vez tinha vários adversários na concorrência à presidência. Quando disputava a presidência, não pertencia à nenhuma agremiação política, porém, no final de seu primeiro mandato fundou um novo partido, a Ação Democrática Independente (ADI), logo o partido ADI surgiu em 1992 com Miguel Trovoada.

Durante o período de transição democrática, as primeiras eleições foram realizadas em 1991, apesar da resistência do partido dominante MLSTP/PSD. O partido PCD e Miguel Trovoada (candidato independente) apoiaram-se nas eleições. O partido vencedor, PCD, conquistou uma maioria absoluta com 33 assentos parlamentares nas eleições legislativas de 1991. Embora o PCD estivesse unido externamente para enfrentar a oposição, internamente surgiram divisões devido a diferentes perspectivas em relação ao presidente da época, Miguel Trovoada, resultando em dissensões entre os membros do partido. Em 1992, Miguel Trovoada demitiu o governo de PCD devido a uma série de razões políticas e conflitos internos dentro do partido. Apesar do PCD ter obtido uma maioria absoluta nas eleições legislativas, a unidade interna do partido foi desafiada por divergências significativas entre os membros em relação à liderança e à direção política a ser seguida. Além disso, houve tensões crescentes entre o presidente Miguel Trovoada e alguns membros do partido. Dessa forma, o presidente, Miguel Trovoada exonerou o governo de PCD depois de um ano de liderança no governo, devido a má relação, então os seguidores do antigo presidente criaram o Partido Ação

Democrática Independente. Entretanto, ADI nasceu nos fins do ano de 1992 naquela altura e só participou o distrito de Cantagalo nas primeiras eleições autárquicas, oficialmente ADI só foi formalizado como partido político dois anos depois em 1994. Foi nesse ano que Miguel Trovoada demitiu pela segunda vez o governo de PCD, o partido PCD ganhou com uma maioria relativa, reduzindo de 33 para 28 assentos em 1994. Saíram 5 deputados que eram do PCD e depois da sua saída deste partido tornaram-se deputados independentes.

Em 1994 estava na liderança do ADI Gabriel Costa como e Carlos Neves. Quando Miguel Trovoada estava de saída do palácio em 2001, pois já havia cumprido dois mandatos, e dessa forma o ex-Presidente da República são-tomense, juntamente com seu filho Patrice Trovoada criaram e apoiaram a candidatura de Fradique de Menezes⁶¹ e a ideia é que Patrice Trovoada iria representar as ideias políticas da família Trovoada, entretanto, Patrice Trovoada foi nomeado conselheiro de petróleo não remunerado do presidente Fradique Menezes. Depois da eleição de Fradique de Menezes como presidente, o próprio Fradique de Menezes criou o seu partido Movimento Democrático Força para a Mudança-Partido Liberal (MDFM/PL). Na altura segundo a Constituição um presidente em exercício de poder não poderia ser partidário e muito menos dirigente ou fundador de um partido. ADI sempre foi o partido de Miguel Trovoada, mas por ser presidente em exercício o mesmo nunca assumiu e não poderia assumir a liderança do partido ADI, por isso estavam a frente do partido Gabriel Costa e Carlos Neves. Então, quando saiu Miguel Trovoada, o mesmo colocou na liderança do partido o seu filho Patrice Trovoada. Entretanto, os antigos líderes não gostaram, pois, a nomeação de Patrice Trovoada foi contra a vontade de muitos no seio do partido. Dessa forma Carlos Neves, Gabriel Costa e muitos outros em protesto saíram do partido ADI e juntaram-se ao partido do Presidente Fradique de Menezes, MDFM e mais tarde em 2005, também se desentenderam com Fradique de Menezes e os mesmos acabaram por criar o partido União para Democracia e Desenvolvimento (UDD) e atualmente o Carlos Neves continua sendo o presidente do partido. Em 2018 entraram na coligação PCD-UDD-MDFM.

⁶¹ Fradique de Menezes é um empresário, foi Ministro dos Negócios Estrangeiros de São Tomé e Príncipe de 1986 a 1987.

O papel inicial de Patrice Trovoada era de conselheiro de petróleo do presidente Fradique Menezes. Em 2001, Patrice Trovoada assumiu a liderança do partido ADI, segundo alguns autores só no início da criação do partido que houve eleições internas, mas de 2019 em diante não havia mais eleições internas no ADI, os atores afirmam que foi uma liderança aclamada por parte de Patrice Trovoada. Em 2018 dentro do ADI houve divergências, isto devido a perda da maioria absoluta do ADI em 2018 e a suspensão da liderança pelo próprio Patrice Trovoada que deixou o país em novembro de 2018 rumo ao exílio voluntário em Portugal, então durante a ausência de Patrice Trovoada no país o ex-ministro da Educação Olinto Daio, Agostinho Fernandes e outros militantes do partido fizeram o congresso de ADI e em Maio de 2019, Agostinho Fernandes foi eleito líder do partido ADI, e dessa forma 27 deputados contestaram e não reconheceram, mas na altura como o Tribunal Constitucional era composto por seguidores do MLSTP/PSD, então o Tribunal Constitucional acabou por reconhecer esse grupo em torno de Agostinho Fernandes como a nova liderança do partido ADI, sendo o mesmo o secretário do partido.

Nas eleições legislativas de 2002, as primeiras sob a liderança de Patrice Trovoada, o partido Ação Democrática Independente (ADI) formou uma coligação eleitoral denominada "Uê Kédadji". Esta coligação incluía diversos partidos políticos, como a Coligação Democrática de Oposição/Movimento de Ressurgimento Nacional (CODO/MRN), a União Nacional para Democracia e Progresso (UNDP), o Partido Popular do Progresso (PPP) e a Plataforma Nacional para Desenvolvimento (PND). O ADI emergiu como o principal partido dessa coligação, conquistando 16,2% dos votos populares e garantindo 8 de 55 assentos na Assembleia Nacional. Após as eleições legislativas de março de 2006, a coligação "Uê Kédadji" foi dissolvida, e nos anos subsequentes (2006, 2010, 2014, 2018, 2022), o partido ADI optou por concorrer sozinho, sem formar coligações com outros partidos políticos. Então, a partir de 2006 com a liderança de Patrice Trovoada o partido ADI deteve de melhores resultados nas eleições conseguindo 11 dos 55 assentos parlamentares. Na eleição presidencial de julho de 2006 o líder do partido ADI, Patrice Trovoada, concorreu como o único grande candidato da oposição, tendo sido derrotado por Fradique de Menezes. Contudo, o líder do partido MDFM, então eleito primeiro-ministro Tomé Vera Cruz caiu a meio do seu mandato (2006/2008), e Patrice Trovoada foi nomeado por Fradique de Menezes em

2008, como primeiro-ministro são-tomense. Como o partido de Patrice Trovoada não tinha uma maioria, entretanto o PCD que tinha uma coligação com MDFM/PL⁶², votou uma moção de censura juntamente com MLSTP/PSD, assim sendo, depois de três meses o governo de Patrice Trovoada caiu assumindo Rafael Branco, o líder do MLSTP/PSD como primeiro-ministro. A moção foi introduzida pelo maior partido da oposição, logo depois da votação e aprovação (com 25 votos à favor e 28 abstenções, tendo faltado dois deputados) do Orçamento do Estado (OE) e das Grandes Opções de Plano (GOP) para 2008, que já estavam a ser discutidos há três dias. O partido ADI, voltou a formar o governo nas eleições parlamentares de 2010, onde conquistou a maioria dos assentos parlamentares, num total de 26 assentos formando um governo minoritário, contudo em 2014 o partido político ADI retornou a ganhar as eleições legislativas dessa vez com uma maioria absoluta de 33 deputados, e em 2018 apesar de ter ganho as eleições com 25 deputados, o partido não conseguiu formar governo, pois os partidos da oposição reuniram-se e obtiveram a maioria dos assentos parlamentar. Para finalizar nas eleições legislativas de 2022, o partido ADI, liderado por Patrice Trovoada voltou as urnas formando assim o seu governo com uma maioria absoluta de 30 deputados.

Data	CI.	Votos	%	+/-	Deputados	+/-	Status
1994	2.º	6 660	26,3 / 100,0		14 / 55		Oposição
1998	2.º	8 222	28,3 / 100,0	▲2,0	16 / 55	▲2	Oposição
2002	3.º	6 398	16,2 / 100,0	▼12,1	8 / 55	▼8	Governo
2006	3.º	10 678	20,5 / 100,0	▲4,3	11 / 55	▲3	Oposição

⁶² A coligação PCD/MDFM-PL a primeira foi de coligação de 2006 a 2010, mas o governo dessa coligação durou dois anos (2006-2008) onde o primeiro-ministro foi Tomé Vera Cruz. Houve uma segunda coligação que foi 2018 a 2022.

2010	1.º	29 588	42,2 / 100,0	▲21,7	26 / 55	▲15	Governo
2014	1.º	35 267	52,6 / 100,0	▲10,4	33 / 55	▲7	Governo
2018	1.º	32 805	41,8 / 100,0	▼10,8	25 / 55	▼8	Oposição
022	1.º	36 212	54,55 / 100,0	▲12,67	30 / 55	▲5	Governo

Tabela 6 - Eleições legislativas do partido ADI⁶³

No congresso do partido ADI realizado em setembro de 2019, a vitória de Patrice Trovoada não foi oficialmente reconhecida pelo Tribunal Constitucional, que alegou a ocorrência de irregularidades nos procedimentos de votação. Em 2020, uma situação semelhante ocorreu quando a vitória de Trovoada no congresso do ADI foi contestada, desta vez devido ao método de eleição do líder por aclamação com "mão levantada", que violava os estatutos do partido registrados no Tribunal Constitucional. Segundo esses estatutos, o voto deveria ser secreto. Como resultado, o Tribunal Constitucional não reconheceu o resultado do congresso. Em resposta, o procurador representante da ADI, Hélder Paquete Lima, em conformidade com a decisão do Tribunal Constitucional, solicitou a anotação do novo estatuto do partido.⁶⁴

Mesmo com a rejeição do Tribunal Constitucional, o partido ADI continuou sob a liderança de Patrice Trovoada, apesar de estar ausente do país desde finais de 2018, quando deixou o Governo, e com todos os órgãos eleitos naquele congresso até à nova eleição em 2022. Entretanto, em abril de 2022, o partido ADI, liderado por Patrice Trovoada organizou mais um congresso extraordinário em São Tomé e Príncipe onde o mesmo foi reeleito o líder do partido ADI com 99,9 de votos, e o Tribunal Constitucional reconheceu o congresso e a vitória do ator político. Patrice Trovoada foi sempre o único candidato a concorrer e nunca esteve presente. O partido ADI desde a

⁶³ Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/A%C3%A7%C3%A3o_Democr%C3%A1tica_Independente (consultado em 12 de Março pelas 11:55).

⁶⁴ <https://www.dw.com/pt-002/stp-tribunal-constitucional-reconhece-lideran%C3%A7a-de-patrice-trovoada-na-adi/a-61793012> (consultado em 18 de março pelas 18:17)

sua formação, não tem existido no seu seio uma democracia interpartidária, pois nunca houve eleições internas justas, logo essa é uma grande diferença entre ADI e outros partidos políticos são-tomenses.

No início de fevereiro de 2024, ocorreu o 4º congresso extraordinário do partido ADI, durante o qual o atual primeiro-ministro, Patrice Trovoada, foi reeleito por aclamação como presidente da Ação Democrática Independente (ADI). Trovoada foi o único candidato ao congresso do partido. Durante o evento, ele apresentou uma nova moção de estratégia para o partido ADI para o período de 2024 a 2026. De acordo com Trovoada, essa moção é crucial para que o ADI possa vencer as eleições de 2026 e enfrentar os desafios que têm afetado a população são-tomense por muitos anos. Essa moção se baseia em dois instrumentos fundamentais chamados "plataformas": a primeira é a plataforma de aceleração do crescimento económico e a segunda é a plataforma de conscientização social para inclusão e paz social.

No final do quarto congresso o líder do partido ADI, Patrice Trovoada na sua mensagem afirmou

"A partir de hoje, vocês deram-me mais algumas vitaminas para continuar o trabalho, que não é pouco, para continuar a agir, para continuar a corrigir, para continuar, sobretudo, a abraçar, a apoiar, a chamar aqueles do ADI ou fora do ADI que quer, como eu, a única coisa que é o bem do povo são-tomense".⁶⁵

Durante o congresso, Patrice Trovoada ressaltou a importância do partido ADI como uma solução para os desafios enfrentados por São Tomé e Príncipe. No entanto, ele fez questão de alertar que soluções eficazes demandam trabalho árduo e o envolvimento de todos os setores da sociedade. Como o ADI tem responsabilidades governamentais, ele enfatizou a importância de avaliar os resultados e promover o reconhecimento do mérito como base para suas ações futuras.

O partido Ação Democrática Independente (ADI) tem desempenhado um papel de destaque na arena política de São Tomé e Príncipe, estabelecendo-se como uma das principais forças políticas do país. Desde as eleições parlamentares de 2010, o ADI tem ocupado uma posição de liderança na Assembleia Nacional, consolidando sua posição

⁶⁵ <https://e-global.pt/noticias/lusofonia/stp-patrice-trovoada-aclamado-presidente-do-adi/> (16 fevereiro pelas 18:11)

como o maior partido político do país. Nas eleições de 2022, o ADI alcançou uma vitória significativa, garantindo uma maioria absoluta ao conquistar 30 dos 55 assentos parlamentares na Assembleia Nacional.

6.7. ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 2022 EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Como já referido, em 1991 foram realizadas as primeiras eleições democráticas em São Tomé e Príncipe com a implementação do sistema multipartidário. As eleições legislativas em São Tomé e Príncipe por regra constitucional seguem um sistema democrático multipartidário, na qual vários partidos políticos concorrem pelos assentos na Assembleia Nacional. Então, as eleições legislativas são um elemento fundamental do sistema democrático, permitindo que os cidadãos escolham os seus representantes para a Assembleia Nacional, com o objetivo de desempenharem um papel fundamental na formulação de leis e políticas para o arquipélago, sendo a Assembleia Nacional um órgão legislativo de São Tomé e Príncipe. E também, essa eleição é para a escolha do chefe de governo, na qual quanto mais assentos o partido político conseguir na Assembleia Nacional mais é a probabilidade de formar um governo estável.

No contexto de São Tomé e Príncipe, as eleições desempenham um papel fundamental na garantia da transparência e da legitimidade do processo democrático. Para assegurar isso, tanto órgãos nacionais quanto internacionais monitoram de perto o processo eleitoral. A Comissão Eleitoral Nacional de São Tomé e Príncipe desempenha um papel crucial nesse processo, supervisionando todas as etapas, desde o registro dos eleitores até a contagem dos votos. Durante as eleições, os partidos políticos e seus candidatos apresentam suas propostas e competem pelo apoio dos eleitores. O partido ou coalizão que conquistar a maioria dos assentos na Assembleia Nacional forma o governo. Essas eleições abrangem várias fases, incluindo o registro dos eleitores, as campanhas eleitorais e o processo de votação e contagem de votos. A legislação eleitoral do país estabelece os prazos específicos para a realização das eleições legislativas, que ocorrem a cada quatro anos. Essas eleições são fundamentais para a renovação do governo e para garantir a representação dos interesses dos cidadãos no cenário político nacional.

Os observadores da União Europeia acompanharam a campanha eleitoral em setembro de 2022 que duraram 14 dias, entre 10 e 23 de setembro, e os mesmos afirmaram que a campanha foi levada à cabo de uma forma intensa, pacífica e jovial onde os direitos fundamentais foram respeitados em toda o país. Os partidos políticos também aventuraram livremente na sua campanha política “marketing eleitoral”. O marketing político em STP, basicamente é baseada em atividades de campanha como comícios, caravanas de veículos e camiões, festas na praia e em contatos de porta-a-porta. As eleições legislativas em São Tomé, decorrem simultaneamente com as eleições regionais na Região Autónoma do Príncipe, e a ADI apoiou o partido União para Mudança e Progresso do Príncipe (UMPP) nas eleições regionais. Segundo o Relatório Preliminar da Missão de Observação Eleitoral da União Europeia os únicos grandes eventos foram realizados pela ADI após o regresso de Patrice Trovoada do seu exílio voluntário de quatro anos, e do MLSTP/PSD na capital, e do ADI/UMPP no Príncipe na noite de encerramento da campanha.

Não houve estratégias de campanha bem definidas e os temas dominantes para todos os partidos foram as questões básicas do desenvolvimento do país. E finalmente no dia 25 de setembro de 2022 os eleitores são-tomenses foram às urnas para elegerem os 55 deputados do órgão legislativo, a Assembleia Nacional (AN), 68 membros de seis Assembleias Distritais (AD) e os nove membros da Assembleia Regional (AR) na Região Autónoma do Príncipe.

A Comissão Eleitoral Nacional de São Tomé e Príncipe divulgou os resultados das eleições legislativas na noite de 22 de setembro. No entanto, o presidente da CEN, José Carlos Barreiros, destacou que a distribuição dos mandatos seria realizada pelo Tribunal Constitucional, conforme procedimento habitual. Os resultados indicaram o seguinte número de votos para cada partido político: o partido ADI obteve 36.549 votos; o MLSTP/PSD conquistou 25.531 votos; o Movimento Basta conseguiu 6.874 votos; o Movimento de Cidadãos Independentes – Partido Socialista / Partido de Unidade Nacional (MCI-PS/PUN) teve 5.120 votos; o MDFM/UL recebeu 1.601 votos; a União para Democracia e Desenvolvimento (UDD) obteve 731 votos; o partido Cidadãos Independentes para o Desenvolvimento de São Tomé e Príncipe (CID-STP) teve 472 votos; o partido Movimento de União para o Desenvolvimento Amplo

(MUDA-STP) conquistou 389 votos; o Partido Novo registrou 352 votos; o Movimento Social Democrata/Partido Verde de São Tomé e Príncipe (MSD-PVSTP) teve 271 votos; e o Partido de Todos os Santomenses (PTOS) deteve 195 votos. O número total de eleitores votantes nessas eleições foi de 123.302, com uma taxa de abstenção de 34.33%.

Todavia, a divulgação dos resultados provisórios aconteceu na capital são-tomense, depois de 29 horas do fecho das urnas, o que motivou protestos por parte de algumas dezenas dos militantes da ADI junto à Comissão Eleitoral Nacional de STP, que incendiaram alguns pneus e continuaram a protestar mesmo depois de terem sido anunciados os resultados pois, estes queriam conhecer o número de mandatos atribuídos a cada partido.

Antes da divulgação dos resultados, Patrice Emery Trovoada já havia reclamado a vitória do ADI, com maioria absoluta, e salientou que iria chefiar o próximo governo. Na sede do partido ADI, Patrice Emery Trovoada afirmou que:

*"Reivindicamos a vitória nas eleições legislativas, com maioria absoluta, totalizando 30 mandatos, 30 deputados, com 54,55% dos votos. Conforme prometido, com uma maioria absoluta, eu assumirei as funções e as responsabilidades de primeiro-ministro e de chefia do próximo governo",*⁶⁶

Em resposta o partido MLSTP-PSD, partido que na altura estava no poder, rejeitou a aclamação de vitória por parte do ADI e pediu que se aguarde pelos resultados oficiais, *"Refutar qualquer tipo de manifestação ou declaração de vitória com maioria absoluta, na medida em que ainda não dispomos de todos os dados oficiais ou de quaisquer dados oficiais da Comissão Eleitoral Nacional"*⁶⁷, destacou Gabdulo Quaresma, vice-presidente e diretor de campanha do MLSTP/PSD.

⁶⁶ <https://pt.euronews.com/2022/09/27/adi-vence-eleicoes-legislativas-em-sao-tome-e-principe> (consultado em 05 de fevereiro pelas 14:57)

⁶⁷ *Idem.*

Eleições legislativa são-tomenses de 2022



25 de setembro de 2022

Todos os 55 assentos na Assembleia Nacional
São necessários 28 assentos para obter a maioria

Partido	Líder	%	Assentos	+/-
ADI	Patrice Trovoada	46,88	30	+5
MLSTP-PSD	Jorge Bom Jesus	32,73	18	-5
Movimento Basta	Salvador Ramos	8,79	2	Novo
MCI/PS - PUN	António Monteiro	6,47	5	+3

Tabela 7 - Eleições legislativa são-tomenses de 2022

Por conseguinte, o partido ADI nas eleições legislativas em setembro de 2022 obteve 30 assentos parlamentares, acima dos 28 necessários para ter a maioria absoluta na Assembleia Nacional. Em seguida vem o partido o MLSTP/PSD, do antigo primeiro-ministro, Jorge Bom Jesus, que não conseguiu um segundo mandato nas eleições de 2022, contando com 18 deputados. Dessa forma a terceira força política no parlamento são-tomense, com 5 assentos foi conquistada pela coligação MCIS-PS/PUN, mais conhecido como “Movimento de Caué”, que é o distrito situado no sul da ilha de São

Tomé. E por último temos com 2 deputados o movimento Basta⁶⁸ que absorveu o histórico Partido da Convergência Democrática (PCD) e acolheu alguns ex-membros do ADI. O Basta, que tinha como um dos cabeças da lista o presidente do parlamento, Delfim Neves, avançou pela primeira vez para as urnas e obteve um total de 6.874 votos.

Entretanto, Patrice Emery Trovoada tornou-se assim o chefe do XVIII Governo Constitucional de São Tomé e Príncipe, sendo nomeado no dia 14 de novembro primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe pelo Presidente da República são-tomense, Carlos Vila Nova.

6.7.1. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE “UM ESPELHO DA DEMOCRACIA” NA ÁFRICA CENTRAL

Com a independência de São Tomé e Príncipe em 1975, o país era regido pelo sistema monopartidário de cariz socialista, mas foi em 1991 que o país abraçou o sistema multipartidário, semipresencial e democrático e desde então, tem sido um modelo de transição democrática de poder na África Central com realizações periódicas de eleições presidenciais e legislativas competitivas que resultaram frequentemente em pacíficas alternâncias políticas.

É possível notar o reconhecimento positivo atribuído ao povo e à democracia de São Tomé e Príncipe por organizações internacionais como as Nações Unidas, a União Africana e a União Europeia. O coordenador residente da ONU, Eric Overvest, destacou que o país serve como um modelo exemplar de democracia na região da África Central. Ele enfatizou que as eleições de 2022 são uma prova tangível do compromisso sólido do país e de suas instituições com os princípios democráticos e a alternância de poder⁶⁹. Essa observação ressalta a importância do reconhecimento internacional da estabilidade democrática em São Tomé e Príncipe, o que pode contribuir para fortalecer a legitimidade das instituições democráticas do país. Além disso, destaca a importância de

⁶⁸ Movimento BASTA! - Novo Horizonte para Desenvolvimento Sustentável partido criado em 2022, quatro meses antes das eleições legislativas, criado e liderado por Delfim Neves.

⁶⁹ <https://www.stp-press.st/2022/10/10/alfabeto-das-eleicoes-sao-tomenses-de-25-de-setembro-num-a-a-z-dos-factos-eleitorais/> (consultado em 13 de março pelas 12:21).

avaliações externas para o fortalecimento e aprimoramento contínuo dos processos democráticos no país.

Como havíamos mencionado no subcapítulo 6.3, a maior parte dos países africanos estão sob domínio de governos autocráticos, e como podemos notar felizmente isso não acontece na República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP). O arquipélago situado no golfo da Guiné é tida como um “espelho da democracia” na África Central.

“[...] de acordo com ranking da Freedom House de 2015, o país teve um índice de 2 e uma pontuação geral de 34/40 em 2014, enquanto que no ranking da Fundação Mo Ibrahim ficou em 12º lugar entre 52 países africanos.” Pavia (2023, pág.134)

Dessa forma, apercebe-se que a participação cívica, (onde os cidadãos manifestam um compromisso ativo com o processo político, participando de eleições livres e justas); bem como a estabilidade política e a boa governança na promoção do desenvolvimento e da paz tem sido aspetos marcantes da transição democrática em STP. Contudo, podemos notar uma certa estabilidade no sistema político em termos presidenciais, mas já não acontece o mesmo com o executivo, pois tem ocorrido contínuas quedas de governo dando origem a uma instabilidade com incalculáveis primeiros-ministros que se sucedem nos cargos, sendo Patrice Trovoada o primeiro, primeiro-ministro do período democrático que terminou uma legislatura do governo, sem ser deposto antes do final do mandato (2014-2018), como podemos observar nos anexos 2 e 5. Também podemos concluir, que Patrice Trovoada voltará a cumprir por completo o seu mandato (2022-2016) por ter a maioria absoluta no parlamento, como abordamos no subcapítulo anterior. Entretanto, mesmo com essas quedas de governo executivo (primeiro-ministro), STP é classificado como “livre” pela Freedom House (2021), adquirindo pontuações elevadas em direitos políticos e liberdade civis por compatibilizar eleições competitivas multipartidárias, no mesmo estudos quanto aos indicadores de corrupção, da confiança nas instituições e perspectivas de uma vida melhor, o povo apresenta-se muito negativista, e isso tem desencadeado uma elevada percentagem de imigração por parte do povo são-tomense. Isto porque existe uma alta percentagem de desigualdade social, com uma grande percentagem de pessoas que vivem em pobreza extrema, então quanto ao aspeto da justiça social, existe deficiência.

São Tomé e Príncipe juntamente com Cabo Verde estão no topo do índice Mo Ibrahim de boa governação em África. Contudo, nem tudo são boas notícias, segundo Pavia, de acordo com o estudo mais recente do Afrobarometer “*a maioria dos são-tomenses vê pelo menos “alguns” funcionários da maioria das instituições-chave como corruptos. A polícia e os juizes/magistrados são amplamente vistos como envolvidos em corrupção*”, Pavia (2023, pág.136). Fazendo com que o povo duvide das instituições e dos líderes do Estado. E isto põe em causa a boa imagem do arquipélago enquanto país democrático, pois um dos aspetos da democracia são as instituições democráticas fortes, onde o poder judiciário deve ser independente e o sistema legislativo deve ser funcional, podemos constatar que antigamente o Tribunal Constitucional era composto por apoiantes do MLSTP e isso alterou em 2023 com a composição dos simpatizantes do ADI.

Contudo, o país orienta eleições de forma transparente e regulares, com a participação em massa da população tanto local como na diáspora, sendo que os cidadãos têm o direito de escolher seus representantes por meio de eleições livres e justas, existindo a alternância de poder. A alternância pacífica do poder também pode ser por causa do tamanho territorial das pequenas ilhas insular, que possui uma pequena população, tornando os laços familiares muito comuns mesmo entre os partidos políticos opostos. Diminuindo assim os possíveis conflitos violentos e as restrições aos direitos civis e políticos, aumentando a fragilidade das instituições do país que julgam e restringem decisões segundo laços familiares e políticos e não pela imparcialidade do Estado de Direito Democrático. Segundo Seibert (2001) citado em Pavia (2023), um termo que usamos muito em STP e que encaixa perfeitamente é a expressão portuguesa originária da sigla do país “STP- Somos Todos Primos”.

No país existe uma variedade de partidos políticos e grupos políticos (num total de 11 partidos e movimentos e uma coligação) que representam diferentes ideologias e interesses, pois o pluralismo político autoriza a multiplicidade de opiniões e abordagens na arena política. Por exemplo temos O Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/ Partido Social Democrata (MLSTP/PSD), partido centro-esquerda baseada numa democracia social, socialismo democrático e nacionalismo de esquerda; o partido Movimento Democrático Força para a Mudança-Partido Liberal (MDFM/PL) é um

partido centro que tem como a ideologia o liberalismo e liberalismo social e o partido Ação Democrática Independente (ADI) é um partido centro-direita que se apoia no liberalismo e no centrismo.

Em STP a Comissão Eleitoral Nacional (CEN) é o órgão de gestão eleitoral, com a função de organizar eleições e referendos com o apoio de um órgão técnico, designado o Gabinete Técnico Eleitoral (GTE). A CEN é uma instituição ad hoc⁷⁰ independente, nomeada pela Assembleia Nacional, apenas 90 dias antes do dia eleitoral, e deverá permanecer ativa até um mês após o anúncio dos resultados. Atualmente, foram feitas algumas alterações à Lei Eleitoral uma das quais a possibilidade de a AN estabelecer a CEN 180 dias antes do dia eleitoral para realizar a atualização dos cadernos eleitorais, mas essa implementação ainda não foi posta em execução nas eleições de 2022. Já o Gabinete Técnico Eleitoral é uma estrutura permanente que trabalha sob a inspeção direta da Assembleia Nacional e também esse gabinete por lei deve apoiar a CEN quando esta estiver em atividade. Também a CEN tem o apoio da assistência técnica internacional.

Segundo o Relatório Preliminar da Missão de Observação Eleitoral da UE (2022)

“Atualmente CEN é um órgão composto por oito membros com representação predominante da coligação de governo cessante, uma circunstância que afetou ainda mais a sua credibilidade: o seu presidente é um juiz, três membros são nomeados em representação dos partidos políticos e coligações da AN cessante, e três membros são nomeados em representação dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, e da Administração Territorial, e dos Meios de Comunicação Social. O Secretário da CEN é normalmente nomeado a partir das categorias superiores do Ministério das Finanças” (RPMOE-UE, 2022, pág.5)

Quanto ao controlo do registo dos candidatos para as eleições, a verificação dos resultados e as despesas de campanha, estão sob a alçada do Tribunal Constitucional, que também é o órgão de última instância para os recursos eleitorais. No processo da validação dos resultados os representantes dos partidos políticos têm o direito de assistir e se necessário, de apresentar queixas e recursos que possam não ter sido apresentados nos apuramentos, nem a presença de observadores não está regulamentada, mas também não é proibida.

⁷⁰ Instituição formada para um determinado fim e com um prazo determinado

A lei garante a igualdade de tratamento para todos os candidatos e partidos políticos. Todos os partidos políticos têm a liberdade de fazerem as suas campanhas, e as liberdades fundamentais foram sempre respeitadas. Como por exemplo, nas eleições legislativa de 2022 não foram relatados nem observados casos de violência relacionada com as eleições.

Contudo, existe um fenómeno designado “banho” que sempre esteve presente nas épocas eleitorais são-tomense. É uma prática ilegal de distribuição de pequenas quantias ou presentes ofertados pelos partidos políticos ao eleitor com o intuito do mesmo votar em determinada pessoa ou partido político. Mas, nas eleições legislativas de 2022, a Missão Observação Eleitoral da UE constatou que esse fenómeno tem estado a diminuir.⁷¹

6.8. ASSALTO AO QUARTEL-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS DE STP EM 25 DE NOVEMBRO DE 2022

No dia 25 de novembro aconteceu o assalto ao Quartel-General das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe, que tinha como objetivo “revolucionar a ordem constitucional”, segundo o Ministério Público do arquipélago. A tentativa aconteceu na madrugada do dia 25 de novembro de 2022, entre as 00h45 e as 05h00 da manhã, e terminou com a captura de mais de dez cidadãos são-tomenses, segundo as fontes dos jornais⁷². Alguns dos assaltantes foram mercenários do antigo “batalhão Búfalo”⁷³, que viriam a morrer depois de terem sido detidos pelos militares. Entre eles destaca-se

⁷¹<https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/documents/Relatorio%20Preliminar%20da%20MOE%20UE%20Sa%CC%83o%20Tome%CC%81%20e%20Pri%CC%81ncipe%202022.pdf> (no dia 06 de fevereiro de 2024 pelas 13:46)

⁷²<https://www.dw.com/pt-002/stp-patrice-trovoada-acusa-ex-pm-de-alta-trai%C3%A7%C3%A3o-no-ataque-ao-quartel/a-64825886> (consultado em 03 de fevereiro pelas 20:30);

<https://www.rtp.pt/programa/tv/p43336/e12> (consultado em 04 de fevereiro pelas 10:03);

<https://www.telanon.info/politica/2022/11/25/39242/primeiro-ministro-diz-que-foram-os-ex-bufalos-que-assaltaram-o-quartel/> (consultado em 04 de fevereiro pelas 12:16)

⁷³ O Batalhão Búfalo (designação oficial: 32º Batalhão de Elite da África do Sul) foi um batalhão de infantaria do Exército sul-africano, do tempo do regime do apartheid, que interveio na Guerra Civil Angolana (apoio militar à UNITA), em Moçambique (à RENAMO) e na Guerra de Independência da Namíbia. Depois do seu desmembramento em 1993, grande parte dos efetivos do Batalhão Búfalo envolveu-se em vários conflitos africanos. https://www.bbc.co.uk/portugueseafrika/news/story/2005/05/050519_buffalobat32aws.shtml (consultado em 19 de março pelas 11:04)

Arlécio Costa, antigo oficial do “batalhão Búfalo”, que em 2003 foi amnistiado (por uma alegada tentativa de golpe de Estado em 2003) e em troca da sua retirada recebeu concessões de terrenos do Estado. Foi o cancelamento destas concessões pelo Estado que estiveram na base dos acontecimentos de 25 de novembro, orquestrados por Arlécio Costa. As informações foram avançadas à imprensa pelo vice-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, à data, Tenente Coronel Armindo Silva.

Num vídeo publicado na noite de 25 de fevereiro nas redes sociais do partido ADI, o líder do partido e atual primeiro-ministro e Chefe do Governo são-tomense, Patrice Trovoada, deixou bem claro a sua revolta e insatisfação pelo acontecimento, afirmando que *"Pelo menos o antigo Chefe do Governo e alguns elementos que fazem parte do Governo e dos serviços de segurança souberam há vários meses que havia preparativos para dar um golpe de Estado. É gravíssimo"*,⁷⁴

No mesmo vídeo, Patrice Trovoada contestou:

*"Um chefe de governo que tem constitucionalmente a responsabilidade de dirigir a política de defesa de segurança, que tem constitucionalmente a responsabilidade de preservar a vida das pessoas, proteger as pessoas e os bens, que tem sob o seu controlo os serviços de informação, um governo que tem sob o seu controlo a polícia nacional e as forças armadas, como é que esse chefe do governo, sabendo que existem preparativos há vários meses para dar um golpe, não diz nada, deixa estar e deixa fazer?"*⁷⁵

Durante a sua comunicação, o líder da ADI também dirigiu-se aos políticos do MLSTP e do Basta, destacando que estes afirmavam que o atual primeiro-ministro e chefe do Governo, era o responsável pelo ocorrido, sugerindo que tudo não passava de uma fabricação de Patrice Trovoada. Devido a essa acusação infundada, Patrice Trovoada exigiu um pedido de desculpas público como forma de retratação.

Durante a condução de suas investigações, tanto a Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe quanto o Ministério Público realizaram procedimentos apropriados em relação ao assunto em questão. Conforme indicado no relatório de investigação da Polícia Judiciária, um militar estava ciente do plano de ataque ao quartel-general e

⁷⁴ <https://www.dw.com/pt-002/stp-patrice-trovoada-acusa-ex-pm-de-alta-trai%C3%A7%C3%A3o-no-ataque-ao-quartel/a-64825886> (consultado em 03 de fevereiro pelas 20:30).

⁷⁵ *Idem.*

posteriormente comunicou essa informação ao chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Olinto Paquete. Este, por sua vez, prontamente compartilhou a informação com o secretário da Segurança Interna, João Alvim. No entanto, é mencionado que essa informação foi também repassada ao então primeiro-ministro, Jorge Bom Jesus, e ao diretor do Serviço de Informação do Estado, Amílcar Godinho, pelo secretário da Segurança Interna.

O chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe, Olinto Paquete, optou por renunciar o seu cargo em meio à controvérsia, devido à divulgação de informações imprecisas sobre a morte dos três agressores, alegando que os ferimentos foram resultado de uma explosão, e sobre a morte de Arlécio Costa, sugerindo que este se atirou de uma viatura em andamento. Ele reconheceu publicamente seus erros e atribuiu a culpa às chefias militares por fornecerem informações incorretas, o que o levou a tomar decisões equivocadas. Além disso, ele denunciou a ocorrência de "atos de traição" e condenou veementemente os eventos trágicos que resultaram na morte dos quatro cidadãos são-tomenses detidos.⁷⁶ Nas primeiras horas após o ataque ao quartel-general das Forças Armadas, Delfim Neves, ex-Presidente da Assembleia Nacional, foi detido pelos militares sob a acusação de ser o mandante e financiador do assalto, conforme alegado pelos próprios agressores. No entanto, após três dias de detenção, ele foi libertado pelo Tribunal. Em relação à suposta participação de Delfim Neves no ataque, o Ministério Público não encontrou evidências diretas que o incriminassem. Os dados disponíveis consistiam principalmente em relatos indiretos de sobreviventes relatando supostas declarações de Arlécio Costa, ex-combatente do batalhão sul-africano "Búfalo", envolvido na tentativa de golpe de Estado em 2003. Segundo os relatórios da Polícia Judiciária, Arlécio Costa teria mencionado aos assaltantes por si recrutados de que Delfim Neves seria o financiador do assalto ao quartel e que o plano, conforme detalhado, visava assumir o poder, começando com o ataque ao quartel e culminando na destituição do Presidente da República.

⁷⁶ <https://www.dw.com/pt-002/onu-envia-miss%C3%A3o-dos-direitos-humanos-a-s%C3%A3o-tom%C3%A9-ap%C3%B3s-morte-de-detidos/a-63975736> (consultado em 16 fevereiro de 2024 pelas 18:57).

Mas, segundo o Ministério Público são-tomense, Arlécio Costa causou o ataque ao quartel com a finalidade de recuperar a posse dos terrenos valiosos na Praia das Conchas, situada a norte da ilha. Terrenos esses que em 2021 foram concessionados pelo Estado à empresa de Delfim Neves, e que os mesmos foram trespassados como propriedade para um grupo de investidores estrangeiros, através da transferência de 100% das cotas da empresa CNN, do ex-presidente do parlamento. Entretanto, segundo a acusação, Arlécio Costa por raiva alegou a participação de Delfim Neves como mandante e financiador por motivos de “vingança pessoal” e com o propósito de credibilizar a sua intenção junto dos membros que pretendia recrutar.⁷⁷

No dia 27 de novembro chegou ao arquipélago uma equipa composta por seis agentes investigadores e peritos da Polícia Judiciária portuguesa, acompanhados de uma médica do Instituto de Medicina Legal, solicitada pelas autoridades são-tomenses ao abrigo da cooperação entre Estados com o intuito de colaborar diretamente com as autoridades judiciais são-tomenses na investigação. O Ministério Público assegurou que as investigações e os julgamentos neste caso decorreriam como em todos os outros casos, através do respeito pela legalidade, pela autonomia e independência, de acordo com a Constituição e os princípios do Estado de Direito. Durante as investigações foram detidas um total de 17 pessoas, das quais nove ficaram em prisão preventiva. Tendo sido realizadas uma média de 35 interrogatórios e inquirições, quatro autópsias, nove exames médicos, além de perícias como seis buscas e apreensões e cinco inspeções aos locais, entre outras perícias forenses e digitais. E em fevereiro de 2023, sobre o mesmo caso o Ministério Público são-tomense acusou nove militares e um civil, pela prática, em coautoria e concurso efetivo, de um crime de alteração violenta do Estado de Direito, sete crimes de homicídio qualificado na forma tentada, um crime de ofensas corporais com dolo de perigo, um crime de sequestro agravado e um crime de detenção de arma proibida.

O ataque ao quartel ocorrido em 25 de novembro de 2022 resultou na morte de quatro cidadãos de São Tomé e Príncipe. A natureza brutal dessas mortes levou a reclamações apresentadas junto às instâncias internacionais contra o Estado são-

⁷⁷ <https://www.dw.com/pt-002/stp-patrice-trovoada-acusa-ex-pm-de-alta-trai%C3%A7%C3%A3o-no-ataque-ao-quartel/a-64825886> (consultado em 03 de fevereiro pelas 20:30).

tomense, que foram consideradas legítimas por observadores externos. É importante ressaltar que São Tomé e Príncipe é signatário da Convenção Internacional contra a Tortura, tendo ratificado o acordo em janeiro de 2017. Isso implica que o país tem a obrigação legal de investigar e punir quaisquer casos de tortura ou tratamento desumano que ocorram em seu território. Uma equipe de advogados foi enviada ao país com o propósito de reunir evidências para apresentar uma queixa contra as autoridades são-tomenses. Gabriel Costa, ex-primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe, foi um dos envolvidos nessa missão. Liderada pelo jurista são-tomense Carlos Semedo, a equipa trabalhou até 25 de fevereiro, data-limite para a Procuradoria-Geral da República apresentar a acusação dos implicados. O financiamento dessa missão foi realizado por meio de contribuições voluntárias, arrecadadas em nome dos familiares das vítimas, sob a coordenação de Noemy Medina. A esposa de Arlécio Costa, uma das vítimas do ataque, solicitou proteção do Estado e assistência para ela e seu filho retornarem à África do Sul após a morte do marido, alegando viver com medo. Graça Costa relata que seu marido foi detido em casa durante o dia, por volta das sete da tarde, por tropas armadas, que colocaram uma bala na câmara e o ordenaram a não se mover. Graça Costa também questiona

“Como é que, num país democrático, vem buscar um homem em casa para ser morto, como ele foi morto? Tenho que voltar para a África do Sul. Só vim ficar aqui com o meu marido e eles o mataram. Da forma como eles vieram buscar o meu marido e o mataram, fico agora cheio de medo. Não consigo dormir à vontade, porque, assim que tocam à campainha ou batem no portão, fico com medo. Eu não sei se vou sair viva daqui de São Tomé, eu e o meu filho.”⁷⁸

Segundo o jurista, Gabriel Costa, Arlécio Costa e mais três pessoas morreram sob custódia militar, sendo torturados até à morte com requintes de malvadez, pelas imagens postadas nas redes sociais. E dessa forma o ex-primeiro ministro são-tomense proclama pela justiça. Jorge Oliveira da Costa, filho de Arlécio Costa, enfrentava o luto e detinha de um sentimento de tristeza pela forma brutal como o pai havia sido morto, ele nasceu e reside em Portugal, o mesmo organizou uma manifestação no dia 4 de fevereiro, em frente ao Palácio de Belém, em Lisboa, para pedir justiça e também para pedir ajuda e intervenção do Governo português e ao Presidente Marcelo Rebelo de Sousa referente a essa situação.

⁷⁸ <https://www.telanon.info/sociedade/2022/12/07/39368/mulher-do-falecido-arlecio-costa-teme-pela-vida/> (consultado em 01 de fevereiro pelas 14:57).

A promotoria exigiu que o "25 de novembro" fosse consagrado como Dia Nacional dos Direitos Humanos, em memória dos cidadãos são-tomenses torturados até à morte na sequência do assalto ao quartel-general do Exército, que oficialmente ficou conhecido como "tentativa de golpe de Estado", pois o plano, de acordo com o relatório da Polícia Judiciária, era tomar o poder, começando com o assalto ao quartel e terminando na destituição do Presidente da República.⁷⁹

Quatro meses após os eventos que as autoridades de São Tomé e Príncipe identificaram como uma "tentativa de golpe de Estado", tanto o jurista Carlos Semedo quanto o analista político Danilo Salvaterra, em uma entrevista, levantaram questionamentos sobre as disparidades nos relatórios do caso, emitidos tanto pela Polícia Judiciária (PJ) quanto pelo Ministério Público (MP), ambos baseados nos mesmos dados. Eles apontaram várias interrogações sobre a veracidade dos fatos apresentados. Nesse sentido, prometeram investigar minuciosamente todas as contradições e fragilidades presentes nos relatórios dessas instituições. Durante a mesma entrevista, eles abordaram a questão dos três militares implicados na agressão e nos assassinatos dos cidadãos no quartel. Segundo eles, esses militares deveriam estar em prisão preventiva, no entanto, encontram-se abrigados em Portugal com autorização do Ministério da Defesa, frequentando um curso na Escola das Armas, em Mafra, com vistas a serem promovidos a capitães do Exército.

O advogado Carlos Semedo também estava em São Tomé para preparar outro processo distinto contra o crime de sequestro, imputado as instituições e militares envolvidos na detenção de Delfim Neves durante os acontecimentos de 25 de novembro de 2022. Depois do primeiro processo ter sido arquivado pelo Ministério Público por falta de provas sobre o envolvimento como possível mandante e financiador do plano da tentativa de golpe de Estado, Delfim Neves, apresentou um processo de difamação contra o primeiro-ministro, Patrice Trovoada. Entretanto, o advogado Carlos Semedo também levou os processos à Comissão dos Direitos Humanos do Parlamento Europeu e à Amnistia Internacional.

⁷⁹<https://www.dw.com/pt-002/25-de-novembro-fam%C3%ADlias-querem-processar-estado-s%C3%A3o-tomense/a-64654166> (consultado em 16 fevereiro de 2024 pelas 11:00)

Mas, o analista político Elias Costa numa entrevista dada a DW África constatando se existe ou não uma investigação internacional independente à alegada tentativa de golpe de Estado em São Tomé e Príncipe, afirmou não ter dúvidas que não existe nenhum inquérito internacional a decorrer em São Tomé e Príncipe, acrescentando que simplesmente existiu uma ação de cooperação da Polícia Judiciária portuguesa no âmbito do inquérito⁸⁰. Entretanto, o analista político asseverou que

*"As condições de independência, de imparcialidade e de rigor não estão reunidas. Logo, as conclusões do inquérito poderão ser aquelas que Patrice Trovoada bem quiser para poder manter a sua narrativa de tentativa de golpe de Estado e, dessa forma, poder justificar as futuras ações judiciais de perseguição política".*⁸¹

Segundo Elias Costa, desde o momento em que o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, o brigadeiro Olinto Paquete, durante a sua demissão, reconheceu que tudo não passou de uma "mera encenação encomendada", tombou por terra a narrativa da tentativa de golpe Estado que Patrice Trovoada tanto e a todo o custo quis manter. "A narrativa de golpe de Estado de Patrice Trovoada (...) só tem servido de cobertura para atos de violações graves de direitos humanos, de torturas e de execuções sumárias".⁸² Entretanto, tanto o analista quanto o ex-primeiro-ministro Jorge Bom Jesus, estavam em consenso, pois ambos concluíram que o ministro da Defesa são-tomense na altura, Jorge Amado deveria ter sido demitido. "Ele tem responsabilidades políticas diretas em todo esse processo que foi conduzido de forma desastrosa, incompetente e sangrenta. Jorge Amado está inevitavelmente manchado e já não tem espaço político nesse Governo", terminou Elias Costa.⁸³

Foi realizado no dia 20 de dezembro de 2022 em São Tomé uma manifestação contra violações dos direitos humanos, na sequência das mortes ocorridas no atentado.

Um grupo impulsionador de uma petição pública, endereçada ao secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, pediu uma investigação imparcial e independente. O analista político e social Danilo Salvaterra é um dos

⁸⁰<https://www.dw.com/pt-002/stp-analistas-negam-que-haja-investiga%C3%A7%C3%A3o-independente-ao-25-de-novembro/a-64189329> (consultado em 16 fevereiro de 2024 pelas 11:39).

⁸¹ *idem.*

⁸² *Idem.*

⁸³ *idem.*

signatários. Foram endereçadas cópias da carta tanto ao Presidente da República e ao primeiro-ministro português, Marcelo Rebelo de Sousa e António Costa como à Amnistia Internacional (AI) e a outras organizações internacionais defensoras dos direitos humanos. *"Vamos procurar que a justiça seja feita para que atos como estes nunca mais se repitam em parte nenhuma do mundo. Mataram inocentes, mataram pessoas indefesas de uma forma bárbara"*,⁸⁴ afirmou o analista Danilo Salvaterra numa entrevista durante a manifestação.

Para uma melhor compreensão foi convidado o professor da faculdade de direito de Coimbra, Jonatas Machado, para dar uma aula magna na capital do país, São Tomé, em junho de 2023 sobre os direitos humanos pela Procuradoria-geral da República, na sequência desses acontecimentos. E segundo o professor de direito da universidade de Coimbra, a clarificação dos acontecimentos de 25 de novembro, no quartel do exército são-tomense, onde quatro cidadãos foram torturados até a morte, na sequência de uma alegada tentativa de golpe de estado, deve ser feita de acordo com o princípio de separação de poderes. Segundo a Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos humanos, Ilza Amado Vaz, numa entrevista dada ao jornal nacional Téla-Nón depois da aula, mostrou sua preocupação aos acontecimentos de 25 de novembro afirmando que dessa forma a paz e a tranquilidade interna foram abaladas e afetaram a imagem do país. *"Não obstante tratar-se de um ato isolado, esses acontecimentos afetou a paz e a tranquilidade interna bem como a imagem do país. Mobilizou a sociedade civil, as organizações nacionais, regionais e internacionais de direitos humanos"*.⁸⁵

Devido aos acontecimentos de 25 de novembro de 2022 que desencadeou na tortura e mortes de quatro cidadãos são-tomenses, o país chamou atenção da comunidade internacional negativamente, sobre o aspeto dos direitos humanos. Consequentemente, quase um mês depois dos acontecimentos foi enviado ao país uma missão do Alto Comissariado para os Direitos Humanos da ONU, com a finalidade de verificar esses trágicos acontecimentos sobre os direitos humanos com base nas imagens de maus-tratos que poderão estar na base da morte dos quatro detidos sob a

⁸⁵ <https://www.telanon.info/sociedade/2023/06/26/40970/clarificacao-do-massacre-de-25-de-novembro-no-quartel-do-exercito-em-stp/> (consultado em 19 de fevereiro pelas 13:14)

custódia dos militares são-tomenses. As imagens circuladas nas redes sociais eram fortes onde constavam os cidadãos que viriam a morrer horas depois, deitados no chão, ensanguentado e com as mãos amarradas atrás das costas, a serem agredidos por um militar com um pau, enquanto os colegas assistiam. Noutras imagens mostram os cidadãos detidos deitados ou ajoelhados no terreiro do quartel, com as mãos amarradas e com ferimentos. As imagens divulgadas mostram em todos os vídeos os detidos com marcas de fortes agressões, ensanguentados e com as mãos amarradas atrás das costas, ainda com vida, e também já no necrotério. A Amnistia Internacional (AI) enviou ao país depois de sete meses o diretor executivo da organização não-governamental em Portugal, Pedro Neto na qual o mesmo lamentou as torturas e mortes ocorridas e declarou que Portugal está disposto a ajudar para que se faça a justiça, tornando-a urgente nesse caso.

Já a União Europeia (UE) deixou claro no final de janeiro de 2023 que está atenta aos acontecimentos de 25 de novembro de 2022 no quartel-general, bem como as torturas e mortes que sucederam desse assalto. Numa entrevista dada a *Téla-Nón* a embaixadora junto ao Estado são-tomense, Rosário Bento Pais ressaltou que a UE estava à espera da emissão do relatório da investigação para ver quais seriam as medidas que seriam tomadas em conta. E afirmou na mesma entrevista

*“É uma preocupação para a União Europeia saber que houve atos de tortura e que os direitos humanos foram violados nesse dia, para nosso conhecimento um ato único neste país. Ato inédito que coloca São Tomé e Príncipe no centro das atenções do mundo. Estamos atentos porque é um dos valores cruciais para a União Europeia, os direitos humanos.”*⁸⁶

O relatório sobre os direitos humanos em São Tomé e Príncipe de 2022 no seu capítulo 1, referente ao Respeito pela Integridade da Pessoa Humana na linha a) Privação Arbitrária da Vida e Mortes Ilícitas ou por Motivações Políticas está explícito

“Houve vários relatos de que agentes do Estado foram os autores de mortes arbitrárias e ilícitas. Quatro civis morreram em 25 de novembro, enquanto se encontravam sob a custódia das forças militares, no rescaldo de um ataque contra um quartel militar, que o governo alegou ter sido uma tentativa de golpe de Estado. Três dos atacantes suspeitos foram capturados nos quartéis aonde terão alegadamente sido espancados e mortos. Uma quarta pessoa, Arlécio

⁸⁶ <https://www.telanon.info/politica/2023/01/30/39768/uniao-europeia-avisou-a-stp-de-que-o-respeito-dos-direitos-humanos-e-um-valor-crucial-na-sua-politica-externa/> (consultado em 16 fevereiro pelas 18:25)

Costa, foi detida no mesmo dia, na sua residência, por forças militares, por alegado envolvimento no ataque. Posteriormente, ele faleceu, alegadamente por ter caído de um camião, enquanto se encontrava sob custódia militar. Vídeos e fotografias dos alegados espancamentos circularam pelas redes sociais. Até ao final do ano, as autoridades judiciais continuavam a investigar o ataque e as mortes, com o auxílio, mediante solicitação do Estado, de investigadores e peritos forenses de Portugal.”⁸⁷

E na sua alínea c) sobre Tortura e outros Tipos de Tratamento Cruel, Desumano ou Degradante ou Castigos e outras Violações Relacionadas consta que:

“Embora a constituição e demais legislação proibam tais práticas, vídeos e fotografias que circularam pelas redes sociais, supostamente mostram forças militares fazendo uso de tais práticas durante o interrogatório de um detido suspeito de instigar o ataque armado de 25 de novembro a um quartel militar (consultar a alínea a do Capítulo 1).”

Em meados de janeiro de 2024, depois de um ano e tal do assalto ao Quartel-general das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe a Federação das Organizações Não Governamentais de São Tomé e Príncipe admitiu numa entrevista ao jornal RTP Notícias- Lusa que a defesa dos direitos humanos no país tem sido limitada porque "as pessoas temem a sua vida", desde as mortes ocorridas no assalto ao quartel. "Estamos num contexto de maioria absoluta e depois de 25 de novembro de 2022 parece que houve uma espécie de introdução da cultura do medo, as pessoas temem a sua vida"⁸⁸, expôs o secretário permanente da Federação das Organizações Não Governamentais de São Tomé e Príncipe (FONG-STP), Eduardo Elba, quando foi questionado, sobre o silêncio da sociedade civil face às situações de violação dos direitos humanos no país. Eduardo Elba ainda acrescentou na entrevista dada durante o lançamento da quinta quinzena da cidadania, iniciativa da FONG-STP, da Associação São-tomense de Mulheres Juristas e da Associação dos Jornalistas São-tomense (AJS), em parceria com a Associação para a Cooperação Entre os Povos (ACEP) e financiada pela União Europeia, e que este ano decorre sob o lema "A cultura e os Direitos Humanos"

"Estamos todos num contexto de algum receio, porque as pessoas temem a sua vida. Nós a sociedade civil fizemos, continuamos a fazer, mas temos que fazer com alguma cautela, porque

⁸⁷ <https://ao.usembassy.gov/wp-content/uploads/sites/234/RELATORIO-SOBRE-OS-DIREITOS-HUMANOS-EM-SAO-TOME-E-PRINCIPE-DE-2022.pdf> (consultado em 16 fevereiro de 2024 pelas 13:02).

⁸⁸ https://www.rtp.pt/noticias/mundo/defesa-dos-direitos-humanos-em-sao-tome-e-principe-limitada-pelo-clima-de-medo-ong_n1543701 (consultado em 16 fevereiro de 2024 pelas 19:33).

nós temos um problema que tem a ver com a retaguarda. Se acontecer alguma coisa, quem nos defende?”.⁸⁹

A situação sobre os direitos humanos no arquipélago tem se tornado preocupante para as Nações Unidas desde os acontecimentos de 25 de novembro de 2022, e essa conferência sobre a degradação de direitos humanos que está em debate na quinzena da cidadania seria uma mais-valia para o país. *“O que aconteceu em 25 de novembro de 2022 despertou a sociedade para esta questão que antes já vinha dando sinais de degradação, mas ainda toleráveis”,⁹⁰* disse Arminda Rodrigues, da FONG-STP. Para Eduardo Elba, esta conferência é uma boa oportunidade para discutir e tentar encontrar formas de modificar o clima de medo e da proteção dos direitos humanos em São Tomé e Príncipe.

Entretanto, perante a degradação dos indicadores de defesa dos direitos do cidadão, o primeiro-ministro são-tomense, Patrice Trovoada e a Ministra da Justiça e dos Direitos Humanos de STP, Ilza Amado Vaz, fizeram presentes entre final de 2023 e início de 2024 na sede da ONU, em Nova York, para abordar a problemática dos direitos humanos e da segurança no país. Na entrevista ao jornal VOA, Patrice Trovoada disse *“Falamos do custo da prevenção e da reposição face aos sinais de degradação, e a ONU quer ajudar o país a manter o estatuto de bom exemplo no que toca a defesa da democracia e dos direitos humanos em África.”⁹¹*

De acordo com Lafer (2003), num contexto jurídico, os direitos humanos representam uma mudança fundamental na relação entre o indivíduo e o Estado. Ao invés de serem apenas deveres impostos ao cidadão, os direitos humanos conferem a este último uma série de direitos inalienáveis e fundamentais. Essa mudança é estabelecida por meio de declarações e instrumentos legais que reconhecem o direito intrínseco de cada pessoa à dignidade e singularidade, independentemente de sua posição na comunidade política.

⁸⁹ https://www.rtp.pt/noticias/mundo/defesa-dos-direitos-humanos-em-sao-tome-e-principe-limitada-pelo-clima-de-medo-ong_n1543701 (consultado em 16 fevereiro de 2024 pelas 19:33).

⁹⁰ <https://www.voaportugues.com/a/stp-sociedade-civil-debate-a-degrada%C3%A7%C3%A3o-de-direitos-humanos/7457343.html> (16 fevereiro de 2024 pelas 21:10).

⁹¹ *Idem.*

Essa abordagem desafia a concepção tradicional do Estado, que antes era vista como soberana e central, ao colocar o foco nos direitos individuais. Em vez de existir para servir o governo, o governo é concebido como uma instituição que existe para servir o indivíduo. Isso implica uma conexão mais estreita entre ética, democracia e direitos humanos internamente, e paz e dignidade internacionalmente. Ao tratar os direitos humanos como uma questão global, reconhecemos que a violação desses direitos afeta a soberania popular e compromete a perspectiva dos governados. Isso significa que os direitos humanos transcendem fronteiras nacionais e se tornam uma preocupação universal, onde as violações desses direitos não são apenas questões internas dos Estados, mas também preocupações legítimas da comunidade internacional. Essa abordagem destaca a importância de valores como justiça, igualdade e dignidade humana no contexto global e ressalta a necessidade de responsabilização por parte dos Estados e atores internacionais para garantir o respeito e a proteção dos direitos humanos em todo o mundo.

Fazendo uma análise crítica do incidente do ataque ao quartel em 25 de novembro de 2022 e das alegações do Ministério Público são-tomense sobre a suposta motivação de Arlécio Costa revela várias questões importantes. Primeiramente, é crucial examinar a credibilidade e a objetividade das investigações realizadas pelo Ministério Público. A afirmação de que Arlécio Costa teria organizado o ataque para descobrir a posse de terrenos valiosos levanta preocupações sobre a transparência e a imparcialidade do processo judicial. É necessário considerar se as evidências apresentadas são vigorosas o suficiente para sustentar essa acusação, ou se há uma possível agenda política por trás dessas alegações. Para além, a ligação dos terrenos na Praia das Conchas com Delfim Neves e a sua transação para investidores estrangeiros levanta outras preocupações como a transparência e a ética no processo de concessão de terras e nas transações imobiliárias no país. Logo, nasce a inquietação sobre possíveis conflitos de interesse ou práticas corruptas envolvendo figuras políticas proeminentes são-tomenses e os investidores estrangeiros.

Temos que destacar também, a falta de clareza e coerência nos relatórios oficiais sobre o incidente, juntamente com a rápida formulação de conclusões e acusações, bem como a percepção de impunidade, especialmente quando envolve membros das forças

armadas abrigados no exterior enquanto aguardam promoção, mesmo estando a ser investigados pode minar a confiança da população na justiça e no Estado de Direito em São Tomé e Príncipe, como já referimos no subcapítulo 6.7.1 desse capítulo. Isso ressalta a importância de garantir uma investigação completa, transparente e imparcial, que leve em consideração todas as evidências disponíveis e respeite os direitos humanos e legais de todos os envolvidos. Outro aspeto fundamental a averiguar mais a fundo, são as questões de segurança e governança no país, especialmente no que diz respeito ao controle e à proteção das instalações militares e à prevenção de atividades criminosas e subversivas. Isso inclui avaliar a eficácia das políticas e dos mecanismos de segurança existentes e identificar quaisquer lacunas ou falhas que possam ter contribuído para a ocorrência do ataque ao quartel. E para terminar, a morte dos quatro cidadãos são-tomenses durante o ataque levanta sérias preocupações sobre a violação dos direitos humanos e a garantia da segurança dos cidadãos pelo Estado.

VII. CONCLUSÃO DO TRABALHO

A investigação teve a seguinte questão: *O marketing político tem amparado os políticos na política externa são-tomense?*

No decurso da investigação, procurou-se apresentar as respostas a questão de investigação e aos objetivos específicos: a) Investigar se existe aplicação do *marketing* político em São Tomé e Príncipe e se o mesmo é diferenciado com o *marketing* eleitoral pelos atores políticos e os seus respetivos partidos; b) Avaliar o valor estratégico da geolocalização de São Tomé e Príncipe; c) Analisar São Tomé e Príncipe nas relações internacionais, bem como compreender sobre a política externa são-tomense e d) Aferir sobre a imagem de Patrice Emery Trovoada perante o povo são-tomense e perante a Comunidade Internacional.

A despeito desses objetivos, a investigação teve um objetivo geral, que assentou em perceber se o *marketing* político dos atores políticos são-tomenses tem contribuído para uma boa cooperação quer seja bilateral ou multilateral. Deste modo, apresentaram-se duas hipóteses: a primeira é: o *marketing* político tem contribuído para a política externa são-tomense, e a segunda: o *marketing* político não tem contribuído para a política externa são-tomense.

Como resultado da nossa questão de investigação e das hipóteses acima referidas, apresenta-se as principais conclusões:

Em função dos resultados apresentados, podemos afirmar que se regista um crescimento na utilização do *marketing* político entre os atores políticos são-tomenses, contribuindo dessa forma nas alternâncias de poder, bem como tem sido determinante na política externa do arquipélago, então podemos afirmar que é escolhida a primeira hipótese.

Foi cumprido o objetivo geral da investigação, bem como os quatro objetivos específicos da investigação.

Face aos resultados obtidos, podemos afirmar que existe hoje em São Tomé e Príncipe uma classe política que considera os efeitos do *marketing* político nos objetivos de longo prazo das forças partidárias no país. Distanciando-se da velha forma de fazer política, os atores políticos (mais atualizados com as novas tendências que influenciam o povo santomense) percebem que não se ganha eleições com as ações dos 15 dias de campanha política, então é preciso modernizar na forma de fazer política.

Visto que os atores políticos são-tomenses aperceberam que suas imagens não são construídas num curto período de tempo e o carisma é um aspeto diferenciador. Sendo capazes de diferenciar o *marketing* político do *marketing* eleitoral, os atores políticos aceitaram a necessidade de adaptar-se aos novos tempos, enfatizando, no entanto, que este processo de evolução do *marketing* político é paulatino e que advém de longo prazo. Também pode se aperceber uma divisão de épocas no que concerne a forma de aplicar o *marketing* político e partidário, assumindo a segunda República (1991) como o ponto de nascimento do uso/aplicação do *marketing* político no país. Importa salientar que a tarefa principal de um político é atender às necessidades de seus eleitores de acordo com a plataforma de seu partido e os anseios gerais da sociedade. Donde se conclui que, a política está intrinsecamente relacionada à promoção de interesses e valores. Assim, uma das funções de *marketing* político é maximizar o lado positivo e minimizar o lado negativo do ator político, isto porque o político é um produto a ser trabalhado e em seguida ser vendido. Concluiu-se que pelo menos em termos conceptuais existe uma preocupação por parte de alguns atores políticos são-tomenses no que concerne ao uso do *marketing* político. Em alguns casos existe uma separação clara entre aquilo que é o *marketing* eleitoral do que deve ser o *marketing* político.

Analisando o valor estratégico da localização geográfica de São Tomé e Príncipe, percebemos que o país, ao estar situado no golfo da Guiné, uma área abundante em recursos naturais e de grande importância para o comércio marítimo global, desfruta de diversas vantagens. Essa posição geográfica oferece oportunidades para explorar e utilizar os recursos naturais disponíveis na região, o que pode beneficiar economicamente o país. No entanto, também é importante reconhecer os desafios que surgem devido a essa localização geográfica. São Tomé e Príncipe enfrenta questões como a segurança marítima, a preservação ambiental e a gestão sustentável dos recursos naturais, que podem ser agravadas pela sua posição estratégica no golfo da Guiné. Para lidar com esses desafios, o país tem buscado fortalecer a cooperação regional e global. A colaboração com outros países e organizações internacionais torna-se essencial para enfrentar questões como a segurança marítima, o combate à pirataria, a proteção ambiental e a promoção do desenvolvimento sustentável na região. Ao unir esforços com parceiros regionais e internacionais, São Tomé e Príncipe pode tirar vantagem de sua localização estratégica de forma coordenada e eficaz, buscando soluções conjuntas

para os desafios enfrentados e promovendo o desenvolvimento socio-económico sustentável.

No que diz respeito ao terceiro objetivo específico, é evidente que no processo de globalização nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI tem incentivado muitos países africanos a buscarem uma maior integração na economia global e a diversificarem suas relações internacionais. Em São Tomé e Príncipe, após a independência, observamos um esforço em estabelecer relações diplomáticas com uma ampla gama de países, independentemente de suas orientações ideológicas e sistemas políticos, além de afiliar-se com várias organizações internacionais. A integração do país em organizações internacionais tem facilitado sua cooperação e interação com outros atores internacionais, fornecendo oportunidades para buscar apoio internacional para suas iniciativas e enfrentar desafios específicos. No entanto, é notável que São Tomé e Príncipe também tem se beneficiado das tensões entre alguns Estados, utilizando sua política interna e externa para tirar proveito desses conflitos. Como evidenciado ao longo deste estudo, as parcerias estabelecidas pelo arquipélago desde sua independência até os dias atuais com outros Estados têm mostrando-se benéficas para o país. No entanto, é importante ressaltar que a política externa de São Tomé e Príncipe é influenciada por uma série de fatores, incluindo sua posição geográfica no golfo da Guiné, seus desafios económicos e sociais, e a busca por cooperação internacional.

Quanto a imagem nacional e internacional do ator político são-tomense, Patrice Trovoada, no seio do seu partido e para os simpatizantes do partido ADI é tido como um líder. O povo são-tomense tem demonstrado ter uma enorme admiração pelo ator político, pois mesmo depois da sua ausência do país durante anos, e só ter regressado dias antes das eleições legislativas de 2022 e ter ganhado com a maioria absoluta, nos faz acreditar o quanto o *marketing* político do ator político, Patrice Trovoada foi bem elaborado e trabalhado durante anos e o quanto é forte a ligação emocional do povo são-tomense perante o mesmo, na qual demonstra também esperança por mudanças económicas positivas que possam melhorar as condições de vida no país que seu povo o deposita. Ao nível internacional, podemos aperceber que o ator político são-tomense é respeitado e conhecido por outros líderes internacionais.

O pequeno Estado insular, São Tomé e Príncipe, é uma república democrática multipartidária, com um sistema de governo baseado em eleições periódicas e respeito pelos princípios democráticos. A ilha sempre experimentou alternâncias pacíficas de poder através de processos eleitorais e tem uma Constituição que estabelece os princípios fundamentais democrático, fazendo do país um exemplo da democracia e da estabilidade pacífica política.

VIII. PÓS. CONCLUSÃO

A. LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Ciente da importância do *marketing* político no regime democrático para os políticos e os candidatos, parecia-nos oportuno desenvolver este estudo sobre A Aplicação do Conceito de Marketing Político no Contexto da Política Santomense – A imagem de Patrice Trovoada no contexto nacional e internacional e a política externa. Assim sendo, deparamos com numerosas dificuldades tais como:

- i. Falta de imparcialidade por parte de muitos;
- ii. Pensamento negativo e limitado ao afirmar que o tema escolhido para o trabalho é resultado de alguma simpatia política, não considerando o fato de se tratar de um trabalho meramente acadêmico;
- iii. Atendimento demorado por parte das pessoas que têm informações;
- iv. Falta de bibliografias nacional sobre o referido tema;
- v. Utilização de bibliografias em língua estrangeira.

B. SUGESTÕES PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES NA ÁREA

Conforme fomos investigando notamos que existe muita falta de coragem por parte de alguns para fornecer as devidas informações e também a falta de bibliografia nacional foram algumas limitações deparadas no decorrer da investigação, por isso sugerimos que as próximas investigações feitas nessa área deveriam procurar obter o ponto de vista das organizações internacionais que operam no país.

IX. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, N. (s. d), “Investigação Naturalista em Educação: Um guia prático e crítico.” Lisboa: Edição ASA.

AMARAL, Pedro (2015), “O processo decisório em Política Externa: A decisão da Colômbia de enviar tropas à guerra da Coreia. XXVIII Simpósio Nacional de História”. http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1426284607_ARQUIVO_ArtigoANPUH.pdf, (consultado em 23 de setembro de 2021 pelas 21:30).

BACELAR, Jonildo (s.d.), “História de São Tomé e Príncipe África turismo, Guia Geográfico: África Turismo”. Disponível em [URL:http://www.africa-turismo.com/sao-tome-principe/historia.htm](http://www.africa-turismo.com/sao-tome-principe/historia.htm) (consultado em 18 de novembro de 2023 pelas 20:30).

BADIR, Mbuyi K. (2008), “África em a globalização neoliberal: as alternativas africanas”. Revista THEOMAI. Estudos sobre sociedade e desenvolvimento, Buenos Aires, n.17.º 1-15.

BATISTA, Reiner, M. A. 2016, “São Tomé e Príncipe, Compromissos e Parcerias no contexto da Segurança Marítimo no Golfo da Guiné”, Dissertação de Mestrado Apresentada a Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

BESSA, A. (2012), “O olhar de Leviathan Uma introdução à Política Externa dos Estados”. Lisboa: Editora EDUAL.

BEXIGAS, António Viegas (2018), “A Política Externa de São Tomé e Príncipe. Interlusófono”. Disponível em [URL:https://interlusofona.info/a-politica-externade-sao-tome-e-principe/](https://interlusofona.info/a-politica-externade-sao-tome-e-principe/) (consultado em 16 de setembro de 2023).

BRAZÃO, P. M. (2013), “A importância da imagem de marca de um político. Estudo de caso – a imagem de Pedro Passos Coelho.” Portugal.

BONIFACE, Pascal (2011), “Dicionário das Relações Internacionais”. 3.ª edição. [S.l.]: Plátano Editora. ISBN 978-972-770-599-3.

CARMO, H. & FERREIRA, Manuela M. (1998), “Metodologia da Investigação: Guia para Autoaprendizagem”, Lisboa: Universidade Aberta.

CHEESEMAN, N. e CLAPHAM, C. (2020), “Liderança autocrática africana: Traços e trajetórias”. *Assuntos Africanos*, 119 (474), 1-26.

CLEBER C. P. & ERNANI C. F. (2013), “Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico”. 2ª Edição.

CONSTITUIÇÃO da República Democrática de São Tomé e Príncipe de 1990.

CONSTITUIÇÃO da República Democrática de São Tomé e Príncipe de 2003.

COSTA, M. Pinto (2011), “Terra Firme”. Porto: Edições Afrontamentos.

COSTA, Olivier (2017), “A União Europeia e sua política exterior: história, instituições e processo de tomada de decisão”. Brasília: FUNAG.

COUTINHO, C. (2014), “Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas”, Coimbra: Edições Almedina.

DIAS, Alexandra Magnólia (Coord.) (s/d), “Política Externa Portuguesa e África: Tendências e Temas Contemporâneos”. Lisboa: ISCTE.

DUROSELLE, Jean-Baptiste e KASPI André (2001), “Histoire des relations internationales de 1945 à nos jours”. 12ª édition, Paris: Éditions Dalloz

FERNANDES, António J. (1991), “Relações Internacionais: Factos, Teorias e Organizações”. Lisboa: Editorial Presença.

FRAGA, Luís Alves (2006), “São Tomé e Príncipe: ilhas de sofrimento e fortuna - súpula histórica”. Lisboa.

FREIRE. M. R. (coord) & VINHA. L. (Coord) (2011), “Política Externa trabalho e investigação. As Relações Internacionais em Mudança”. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

GÉNERO, Esterline (2012), “Análise da estratégia de desenvolvimento da União Africana: uma abordagem geo-social aplicada a São Tomé e Príncipe”. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Tese elaborada para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais, especialidade de Desenvolvimento Sócio-Económico. Disponível em [URL:https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/5889/1/Tese%20de%20doutoramento%20de%20Esterline%20Gon%C3%A7alves%20G%C3%A9nero.pdf](https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/5889/1/Tese%20de%20doutoramento%20de%20Esterline%20Gon%C3%A7alves%20G%C3%A9nero.pdf). (consultado em 17 de dezembro de 2023 pelas 18:12)

GÉNERO, Esterline (2019), “A interpretação das Relações Internacionais segundo a constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe”. In GÉNERO, Esterline, coord. - Introdução à História Diplomática de São Tomé e Príncipe: rudimentos comedidos. 1.ª ed. Lisboa: Edições Colibri. ISBN 978-989-689-905-9.

GOMES. G (s/d), “Política Externa e a Diplomacia numa Estratégia Nacional” https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2669/1/NeD56_GSantaClaraGomes.pdf, consultado em 28 de setembro de 2021 pelas 19:02.

GOMES, Santa Clara (1990), “A política externa e a diplomacia numa estratégia nacional. Nação e Defesa”. Disponível em [URL:https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2669/1/NeD56_GSantaClaraGomes.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2669/1/NeD56_GSantaClaraGomes.pdf). (consultado em 23 de dezembro pelas 22:56)

GOVERNO de Portugal (2014), “Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020”.

GREGORY T. Gundlach e WILLIAM L. Wilkie (2009), “O novo relatório da American Marketing Association Definição de Marketing: Perspectiva e Comentário sobre a Revisão de 2007”. Editora: Associação Americana de Marketing (AMA), https://www.academia.edu/55284234/The_American_Marketing_Associations_New_Definition_of_Marketing_Perspective_and_Commentary_on_the_2007_Revision (consultado em Julho de 2023 pelas 17:24)

INSTITUTO Marquês de Vale Flôr (2016) “Relatório Final do Estudo de Avaliação Externa à Reforma do Ensino Secundário de São Tomé e Príncipe (2009 – 2016)”.

JUNIOR, Ronaldo (2005), “A importância das Organizações Internacionais Governamentais nas Relações Internacionais” Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais. Brasília: Centro Universitário de Brasília. Disponível em [URL:https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/9574/1/20121308.pdf](https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/9574/1/20121308.pdf).

(consultado em 28 de novembro de 2023 pelas 07:18)

KLEY (1984), “São Tomé e Príncipe”. Disponível em: [URL:https://kley1984.no.comunidades.net/?fbclid=IwAR1mzvpkbpzpxHZM_bVQ10WuoiwefW33tBRYL_vTPTCvidRrAx8Ms1xZ4A](https://kley1984.no.comunidades.net/?fbclid=IwAR1mzvpkbpzpxHZM_bVQ10WuoiwefW33tBRYL_vTPTCvidRrAx8Ms1xZ4A) consultado em 20 dezembro de 2023 pelas 19:56

KOTLER, P. & ANDREASEN, A. R. (1991), “Marketing Estratégico para Organizações Sem Fins Lucrativos”, New Jersey: Prentice-Hall.

KOTLER, P. & LÉVY, S. (1969), “Ampliando o conceito de marketing [versão eletrônica]. *Jornal de Marketing*”, 33:1, pp. 10-15.

LAFER, Celso (2003), “A reconstrução dos direitos humanos”. São Paulo: Companhia das Letras

LIBERATO, Tânia (2021), “Desenvolvimento Humano e Desigualdades de Género nos PALOP: Tendências do Novo Milénio”, *Observatório das Desigualdades e-Working Papers*, Nº1/2021: CIES-Iscte, ISSN 2183-4199, doi: 10.15847/CIESODWP012019. Disponível em <http://observatorio-das-desigualdades.com/working-papers-od/> (consultado em 23 de novembro de 2023 pelas 11:42).

LOCKE, John, (s/d). “Segundo tratado sobre o governo civil : ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil” John Locke; introdução de J.W. Gough; tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994 (Coleção clássicos do pensamento político). ISBN 85-326-1240-7. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7680437/mod_resource/content/1/locke-john-segundo-tratado-sobre-o-gov-civil.pdf

MBEKI, T. (2016), “O desafio da liderança africana no século XXI”. *Jornal das Eleições Africanas*, 15 (1), 65-78.

MENDES, E. Pedro (s.d.), “A invenção das Relações Internacionais como ciência social: Uma introdução à Ciência e à Política das Relações Internacionais”. Portugal.

MENDES, Pedro (2007), “A raiz e o fruto na análise da política externa uma perspectiva ecléctica”

http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri16/RI16_10PEMendes.pdf,

(consultado em 03 de novembro de 2021 pelas 17:33).

MONTEIRO, Manuel e PAVIA, José Francisco (Em co-autoria) (2021), “As Eleições Presidenciais na República Democrática de São Tomé e Príncipe (18 de julho e 5 de setembro de 2021)”, In: *Revista Polis*, Vol. 2, nº 4, 2021, Universidade Lusíada Editora, pp.185-194. DOI: <https://doi.org/10.34628/yr4x-7z31>

MOURATO, Isabel C. S. D. C. (2011), “A política de cooperação portuguesa com os palop: contributos do ensino superior politécnico”. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

NASCIMENTO, Augusto (2015), “Elites em São Tomé e Príncipe: Os Lastros da História, as Peias do Presente”.

NASCIMENTO, Augusto (2019), “As Eleições Legislativas de 2018. Acerca da Sobrevivência da Democracia em São Tomé e Príncipe.”, *OpenEditions journals*, Centro de Estudos Internacionais Editora, pp: 93-122, DOI: 10.4000/cea.4389 ISSN: 2182-7400. Number 38/2019. <http://journals.openedition.org/cea/4389>

NETO, Darine (2019), “São Tomé e Príncipe: Adesão às diferentes integrações regionais e sub-regionais. Introdução à história diplomática de São Tomé e Príncipe”. 1.ª edição, Lisboa: Edições Colibri. ISBN 978-989-689-905-9.

NETO, K. (2008), “O Marketing Eleitoral e a decisão do voto: A perceção dos partidos políticos no Rio Grande Do Sul”. Porto: Alegre.

NDLOVU-Gatsheni, SJ (2016). Governando a África do momento colonial ao neocolonial: o legado duradouro de Como a Europa subdesenvolveu a África, de Walter Rodney”. *Terceiro Mundo Trimestral*, 37 (3), 442-458.

NGABA, A. V. (2018), “Transnacionalismo e políticas educativas: o impacto do sistema educativo mundial nos sistemas educativos nacionais: o caso Angolano: 1975-2015”. Tese de Doutoramento. Faculdade de Educação e Psicologia. Setembro de 2017. Consultado em fevereiro de 2021. Disponível em [https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/29434/1/Transnacionalismo%20e%](https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/29434/1/Transnacionalismo%20e%20) (consultado em 21 de dezembro de 2023 pelas 21:35)

ORMROD, R. P. (2012), “Political Marketing: Theories and Concepts”. Londres: Sage Publications.

PAVIA, José Francisco L. Zagallo (Coord) (2019), “Política Externa Portuguesa Contemporânea”. Lisboa: Universidade Lusíada Editora. 1.ª edição

PAVIA, José Francisco L. Zagallo (2022), “Rent-seeking elites versus the disempowered: a case study on the divergent interests, on foreign policy, in São Tomé & Príncipe”. Occasional Paper Series on Islands and Small States, L-Universit`ta`Malta, ISSN 1024-6282. Occasional PaperNumber:02/2022. <https://www.um.edu.mt/library/oar/bitstream/123456789/99185/1/Rent-seeking%20elites%20versus%20the%20disempowered.pdf> (consultado em 28 de outubro de 2023 pelas 21:35)

PAVIA, José Francisco L. Zagallo (2023), “Estudos de relações internacionais: A África Contemporâneas e suas extensões” Lisboa: Quid Juns Sociedade Editora Lda.

PEREIRA, Pedro (2018), “Política Externa”. Lisboa: MNE. Disponível em [URL:https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/politicaexterna/politica-externa](https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/politicaexterna/politica-externa). (consultado em 19 de setembro de 2023 pelas 21:35)

PÉREZ, Rafael García (2017), “Estratégia Global da União Europeia Pragmatismo e possibilismo”:

http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri53/RI53_art06_RGP.pdf

(consultado em 14 de maio de 2023 pelas 19:34)

PINTO, José Filipe (2016), “Da CPLP à Comunidade Lusófona”. Lisboa: Academia Das Ciências De Lisboa.

PONTES, João Nuno Marques de Oliveira (1992), “Política externa portuguesa: bilateralismo e multilateralismo”. Porto: Universidade Lusíada.

RELATÓRIO sobre a Integração Africana 2021: Relatório sobre a situação da Integração Regional em África

RODRIGUES, António (2021) “A fratura política em São Tomé e Príncipe é grande e nisto há responsabilidades dos partidos.”, In: jornal o Público, (9 de outubro de 2021, 7:10), São Tomé.

ROMANA, Heitor Barras (1997), “São Tomé e Príncipe - Elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades”. Lisboa: ISCSP

SALÓMON, M. & PINHEIRO (2013), “Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudo”. <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v56n1/03.pdf>, (consultado em 30 de setembro de 2021 pelas 09:56).

SANTOS, Aquiles (2011), “A insularidade e as suas condicionantes económicas: o caso dos Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento”. Lisboa: Universidade de Lisboa. Doutoramento em Geografia. Disponível em [URL:https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5738/1/ulsd062207_td_Aquiles_Santos.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5738/1/ulsd062207_td_Aquiles_Santos.pdf). (consultado em 12 de setembro de 2023 pelas 16:45)

SANTOS, Luís Ivaldo V. Gomes (2011), “A Arquitetura de Paz e Segurança Africana”. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

SANTOS, O. Carlos (2014), “Patrice Trovoada Uma Voz Africana”. 1ª edição. Portugal, Âncora Editora.

SANTOS, O. E. (2011), “Estratégias de marketing político e eleitoral: O diferencial competitivo do Profissional de Marketing Político numa campanha eleitoral”. Paripiranga.

SAUTER, Betina (2017), “Política Externa e Interesse Nacional: a Parceria Estratégica nas Relações do Sistema Internacional. Revista de Análise Internacional.” Curitiba: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2017/06/BetinaSauter.pdf> (consultado em 03 de novembro de 2021 pelas 22:45).

SATO, Eiiti (2010), “Cooperação internacional: uma componente essencial das relações internacionais”. RECIIS: Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em Saúde ISSN 1981-6278. 4:1 (2010) 345/498. Disponível em <URL:https://doi.org/10.3395/reciis.v4i1.698> (consultado em 22 de novembro de 2023 pelas 13:19)

SKINNER, Quentin, (1996), “As fundações do pensamento político moderno”. São Paulo: Companhia das Letras. Disponível em <https://archive.org/details/skinner.-as-fundacoes-do-pensamento-politico-moderno/page/n1/mode/2up> (consultado em 12 de março de 2023 pelas 07:31)

SKINNER, Quentin, (1998), “Liberdade antes do Liberalismo”. Cambridge: Cambridge University Press

SKINNER, Quentin, (2002), “Visões de Política, Volume II: Virtudes Renascentistas”. Cambridge: Cambridge University Press.

SAVIGNY, H. (2003), “Marketing político: uma escolha racional. Jornal de Marketing Político”. 3, 21-38.

SAVIGNY, H. (2007), “Grupos Focais e Marketing Político: Ciência e Democracia como Axiomático?”. O Jornal Britânico de Política e Relações Internacionais. 9:1, pp. 122-137.

SEIBERT, Gerhard (1995), “A Política num micro-Estado - São Tomé e Príncipe, conflitos pessoais e políticos na génese dos partidos políticos”. In: Cahan, Michel "Transitions Libérales en Afrique Lusophone", Karthala, Paris.

SEIBERT, Gerhard (2001), “Camaradas, Clientes e Compadres. Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe”. editor: Veja.

SEIBERT, Gerhard (2015), “Colonialismo em São Tomé e Príncipe: hierarquização, classificação e segregação da vida social”. Anuário Antropológico. ISSN 0102-4302. 2 (2015) 99–120. Disponível em [URL:https://doi.org/10.4000/aa.1411](https://doi.org/10.4000/aa.1411) consultado em 3 de março de 2020 pelas 17:13

SILVA, Sérgio (2010), “Introdução às Relações Internacionais”. Escolar Editora

SOUSA, A. B. (2009), “Investigação em educação”. 2ª edição. Lisboa: Livros Horizonte.

SOUSA, A. Will Martins (2019), “Adesão de São Tomé e Príncipe à Organização das Nações Unidas. In Introdução à história diplomática de São Tomé e Príncipe: rudimentos comedidos”. 1.ª edição. Lisboa: Edições Colibri.

SOUSA, F. & MENDES, P. (2005), “Dicionário de Relações Internacionais”. 3ª edição, Porto: CEPESE/Afrontamento.

TEIXEIRA, Nuno Severiano (1996), “Entre a África e a Europa: a política externa portuguesa, 1890-1986”.

UNIÃO Europeia (2011), “Parceria Estratégica África-União Europeia: enfrentar em conjunto os desafios do presente e do futuro”.

VERÍSSIMO, Gilberto (2014), “A posição estratégica de Angola no Golfo da Guiné (contributo às políticas externa e de defesa)”. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.

9.1. BIBLIOGRAFIA ELETRÓNICA ONLINE

<https://www.telanon.info/>

<https://www.dw.com/pt-002/not%C3%ADcias/s-13918>

<https://www.rtp.pt/noticias/>

<https://rtpafrica.rtp.pt/>

<https://www.stp-press.st/>

<https://expressodasilhas.cv/>

<https://pt.euronews.com/>

<https://cnnportugal.iol.pt/direto>

<https://edition.cnn.com/>

<https://e-global.pt/>

<https://www.bbc.com/>

<https://www.jn.pt/>

<https://www.infoescola.com/>

<https://conhecimentocientifico.r7.com/>

<https://www.docsity.com/pt/dashboard/>

<https://ao.usembassy.gov/>

<https://exame.com/mundo/>

<https://au.int/>

<https://www.infopedia.pt/>

<https://journals.openedition.org/>

<https://www.jornaldeangola.ao/ao/>

<https://www.worldbank.org/en/home>

World Bank (2018) - São Tomé e Príncipe: aspetos gerais. Washington: The World Bank

Group:

[WWW:<URL:https://www.worldbank.org/pt/country/saotome/overview>](https://www.worldbank.org/pt/country/saotome/overview).

(consultado em 22 de novembro de 2023 pelas 21:04)

Website da equipa de país das Nações Unidas em São Tomé e Príncipe, 2023, <https://saotomeeprincipe.un.org/pt/about/about-the-un> (consultado em 20 novembro de 2023 pelas 23:12)

Missão de Observação Eleitoral da União Europeia São Tomé e Príncipe, Eleições legislativas, autárquicas e regionais 25 de setembro 2022, disponível em <https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/documents/Relatorio%20Preliminar%20da%20MOE%20UE%20Sa%CC%83o%20Tome%CC%81%20e%20Pri%CC%81ncipe%202022.pdf> (consultado em 06 de fevereiro de 2024 pelas 13:46)





X. ANEXO 1






10.1. BIOGRAFIA DE PATRICE EMERY TROVOADA




Patrice Emery Trovoada, nasceu em Libreville – Gabão, aos 18 de março de 1962. É filho do antigo Presidente da República Miguel Trovoada e casado com Nana Oumou Touré e líder do partido ADI. Em 2001 ocupou o cargo de diretor de campanha do ex-Presidente da República Fradique de Menezes, no mesmo ano, em setembro de 2001 a fevereiro de 2002 foi nomeado como Ministro dos Negócios Estrangeiros de STP. Posteriormente ocupou o cargo de assessor do Presidente Fradique de Menezes para as questões petrolíferas. Em 2006, foi candidato à Presidência da República pelo partido ADI (Ação Democrática Independente), tendo obtido somente 38,8% dos votos perdendo assim as eleições. O Presidente Fradique de Menezes apelou à constituição de uma coligação entre o partido de MDFM, ADI e PCD, coligação esta que viabilizou um novo Governo, e com a vitória, em fevereiro de 2008, Patrice Emery Trovoada foi nomeado Primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe, cargo este que ocupou até junho do mesmo ano. Depois, em agosto de 2010, voltou a ser eleito Primeiro-Ministro chefe do governo de STP, cargo esse que perdeu dois anos depois da sua eleição, ou seja, em dezembro de 2012. Candidatou-se novamente para as eleições legislativas, no qual saiu vitorioso e em 25 de novembro de 2014 tomou posse como Primeiro-Ministro são-tomense, ao ser nomeado pelo Presidente da República, Manuel Pinto da Costa, encerrando assim as suas funções em 3 de dezembro de 2018, com a posse de Jorge Bom Jesus, sendo o primeiro chefe de governo do período democrático a encerrar um período governamental sem ser derrubado antes do fim do termo. Candidatou-se nas eleições legislativas de 2022 na qual ganhou com uma maioria absoluta e assumiu o posto em 11 de novembro de 2022.

XI. ANEXO 2

11.1. LISTA DE PRIMEIROS-MINISTROS DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Nº	Retrato	Nome	Mandato		Partido	Eleição
Estado de São Tomé e Príncipe (1974-1975)						
—		Leonel Mário d'Alva (n.1935)	21 de dezembro de 1974	12 de julho de 1975	MLSTP-PDS	—
República Democrática de São Tomé e Príncipe						
1		Miguel Trovoada (n.1936)	12 de julho de 1975	9 de abril de 1979	MLSTP-PSD	1975
<i>Posto abolido (9 de abril de 1978 - 8 de janeiro de 1988)</i>						
2		Celestino Rocha da Costa (1938-2010)	8 de janeiro de 1988	7 de fevereiro de 1991	MLSTP-PSD	—
3		Daniel Daio (n.1947)	7 de fevereiro de 1991	16 de maio de 1992	PCD	1991

4		Norberto Costa Alegre (n.1951)	16 de maio de 1992	2 de julho de 1994	PCD	—
5		Evaristo Carvalho (n.1942)	2 de julho de 1994	25 de outubro de 1994	ADI	—
6		Carlos Graça (1931-2013)	25 de outubro de 1994	31 de dezembro de 1995	MLSTP-PSD	1994
7		Armindo Vaz d'Almeida (1953-2016)	31 de dezembro de 1995	19 de novembro de 1996	MLSTP-PSD	—
8		Raul Bragança Neto (1946-2014)	19 de novembro de 1996	5 de janeiro de 1999	MLSTP-PSD	—
9		Guilherme Posser da Costa (n.1953)	5 de janeiro de 1999	26 de setembro de 2001	MLSTP-PSD	1998

(5)		Evaristo Carvalho (n.1942)	26 de setembro de 2001	28 de março de 2002	ADI	—
10		Gabriel Costa (n.1954)	28 de março de 2002	7 de outubro de 2002	MLSTP-PSD	2002
11		Maria das Neves (n.1958)	7 de outubro de 2002	18 de setembro de 2004	MLSTP-PSD	—
12		Damião Vaz d'Almeida (n.1951)	18 de setembro de 2004	8 de junho de 2005	MLSTP-PSD	—
13		Maria do Carmo Silveira (n.1959)	8 de junho de 2005	21 de abril de 2006	MLSTP-PSD	—

14		Tomé Vera Cruz (n.1957)	21 de abril de 2006	18 de fevereiro de 2008	MDFM-PL	2006
15		Patrice Trovoada (n.1962)	18 de fevereiro de 2008	22 de junho de 2008	ADI	—
16		Joaquim Rafael Branco (n.1954)	22 de junho de 2008	14 de agosto de 2010	MLSTP-PSD	—
(15)		Patrice Trovoada (n.1962)	14 de agosto de 2010	12 de dezembro de 2012	ADI	2010
(10)		Gabriel Costa (n.1954)	12 de dezembro de 2012	25 de dezembro de 2014	MLSTP-PSD	—
(15)		Patrice Trovoada (n.1962)	25 de dezembro de 2014	3 de dezembro de 2018	ADI	2014

17		Jorge Bom Jesus (n.1962)	3 de dezembro de 2018	11 de novembro de 2022	MLSTP-PSD	2018
(15)		Patrice Trovoada (n.1962)	11 de novembro de 2022	presente	ADI	2022

Tabela 8 - Lista de primeiros-ministros de São Tomé e Príncipe

Quadro retirado em 18 de novembro de 2023 em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_primeirosministros_de_S%C3%A3o_Tom%C3%A9_e_Pr%C3%ADncipe

XII. ANEXO 3

12.1. LISTA DE PRIMEIROS-MINISTROS COM A PERCENTAGEM DOS VOTOS

Primeiro Ministro	Partido	Outros partidos no governo	Data de entrada	Data de saída	Observações	Percentagem ministros não partidários ^[1]
Daniel Daio	PCD-GR		07/02/1991	16/05/1992	1.º Governo Constitucional Governo provisório até abril de 1991; demitido pelo PR Trovoada	1/7 (14.3%)
Noberto Costa Alegre	PCD-GR		16/05/1992	02/07/1994	2.º Governo Constitucional Demitido pelo PR Trovoada	4/11 (36.4%)
Evaristo Carvalho	Ex-PCD-GR, posterior ADI		07/07/1994	25/10/1994	Governo de iniciativa presidencial; na altura da nomeação o PM era do PCD-GR que o expulsou	1/8 (12.5%)
Carlos Graça	MLSTP/PSD	CODO	25/10/1994	31/12/1995	3.º Governo Constitucional Golpe de Estado 15 a 21/08/1995; demitiu-se para participar nas eleições	0%

					presidenciais	
Armindo Vaz	MLSTP/PSD	CODO, ADI	01/01/1996	19/11/1996	4.º Governo Constitucional Demitido por moção de censura do seu próprio partido	1/11 (9.1%)
Raúl Bragança	MLSTP/PSD	PCD-GR	19/11/1996	05/01/1999	5.º Governo Constitucional	0%
Guilherme Pósser da Costa	MLSTP/PSD		05/01/1999	18/09/2001	6.º Governo Constitucional Demitido pelo recém-eleito PR Fradique de Menezes	1/10 (10.0%)
Evaristo Carvalho	ADI	PCD	26/09/2001	28/03/2002	Governo iniciativa presidencial Governo de Iniciativa Presidencial	1/9 (11.1%)
Gabriel Costa	Ex-ADI	MLSTP/PSD, MDFM-PCD, ADI, Uê Kedadji	28/03/2002	07/10/2002	7.º Governo Constitucional Governo de Unidade Nacional; demitido pelo PR Fradique de Menezes.	1/12 (8.3%)

Maria das Neves	MLSTP/PSD	MDFM-PCD, ADI; desde agosto de 2003 MDFM e ADI; desde março 2004; ADI e Uê Kedadji	07/10/2002	18/09/2004	8.º Governo Constitucional Golpe de Estado 16 a 23/07/2003; remodelações em agosto de 2003 e março de 2004. Demitido pelo PR Menezes.	I. 1/12 (8.3%) II. 1/13 (7.7%) III. 1/13 (7.7%)
Damião Vaz d'Almeida	MLSTP/PSD	ADI	18/09/2004	08/06/2005	9.º Governo Constitucional Demitiu-se devido a divergências com o PR.	1/13 (7.7%)
Maria do Carmo Trovoada	MLSTP/PSD		08/06/2005	21/04/2006	10.º Governo Constitucional	1/10 (10%)
Tomé Vera Cruz	MDFM	PCD	21/04/2006	14/02/2008	11.º Governo Constitucional Governo minoritário; remodelação em nov. de 2007. Demitiu-se para evitar reprovação do orçamento no parlamento.	I. 0/12 (0%) II. 1/12 (8.3%)
Patrice	ADI	MDFM-PCD	14/02/2008	20/06/2008	12.º Governo	2/14 (14.3%)

Trovoada					Constitucional	
					Uma moção de censura contra P. Trovoada é aprovada com os votos do MLSTP/PSD e do PCD em 20/05/2008.	
Rafael Branco	MLSTP/PSD	MDFM, PCD	21/06/2008	07/08/2010	13.º Governo Constitucional	0/14 (0%)
					Depois da moção de censura o MDFM cancelou a aliança com o PCD.	
Patrice Trovoada	ADI	Governo minoritário	11/08/2010	04/12/2012	14.º Governo Constitucional	0%
					Afastado por moção de censura 28/11	
Gabriel Costa	(UDD)	MLSTP/PSD, PCD, MDFM	12/12/2012	27/11/2014	15.º Governo Constitucional	0%
					PM independente	
Patrice Trovoada	ADI	Maioria absoluta	28/11/2014		16.º Governo Constitucional	0%
Jorge Bom Jesus	MLSTP/PSD	MLSTP/PSD, PCD-MDFM-UDD	03/12/2018		17.º Governo Constitucional	

Patrice Trovoada	ADI	Maioria absoluta	11/11/2022		18.º Governo Constitucional	
------------------	-----	------------------	------------	--	-----------------------------	--

Tabela 9 - Lista de Primeiros-ministros com a percentagem dos votos

XIII. ANEXO 4

13.1. RESULTADOS DAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS EM PERCENTAGENS DE VOTOS, 1991-2022

Partido/ Eleições Legislativas	20 janeiro 1991	02 outubro 1994	08 nov. 1998	03 março 2002	26 março 2006	01 agosto 2010	12 outubro 2014	07 outubro 2018	25 setembro 2022
MLSTP/PSD	30.5%	37.1%	46.1%	39.6%	28.9%	32.0%	23.6%	42.5%	32.7%
PCD	54.4%	21.4%	14.5%			13.6%	10.4%		
MDFM-PCD ^[2]				39.7%	37.2%				
PCD-MDFM/UDD ^[3]								10%	
MDFM						7.1%	3.3%		2.1%
ADI		22.9%	25.6%		20.0%	42.2%	50.5%	44.2%	46.8%
CODO/MRN	5.2%	4.0%	1.5%			0.1%	0.1%		
FDC	1.5%	0.6%	0.5%		1.6%	0.4%	0.1%		
AP, PT, PTS		1.2%	0.6%	3.8%	0.6%		0.2%		
UNDP			1.1%			0.3%	0.2%		

PPP			1.0%						
Uê Kedadji ^[4]				16.2%	1.0%				
Voz da População ^[5]				0.8%					
Geração Esperança					0.6%				
Novo Rumo					4.7%				
PLS					0.8%				
UDD					2.1%	1.2%	1.8%		0.9%
PEPS							2.3%		
PND							3.2%		
MCISTP								1.6%	
MSD/PVDSTP								0.6%	0.35%
PPFSTP								1.1%	
PTOS								0.3%	0.25%
MCISTP-PUN									6.6%
Movimento Basta!									8.8%

CID-STP									0.6%
MUDA									0.5%
Partido NOVO									0.45%

Tabela 10 - Resultados das eleições legislativas em percentagens de votos, 1991-2022

CODO/MRN = Coligação Democrática de Oposição/Movimento de Ressurgimento Nacional

FDC = Frente Democrata Cristã

AP = Aliança Popular

PTS = Partido Trabalhista Santomense

UNDP = União Nacional para Democracia e Progresso

PPP = Partido Popular do Progresso

PLS = Partido Social Liberal

UDD = União para Democracia e Desenvolvimento

PEPS = Partido da Estabilidade e Progresso Social

PND = Plataforma Nacional para Desenvolvimento

MCISTP = Movimento de Cidadãos Independentes de São Tomé e Príncipe

MSD/PVDSTP = Movimento Social Democrata/Partido Verde de São Tomé e Príncipe

FPSTP = Partido Força do Povo de São Tomé e Príncipe

PTOS = Partido de Todos os Santomenses

PUN = Partido da União Nacional

CID-STP = Cidadãos Independentes para o Desenvolvimento de São Tomé e Príncipe

MUDA = Movimento de União para o Desenvolvimento Amplo

[1] Cálculo sem secretários do Estado dos respectivos governos.

[2] Nas eleições de 2002 e 2006 os partidos MDFM e PCD concorreram numa lista conjunta.




[3] Em agosto de 2018, MDFM e UDD constituíram uma união que foi dissolvida em março de 2022. Nas eleições de 2018, esta união formou uma aliança com o PCD.





[4] Coligação eleitoral formada pelo ADI, CODO, UNDP, PPP e PRD. Depois das eleições legislativas de março de 2006 a Uê Kédadji foi dissolvida.

[5] Concorreu apenas no distrito Cantagalo.

XIV. ANEXO 5

14.1. LISTA DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Nº	Presidente	Mandato	Tempo no cargo	Eleição	Partido
1	 <p>Manuel Pinto da Costa (1937–)</p>	<p>12 de julho de 1975</p>	<p>4 de março de 1991</p>	<p>15 anos e 235 dias</p>	<p>MLSTP-PSD</p>
-	 <p>Leonel Mário d'Alva (1935–)</p>	<p>4 de março de 1991</p>	<p>3 de abril de 1991</p>	<p>30 dias</p>	<p>PCD</p>
2	 <p>Miguel Trovoada (1936–)</p>	<p>3 de abril de 1991</p>	<p>15 de agosto de 1995 (Deposto)</p>	<p>4 anos e 134 dias</p>	<p>ADI</p>

-		<p>Tenente</p> <p>Manuel Quintas de Almeida (1957–2006)</p>	<p>15 de agosto de 1995</p>	<p>21 de agosto de 1995</p>	8 dias	-	<p>Militar</p>
(2)		<p>Miguel Trovoada (1936–)</p>	<p>21 de agosto de 1995</p>	<p>3 de setembro de 2001</p>	6 anos e 19 dias	1996	<p>ADI</p>
3		<p>Fradique de Menezes (1942–)</p>	<p>3 de setembro de 2001</p>	<p>16 de julho de 2003 (Deposto)</p>	1 ano e 316 dias	2001	<p>MDFM-PL</p>
-		<p>Major</p> <p>Fernando Pereira (1963–)</p>	<p>16 de julho de 2003</p>	<p>23 de julho de 2003</p>	7 dias	-	<p>Militar</p>





(3)		Fradique de Menezes (1942–)	23 de julho de 2003	3 de setembro de 2011	8 anos e 42 dias	2006	MDFM-PL
4		Manuel Pinto da Costa (1937–)	3 de setembro de 2011	3 de setembro de 2016	(5 anos)	2011	Independent e
5		Evaristo Carvalho (1942–2022)	3 de setembro de 2016	2 de outubro de 2021	7 anos e 155 dias	2016	ADI
6		Carlos Vila Nova (1959–)	2 de outubro de 2021	<i>Presente</i>	2 anos e 126 dias	2021	ADI

Tabela 11 - Lista de presidente da república de São Tomé e Príncipe

Quadro retirado em 05 de fevereiro de 2024 em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_presidentes_de_S%C3%A3o_Tom%C3%A9_e_Pr%C3%ADncipe